

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Filosofia, Sociologia e Política**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**



**Dissertação de Mestrado**

**QUEM SÃO AS PESSOAS POLITICAMENTE INVISÍVEIS?** Uma análise do  
campo político e das candidaturas trans nas eleições municipais brasileiras de  
2020

**Miguel Soares Silveira**

**Pelotas**

**2023**

**MIGUEL SOARES SILVEIRA**

**QUEM SÃO AS PESSOAS POLITICAMENTE INVISÍVEIS?** Uma análise do campo político e das candidaturas trans nas eleições municipais brasileiras de 2020

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Rosangela Marione Schulz

Pelotas

2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de  
Bibliotecas Catalogação na Publicação

S111q Silveira, Miguel Soares

Quem são as pessoas politicamente invisíveis? uma análise do campo político e das candidaturas trans nas eleições municipais brasileiras de 2020 / Miguel Soares Silveira ; Rosângela Marione Schulz, orientadora. — Pelotas, 2023.

118 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Ativismo trans. 2. Candidaturas trans. 3. Representação política. 4. Eleições 2020. I. Schulz, Rosângela Marione, orient. II. Título.

CDD : 320

MIGUEL SOARES SILVEIRA

**QUEM SÃO AS PESSOAS POLITICAMENTE INVISÍVEIS?** Uma análise do campo político e das candidaturas trans nas eleições municipais brasileiras de 2020

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 20/07/2023.

Banca examinadora:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosangela Marione Schulz (Orientadora). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Simone da Silva Ribeiro Gomes. Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ.

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas trans que (r)existem!

## **Agradecimentos**

Toda conquista e objetivo alcançados eu gostaria de partilhar com aquele que sempre prezou pela minha educação e sempre sustentou, com toda a potência possível, um ímpeto de integridade e fortaleza. Com aquele que nunca mediu esforços para que eu trilhasse a minha vida acadêmica e sempre se orgulhou do meu trajeto enquanto ser humano. Com aquele que acordava cedo, ia à luta em prol daqueles que amava, peleava aguerridamente para sustentar uma família e dar todo o conforto que pudesse proporcionar no limite das suas possibilidades. Com aquele que me ensinou a ser forte, a ter empatia, a ter esperança na vida e a honrar as raízes independente do espaço que eu pudesse habitar. Com aquele que se fez presente em absolutamente todos os meus passos e que nunca hesitou em me dar um conselho (mesmo que da forma mais grotesca possível) para que eu pudesse enxergar melhor as situações e trilhar a minha caminhada. Com aquele que se fez lar, se fez respeito, se fez força, se fez porto seguro, se fez confiança e se fez, acima de qualquer coisa, AMOR. Com aquele que via em mim os maiores sonhos do mundo. Com aquele que sempre acreditou na beleza de uma educação pautada por questões éticas e, sobretudo, numa educação engrandecedora e rica. Com aquele que me estruturou da melhor forma possível para que hoje eu estivesse aqui, realizando minhas metas e projetando voos maiores. Com aquele que não titubeava em afirmar que uma das suas proles tinha conseguido completar o ensino superior e que isso, sem sobra de dúvidas, era um dos seus maiores sonhos, ao passo que era a primeira vez que esse fato acontecia na família. Com aquele que eu nunca pensei um dia estar longe e que hoje, infelizmente, escrevo essa homenagem aos prantos de um choro engasgado por conta de uma perda fatal.

Pai, embora você tenha partido e causado todo esse alvoroço aqui dentro de mim e também todas essas marcas que às vezes parecem que nunca vão cicatrizar, eu indubitavelmente SEMPRE vou agradecer por você ter sido o meu maior exemplo de inspiração e de admiração. Hoje, meu velho, mais uma conquista para a NOSSA conta e sinto, radiantemente, a sua energia me contemplar da forma mais genuína possível. Obrigade por ter me

encaminhado para o melhor caminho e sempre lutado pelos meus desejos mais pulsantes.

A ti, a minha vida. A ti, o meu afeto. A ti, o meu amor.

Para sempre.

“Vamos ser ouvidas em outros lugares que não o cárcere, que não a prostituição. Estamos cansadas de não sermos enxergadas como humanas. Esse resultado é um GRITO pela recuperação da nossa humanidade, que nos é roubada todos os dias”.

**Erika Hilton**



## Resumo

O presente estudo baseia-se na exploração do campo político brasileiro e na análise das candidaturas de pessoas trans no processo eleitoral municipal de 2020, entendendo de que forma ocorre esse fenômeno e observando dados constantes da base do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A partir das abordagens da consolidação do ativismo trans, da representação descritiva, da constituição do sujeito e do poder, bem como da análise da ocupação da arena eleitoral através do conceito de capital político, a dissertação em epígrafe pretende dar maior visibilidade às pesquisas que versam sobre gênero e política, mais precisamente quanto às demandas de pessoas trans.

Consoante toda a estrutura sistêmica da política nacional de exclusão e marginalização de pessoas trans, o objetivo desta pesquisa é entender o porquê falta representação de pessoas trans no Legislativo brasileiro e o porquê do índice de pessoas trans eleitas é extremamente ínfimo, ao passo que se pretende explorar a literatura quanto ao assunto e trazer discussões importantes para uma maior evidência dessas pautas de orientação sexual e identidade de gênero.

À luz dessa discussão, portanto, e em linhas gerais, pode-se destacar que o trabalho possibilitou manifestar e exibir uma discussão sobre a importância das candidaturas de pessoas trans na esfera da política nacional, oportunizando, por conseguinte, que sejam propostas políticas públicas, discussões e deliberações a favor desse segmento social, historicamente marginalizado. Explica-se esse fenômeno, enfim, por conta da violência que sofrem as pessoas LGBTQIAPN+ (em especial as pessoas trans) e a falta de acúmulo de capital político como consequência de todo esse aparato moldado para excluir vivências dissidentes da norma cisheteronormativa.

**Palavras-chave:** ativismo trans; candidaturas trans; representação política; eleições 2020.

## **Abstract**

The present study is based on the exploration of the Brazilian political field and on the analysis of the candidacies of trans people in the 2020 municipal electoral process, understanding how this phenomenon occurs and observing constant data from the TSE (Superior Electoral Court) base. Based on approaches to the consolidation of trans activism, descriptive representation, the constitution of the subject and power, as well as the analysis of the occupation of the electoral arena through the concept of political capital, the above dissertation intends to give greater visibility to the researches that they deal with gender and politics, more precisely with regard to the demands of transgender people.

In line with the entire systemic structure of the national policy of exclusion and marginalization of trans people, the objective of this research is to understand why there is a lack of representation of trans people in the Brazilian Legislative and why the rate of trans people elected is extremely small, while the intention is to explore the literature on the subject and bring important discussions to greater evidence of these guidelines of sexual orientation and gender identity.

In the light of this discussion, therefore, and in general lines, it can be noted that the work made it possible to manifest and display a discussion about the importance of candidacies of trans people in the sphere of national politics, thus providing opportunities for public policy proposals, discussions and deliberations in favor of this historically marginalized social segment. This phenomenon is explained, finally, on account of the violence suffered by LGBTQIAPN+ people (especially trans people) and the lack of accumulation of political capital as a consequence of all this apparatus designed to exclude dissident experiences from cisheteronormative norms.

**Key words:** trans activism; trans applications; political representation; elections 2020.

## Lista de siglas e nomenclaturas

**ANTRA:** Associação Nacional de Travestis e Transexuais;

**Cisgênero(a):** condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

**Cisheteronormativo/cisheteronormatividade:** conceito que faz referência a um conjunto de relações de poder que normaliza, regulamenta, idealiza e institucionaliza o gênero, sexo e a sexualidade em uma linha ilógica. Conclui-se que a cisheteronorma é naturalizada de tal modo que suas regras se tornam culturalmente impostas visando produzir, desde a infância, corpos e subjetividades para que estes sejam cisgêneros e heterossexuais, aplicando punições contra aqueles/as que a subvertem e reforçando comportamentos daqueles/as que se adequam para que (re)produzam outros corpos e subjetividades que se adequem à cisheteronorma, apresentada de forma bem delimitada na coerção e marginalização de indivíduos não-cisgêneros e/ou não-heterossexuais (ROSA, 2020).

**Dissidentes:** as identidades dissidentes dizem respeito àquelas cuja identificação de gênero e/ou orientação sexual fogem ao que é tido socialmente enquanto norma: a cisgeneridade (se identificar com o gênero dado ao nascimento, baseado no sexo biológico/genital), a heterossexualidade (sentir-se atraído/relacionar-se afetiva e sexualmente com pessoas do gênero oposto) e a monossexualidade (relação afetiva/ sexual por apenas um gênero/sexo).

**LGBTQIAPN+:** lésbicas, gays, bissexuais, trans, *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binários;

**Não-binário/não-binária/não-binária:** termo guarda-chuva para identidades de gênero que não são estritamente masculinas ou femininas, estando portanto fora do binário de gênero e da cisnormatividade. Podem se identificar enquanto homem e mulher, ora homem, ora mulher ou nem um nem outro. É uma identidade que não se detém ao binarismo de gênero homem x mulher.

**Não-cis:** qualquer identidade que não seja a cisgênera.

**Queer:** a identidade *queer* defende que a orientação sexual e identidade de gênero não são resultado da funcionalidade biológica, mas de uma construção

social. Ou seja, *queer* é aquela identidade cuja expressão de gênero ou orientação sexual não corresponde a ideias estabelecidas sobre sexualidade e gênero, especialmente a normas heterossexuais, sendo um termo guarda-chuva para abarcar quem não é cisgênero nem heterossexual.

**Trans:** identidade de gênero que diverge do gênero ligado ao sexo biológico que lhe foi atribuído ao nascimento. Aqui, compreende todas as identidades de pessoas transexuais (homem transexual e mulher transexual) e mulheres travestis.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I</b> .....	18
<b>A CONSTITUIÇÃO, A CONSOLIDAÇÃO E A REMODELAGEM DO ATIVISMO TRANS: DA EXISTÊNCIA À RESISTÊNCIA</b> .....	18
Divergência entre identidades: a luta entre as letras “Ts” .....	30
Um novo paradigma: quem compõe o ativismo trans hoje? .....	42
Reconhecimento, empoderamento, sujeito político e disputa política .....	45
<b>CAPÍTULO II</b> .....	48
<b>DA EXISTÊNCIA À OCUPAÇÃO POLÍTICA: O CAMINHO PERCORRIDO E A VIOLÊNCIA SOFRIDA</b> .....	50
Constituição de um sujeito político e a opressão através do poder de dominação dos corpos dissidentes .....	50
Adentra-se ao campo político: a grande barreira .....	66
Existir ou “reexistir”? Uma luta travada todos os dias contra a violência de pessoas trans .....	74
O capital político e a reafirmação da falta de acesso ao terreno eleitoral .....	83
<b>CAPÍTULO III</b> .....	88
<b>O RESPINGO DA SUBALTERNIDADE, DA MARGINALIZAÇÃO E DA VIOLÊNCIA CONTRA CORPOS TRANS: uma análise das candidaturas trans municipais no ano de 2020 no Brasil</b> .....	88
<b>Considerações finais</b> .....	109
<b>Referências bibliográficas</b> .....	113

## Introdução

A dignidade e a visibilidade, bem como a participação e a representação políticas, são fatores que devem incidir sobre todos os corpos e sobre todas as existências, sejam elas padrões ou não, cisgêneras ou transexuais, sem qualquer meio de distinção e vulnerabilidade.

É sobre esse viés e perspectiva que se debruça a presente pesquisa para explorar a temática de gênero e política sobre a demanda das candidaturas trans no cenário eleitoral municipal brasileiro no ano de 2020, tentando dar maior visibilidade à questão e trazendo a discussão para um olhar mais crítico e, com isso, aumentar a ênfase das pessoas trans na seara eleitoral e política. Nesse sentido, portanto, é que a exploração aqui em epígrafe busca analisar a constituição do ativismo trans, sua trajetória, sua consolidação, bem como a representação descritiva, os conceitos de sujeito e poder para, assim, fazer um desdobramento sobre o conceito de capital político e projetar todos esses fenômenos na estruturação das candidaturas trans nas eleições municipais de 2020 no Brasil.

Nessa toada, o estudo da relação de gênero e sexualidade com a política demonstra a condição subalterna das pessoas trans no panorama social brasileiro, elencando problemas teóricos e políticos ligados à temática e que se tornam imprescindíveis no desdobramento dos mecanismos e dispositivos que impõem a norma social e cultural opressora que relega certas pessoas ao estado de “inferioridade”. A não adequação ao sistema heteronormativo e, conseqüentemente, a falta de representação política das pessoas trans no Legislativo brasileiro são marcadores centrais no enfoque desta pesquisa, provocando inquietações e reflexões no campo atual da política e na construção da sociedade como um todo.

Ademais, a arena legislativa é um ambiente hostil à inserção de pessoas dissidentes da norma padrão, ao passo que a hegemonia de corpos brancos, heterossexuais, elitistas e cisgêneros reina como um comando imperativo e persuasivo das organizações sociais, tornando-se compulsória e excludente. Dessa forma, a luta pela livre expressão da orientação sexual e da identidade

de gênero tem ocupado uma posição de marginalidade nas instituições representativas brasileiras.

Às pessoas trans inflige-se uma situação de não-reconhecimento social e subalternidade, na qual são dispensadas violências físicas e/ou simbólicas, que lhes anulam cotidianamente, havendo ainda sistemática privação de seus direitos por parte do Estado, o que compromete o próprio exercício da cidadania e da representação e participação políticas. Por conseguinte, então, a articulação e o surgimento do ativismo trans na organização civil internacional, influenciando o pensamento nacional, emergem como uma resposta às faltas sociais e políticas que acometem os corpos dissidentes, buscando reivindicar direitos, denunciar violências e adentrar à cena política.

Nessa dissertação, portanto, compreende-se que as instituições políticas consistem em um dos catalisadores sociais capazes de acentuar o não-reconhecimento dos grupos marginalizados. O contexto político-social tem se engendrado com o intuito de excluir as demandas e interesses das pessoas trans e rechaçar a inserção dessas vivências no âmbito legislativo brasileiro. Embora seja um fenômeno que tem conquistado espaço e discussões robustas nos últimos anos, as candidaturas trans ainda enfrentam muitos controles sociais e exercícios de poder em que se subordinam inevitavelmente por conta do sistema pautado pela perpetuação do modelo opressor imposto até os dias de hoje. Não se exclui o avanço adquirido, mas se questiona e se problematiza as muitas ausências e lacunas que ainda persistem quando se trata da visibilidade e do exercício pleno da cidadania ao se colocar em análise os assuntos de gênero, orientação sexual e o campo político.

A partir daí, portanto, o problema de pesquisa se debruça sobre o presente questionamento: qual a relação entre os dados das candidaturas trans nas eleições municipais brasileiras de 2020 com as relações de poder exercidas socialmente e com a constituição do capital político? Ademais, como a marginalização e a subalternidade das pessoas trans interferem no (in)sucesso eleitoral e na captação de recursos financeiros para suas campanhas?

A hipótese, nesta senda, pode ser desdobrada sobre alguns aspectos: é imprescindível que se entenda que há uma limitação muito grande na participação política de pessoas trans na política institucional por conta do pouco tempo livre necessário para a dedicação nas suas candidaturas. Pessoas que detêm poder econômico e capital político de se dedicarem exclusivamente à política tornam a representação restrita a homens, brancos e héteros por causa da reprodução do machismo e do patriarcado que se estruturou (e se estrutura) em toda a sociedade brasileira; a falta de credibilidade dos partidos políticos nas questões de gênero e de diversidade sexual, seja por medo de perder eleitores ou por conta do próprio preconceito advindo da estrutura opressora social, impede o financiamento das campanhas e candidaturas trans; a falta de representação descritiva se percebe através dos baixos índices de sucesso eleitoral das candidaturas trans e das violências que sofrem esta minoria sexual desde o seio familiar; a heterogeneidade nas consolidação das candidaturas (através do espectro ideológico político, em que ocupam vários posicionamentos) dissipa a força de ampliação de vitória das mesmas. Dessa forma, o presente estudo faz o uso desses mecanismos para a comprovação de sua teoria.

O objetivo, neste contexto, é identificar a dificuldade encontrada pelas candidaturas trans no acesso ao campo político e detectar as causas que interferem no insucesso eleitoral das mesmas, bem como a falta de representação política que atravessa os corpos dissidentes da norma cisheteronormativa por conta da exclusão que socialmente padecem. Ademais, entender todo o processo de consolidação do ativismo trans e a emergência de um sujeito político, bem como as relações de poder que são operadas através da dominância de gêneros, acarretando em uma cumulação de capital político ou não.

Para se alcançar os objetivos propostos, o presente estudo contará com uma metodologia de abordagem quali-quantitativa, estruturando-se de forma a fazer uma revisão bibliográfica exploratória sobre o assunto e, ainda, compreender, de forma detalhada e a partir da literatura especializada, qual a questão que permeia a ocupação de pessoas trans no campo político. Ademais, procura-se levantar dados a respeito da política nacional e das



candidaturas trans para a implementação de uma análise estatística e representativa sobre o caso, partindo dos dados constantes no site TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e trazendo cruzamentos que procuram dar robustez e validação à pesquisa.

Entende-se, assim, que a pesquisa fomenta a discussão sobre reconhecimento social a partir do levantamento de possibilidades para promoção do sentimento de estima social, na medida em que se encontra indissociável a essa tarefa a valorização da autonomia de pessoas trans. Isso implica dizer que a resistência contra as formas de não-reconhecimento social e exclusão da representação política é um debate que deve ir além das minorias estarem ou não presentes nesses espaços (principalmente a seara política). Envolve, inevitavelmente, o fortalecimento das reivindicações desta população mesmo quando não estiverem ocupando cargos políticos.

Por conseguinte, enfim, a presente dissertação se desdobrará, para atender ao que se propõe, da seguinte forma: o primeiro capítulo, assim, busca-se apresentar, a partir das discussões acadêmicas sobre o assunto, como se consolidou o ativismo trans, sua projeção histórica e quais as reivindicações que as pessoas que o integram ainda buscam e lutam, e também as remodelagens que sofreu esse fenômeno ao longo dos anos. O segundo capítulo, por sua vez, vai se analisar a constituição de um sujeito político que tenta lutar contra a hegemonia de grupos dominantes e o adentramento deste ao campo político, trazendo a análise de representação descritiva, de capital político e das violências sofridas pelas pessoas trans. Por fim, no terceiro capítulo, far-se-á uma interlocução entre todas as teorias abordadas e todo o aparato literário até o presente momento com uma observação dos dados constantes no site do TSE, para se desdobrar melhor a investigação e corroborar os aspectos essenciais àquilo que se deseja enquanto conhecimento científico.

Surge, com isso, a necessidade da exploração literária e científica para uma maior tentativa de visibilizar os corpos trans que infelizmente ainda são invisíveis perante a sociedade e que ainda estão tentando, de forma gradual e lenta, um maior reconhecimento social e político para, assim, ocuparem as

vagas legislativas nas eleições brasileiras e darem vazão aos seus interesses e demandas inerentes às suas existências.

## **CAPÍTULO 1**

### **A CONSTITUIÇÃO, A CONSOLIDAÇÃO E A REMODELAGEM DO ATIVISMO TRANS: DA EXISTÊNCIA À RESISTÊNCIA**

Para que se adentre ao estudo aqui pretendido, faz-se necessária, inicialmente, uma investigação, um resgate e uma pesquisa detalhada quanto ao ativismo trans, sua constituição, a sua consolidação, bem como a sua “nova roupagem” e os seus efeitos, partindo de uma percepção de opressão para uma tentativa, mesmo que tímida, de organização civil.

Isto porque, ao observar o cenário político e as candidaturas trans no panorama brasileiro, é preciso e primordial que se entenda como se moldou o terreno eleitoral e como se organizaram as pessoas que entabularam o movimento trans para uma possível visibilidade e, com isso, de que forma tentaram pertencer a uma área em que não havia qualquer representação de seus corpos e anseios, demarcando um momento de consolidação de demandas e reivindicações que há muito vinham sendo requeridas.

O processo de “dignificação” das existências trans começa a ser modelado em um ambiente internacional, em um painel em que a opressão/repressão de pessoas não-cis era marcada pela violência exorbitante e, também, pelo temor à morte. Posteriormente, tal perspectiva de resistência se alastra mundialmente, de modo a pulverizar e encorajar pessoas trans (e dissidentes de gênero num geral) a ocuparem um espaço que lhes era furtado e impedido de ocuparem. Portanto, entendendo essa noção introdutória, passa-se a, detalhadamente, traçar a consolidação do ativismo trans no Brasil.

Historicamente, há a predominância de duas vertentes na construção das primeiras organizações de pessoas trans no Brasil: primeiramente a auto-organização de travestis em resposta às repressões e violências policiais nos locais de prostituição, em que sofriam demasiadamente, em um panorama marcado por deturpação de corpos e em um momento de crises democráticas e expansão de ideais autoritários, principalmente pelos resquícios desse fenômeno entre as décadas de 1980 e 1990. Era uma das primeiras tentativas de coibir opressões de gênero, em um movimento que começou a ser

desencadeado nos Estados Unidos com a revolta de Stonewall In em 1964<sup>1</sup> e se espalhou por outros países, entre eles o Brasil. Assim, em consonância/aproximação com esse fator, a segunda vertente é da consolidação, de forma inicial também, das primeiras ONGs brasileiras – criando apoio institucional – para que se vinculassem ao movimento homossexual na luta contra a AIDS e o HIV através de projetos junto à população de travestis prostitutas, principalmente (SANTOS, 2016).

Dessa forma, o binômio violência policial/AIDS foi o principal ensejador na constituição do movimento. Percebe-se, com isso, a construção do movimento de pessoas trans através desses dois fenômenos – liderado por travestis – e que se mantêm atuantes desde então.

Fazendo, dessa forma, antes de adentrar ao espaço brasileiro de organizações civis em prol do movimento de pessoas trans, um retorno ao primeiro ato que desencadeou a construção do pioneiro movimento “LGBT”<sup>2</sup>, reporta-se, por oportuno, à Revolta de Stonewall In, nos Estados Unidos, quando houve a primeira rebelião contra o sistema opressor, patriarcal, capitalista e heterocisnormativo para que as existências das pessoas que não se enquadravam no padrão de gênero construído socialmente fossem, aos poucos, ganhando força e notoriedade na construção de um terreno político mais inclusivo e equitativo.

---

<sup>1</sup> No dia 28 de junho de 1969, policiais entraram no bar Stonewall Inn e começaram a prender funcionários e clientes, que eram pessoas LGBTQIAP+, pois tratava-se de um estabelecimento que priorizava o acolhimento desta população. Contudo, em vez de simplesmente se submeter a essa situação, nesse dia, as pessoas optaram por resistir. Clientes começaram a jogar moedas nos policiais, em referência à propina que recebiam para não importunar os bares. Logo em seguida, a revolta se intensificou e até mesmo coquetéis molotov foram jogados na porta. Essa reação inesperada de pessoas cansadas de toda a repressão da época deu início a uma série de protestos nos dias seguintes. Um ano depois, essas pessoas organizaram a primeira marcha do orgulho. A revolta de Stonewall possui raízes classistas, contendo como revolucionárias duas mulheres trans, uma negra e outra latina. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rebeli%C3%A3o\\_de\\_Stonewall](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rebeli%C3%A3o_de_Stonewall): acessado em 03 de maio de 2023.

<sup>2</sup> Usa-se, na presente pesquisa, o termo LGBT entre aspas porque era a nomenclatura que se dava ao fenômeno àquela época, haja vista que a sigla ainda não havia se remodelado e tomado novas perspectivas e inclusões, haja vista que, atualmente, com a luta dos movimentos de pessoas *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binárias e qualquer outra identificação e entendimento que não seja a cisgênero, a sigla detém outra conotação e construção, passando a se adotar, como uma maioria, a sigla LGBTQIAPN+, tentando englobar os diversos universos da sexualidade e suas derivações.

Não necessariamente sendo um ato em que foi caracterizado apenas pela demanda trans, a Revolta no país norteamericano disseminou ideais e lutas em favor de pessoas que se identificavam enquanto gays, lésbicas, bissexuais, *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binárias e qualquer outra orientação sexual e expressão de gênero que refogem ao padrão sexual dominador. Ou seja, o movimento por uma tentativa (naquele presente momento irrisória) de dignificar a humanidade daquelas pessoas foi se alastrando incansavelmente por todos os espaços e ambientes mundiais por conta de uma enorme identificação e materialização de um instrumento que seria capaz de enfrentar a engrenagem opressora do sistema.

A partir dessa perspectiva histórica e cultural é que se criam as primeiras casas de apoio a pessoas com HIV/AIDS no Brasil por volta de 1984, caracterizadas como espaços comunitários de existências trans e de mútuo apoio.

Contudo, foi nos anos de 1990 em diante que surgiram, de fato, organizações propriamente ativistas e com cunho político de demandas trans, primando pelo combate à repressão policial que sofriam as travestis em situação de prostituição. A ASTRAL<sup>3</sup> (Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro), fundada em 1992, nasce dessa necessidade de combater a discriminação que vinham padecendo enquanto pessoas dissidentes do modelo cisheteronormativo<sup>4</sup>. Essa organização surgiu de um grupo de travestis que se prostituía na Praça Mauá, região portuária da cidade do Rio de Janeiro, em que se reuniram para formar a primeira organização política de travestis da

---

<sup>3</sup> Foi a primeira ONG de Travestis e Transexuais da América Latina. Até a data não se tinha conhecimento de outra associação específica, feita por e para pessoas trans na região. O grupo foi idealizado por seis travestis: Jovanna Baby, Jossy Silva, Elza Lobão, Beatriz Senegal, Raquel Barbosa e Munique do Bavier. O objetivo era atuar no resgate da cidadania plena, inclusão social e enfrentamento da violência cometida pela sociedade em geral contra a população de travestis e transexuais. Bem como a luta pela conscientização e prevenção do HIV/Aids, e o apoio às pessoas positivas.

<sup>4</sup> Conclui-se que o modelo é naturalizado de tal modo que suas regras se tornam culturalmente impostas visando produzir, desde a infância, corpos e subjetividades para que estes sejam cisgêneros e heterossexuais, aplicando punições contra aqueles/as que a subvertem e reforçando comportamentos daqueles/as que se adequam para que (re)produzam outros corpos e subjetividades que se adequem à cisheteronorma, apresentada de forma bem delimitada na coerção e marginalização de indivíduos não-cisgêneros e/ou não-heterossexuais (ROSA, 2020).

América Latina e a segunda do mundo, de acordo com Jovanna Baby.<sup>5</sup> A Associação das Travestis e Liberados<sup>6</sup> do Rio de Janeiro (ASTRAL) nasceu da necessidade de organização das travestis em resposta à violência policial, principalmente nos locais tradicionais de prostituição na cidade, como a Lapa, a Central do Brasil, Copacabana e a própria Praça Mauá (CARVALHO; CARRARA, 2013). A AIDS/HIV, notoriamente, foi um marcador social essencial para a análise das composições políticas de pessoas não-cisgêneros e não-heterossexuais que vinham se firmando no contexto histórico e social.

O relativo sucesso em suas primeiras ações teria sido um motivador para as integrantes da ASTRAL organizarem, ainda em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que viria a se chamar ENTLAIDS<sup>7</sup>, sob o slogan “Cidadania não tem roupa certa”. Este encontro contou com 95 participantes de cinco estados. A partir dele surgiram outras organizações, como o Grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) em 1995; o grupo Filadélfia também em 1995, em Santos; o grupo Igualdade, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), de Aracajú, ambos em 1999 (CARVALHO; CARRARA, 2013).

A ideia de uma organização não governamental (ONG) como formato ideal para a articulação política entra em questão nos anos 1990, com o início das políticas de prevenção ao HIV em âmbito nacional, principalmente com o programa AIDS I (FACCHINI, 2005; SIMÕES & FACCHINI, 2009). Assim, no caso específico da ASTRAL e de muitas outras ONGs que surgiram nos anos seguintes, havia a influência dos projetos de prevenção de HIV/AIDS, que

---

<sup>5</sup> Indispensável para a realização dessa pesquisa, Jovanna foi fundadora da primeira ONG de travestis do Brasil, a Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL). Também organizou o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados em 1993.

<sup>6</sup> O termo “liberados” se referia a “gays, lésbicas e pessoas simpatizantes”, segundo informação de Jovanna Baby. Outras ONGs foram fundadas fazendo uso deste termo, como no caso da ASTRAL-GO, numa versão mais sexual para o seu significado. Nas palavras de Bete Fernandes: “Liberados eram homens que namoravam com as travestis... é... homens... essas coisas, eram liberados... podiam casar com gay, com travesti, com transexual... eram liberados” (CARVALHO; CARRARA, 2013).

<sup>7</sup> Os ENTLAIDS tiveram início em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa de uma travesti chamada Jovanna Baby, tendo como ponto de partida o enfrentamento à pandemia da AIDS, de modo a construir respostas das travestis brasileiras à prevenção do HIV/AIDS.

ofereceram a possibilidade concreta, através de cursos de capacitação e financiamento de projetos, para que travestis se constituíssem como sujeitos nos campos jurídico e político.

De forma tímida, iniciava um movimento nacional de travestis através da criação da Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL), que posteriormente mudaria de nome e viria a se chamar RENATA<sup>8</sup> (Rede Nacional de Travestis). Em dezembro de 2000, na cidade de Curitiba, a organização de uma rede nacional de ONGs de travestis e transexuais se concretiza na criação da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros<sup>9</sup> (ANTRA), que até o término da pesquisa contava com mais de 80 organizações afiliadas, configurando-se como a maior rede de travestis e transexuais da América Latina. A ANTRA<sup>10</sup> aceita afiliações de ONGs exclusivamente de travestis e transexuais e das chamadas ONGs mistas<sup>11</sup>, desde que estas sejam representadas por uma travesti ou transexual (CARVALHO; CARRARA, 2013). A realização dos encontros anuais, os ENTLAIDS, com participação de militantes de diversos estados, foi fundamental para essa articulação e possibilitou às organizações de travestis e transexuais dialogarem com o poder público e pleitearem uma maior participação nos espaços gerais do movimento LGBTQIAP+.

---

<sup>8</sup> A informação com relação à primeira rede nacional de travestis não é muito clara. Algumas lideranças falam que o primeiro nome foi RENTRAL, outras dizem que foi RENATA. É possível supor que RENTRAL tenha sido o primeiro nome devido à presença do termo “liberados”, utilizado somente nas primeiras edições dos encontros nacionais, assim como de poucas organizações que surgem utilizando o mesmo modelo da ASTRAL.

<sup>9</sup> O termo “transgênero”, apesar de não ser mais utilizado no discurso formal do movimento nem em suas publicações, aparece no sítio da ANTRA, assim como em outras referências à associação.

<sup>10</sup> A Antra foi pensada e articulada em 1993 e fundada na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em dezembro de 2000, tendo sido registrada em cartório em dezembro de 2000, na cidade de Curitiba, Paraná. A denominação “Antra” entrou em vigor em 2002, com a ampliação de suas atribuições e maior abrangência nacional. A diretoria da instituição é renovada quadrianualmente. A estrutura organizacional hierárquica é composta por presidente e vice-presidente e, logo abaixo, primeira-secretária, segunda-secretária, tesoureira, segunda-tesoureira, secretária de mulheres trans, secretária de homens transexuais, secretária de direitos humanos, secretária de articulação política, secretária de comunicação, conselheiros fiscais.

<sup>11</sup> As chamadas ONGs mistas do movimento LGBTQIAPN+ são aquelas que em sua composição abarcam as diversas categorias identitárias, ou seja, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Ressalta-se que são poucos os casos de ONGs compostas por todas as categorias com paridade de participação.

Os ENTLAIDS, realizados periodicamente a cada ano, com participação de ativistas e militantes de diversos estados brasileiros, foram precursores e imprescindíveis na articulação e na aglutinação de espaços que dialogassem politicamente com o poder público e com as reivindicações destas minorias sociais, possibilitando, conseqüentemente, uma maior participação nos âmbitos gerais do movimento que vinha se concretizando.

A partir de sua quarta edição, realizada novamente no Rio de Janeiro em 1996, contando com 130 participantes, o encontro nacional passou a ser financiado pelo então Programa Nacional de DST-AIDS<sup>12</sup> do governo federal e teve como tema: “Construindo Novos Espaços”. Devido ao financiamento, o evento passou a se chamar ENTLAIDS<sup>13</sup>, Encontro Nacional de Travestis na Luta contra a AIDS. O nome atribuído à sigla, em uso até hoje, passou por mudanças e não foi possível determinar em que momento o termo “liberados” desaparece e surgem os termos “transexual” e “transgênero” (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Nesse mesmo período, além do Estado, estas ativistas trans relacionam-se, em meio a tensões, com o movimento homossexual (CARVALHO; CARRARA, 2015; CARVALHO, 2017; COACCI, 2018). O conflito se dava por conta de “uma estratégia do movimento gay em construir uma imagem respeitável que dissociasse a figura do homossexual da figura da travesti, identidade marcadamente estigmatizada” (COACCI, 2018, p. 126). Ademais, destaca-se que “foi apenas em 1995 que o termo ‘travesti’ passou então a fazer parte oficialmente da sigla, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Em seu âmbito criava-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)” (CARVALHO; CARRARA, 2015, p. 384). Carvalho e Carrara (2015) ressaltam que esse modelo de organização possibilitou ao então ativismo de

---

<sup>12</sup> O Programa Estadual de DST/Aids (PE-DST/Aids) foi criado em 1983, com quatro objetivos básicos: vigilância epidemiológica, esclarecimento à população para evitar o pânico e discriminação dos grupos considerados vulneráveis na época, garantia de atendimento aos casos verificados e orientação aos profissionais de saúde. No primeiro momento, a Divisão de Hanseníase e Dermatologia Sanitária, órgão do Instituto de Saúde da SES/SP, sediou o Programa e a organização inicial do que seria posteriormente o serviço de referência.

<sup>13</sup> Desde sua primeira edição, os ENTLAIDS aconteceram nas seguintes cidades: Rio de Janeiro (1993, 1995, 1996, 1998, 2009), Vitória (1994), São Paulo (1997, 2007), Fortaleza (1999), Cabo Frio (2000), Curitiba (2002), Porto Alegre (2003), Campo Grande (2004), Florianópolis (2005), Goiânia (2006), Salvador (2008), Aracaju (2010), Recife (2011) e Brasília (2012).



travestis um primeiro espaço para o qual poderiam se referir como instância representativa. Concernente às reivindicações de ativistas transexuais, somente em 1997 “houve o estabelecimento de um compromisso estratégico entre lideranças do Coletivo Nacional de Transexuais e segmentos progressistas do universo acadêmico” (BUNCHAFT, 2016, p. 361).

Durante a década de 2000, houve uma expansão dos ativismos trans por todo o país e a criação de muitas organizações civis, como a ANTRA e o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), que se tornaram referências na organização política. Com a institucionalização do Programa Brasil sem Homofobia (BSH), novas demandas foram adicionadas às reivindicações anteriores, incluindo a necessidade de políticas públicas voltadas para a população trans, com foco especial no processo transexualizador e na adoção do nome social, especialmente para mulheres transexuais (COACCI, 2018). Como resultado, o Estado fomentou mecanismos de participação social, incluindo as conferências "LGBT" e a criação do Conselho Nacional "LGBT", que ampliaram a interlocução entre esses ativismos e o poder público (FEITOSA, 2017; COACCI, 2018).

Em termos de relações contíguas aos ativismos trans, as contendas não se dissiparam. Por um lado, promoveu-se uma maior articulação com o movimento feminista. Mas é nessa década que se aprofundou a disputa em torno do modelo identitário para nomear pessoas trans. Isso porque no início da década difundiu-se a proposta de se aglutinar essas categorias sob o rótulo do que se internalizou enquanto transgênero, o que é rechaçado pelo movimento de travestis. Quanto ao movimento homossexual, apesar de maior aproximação favorecida por conta do clima político e institucional criado desde a década anterior, há a queixa de que as questões de pessoas trans seriam frequentemente deixadas em último plano (COACCI, 2018).

A última década (2010-2019) foi marcada por uma crise no modelo de organização política que havia sido adotado pelo ativismo trans até então. O contexto foi caracterizado por uma crescente tensão política entre o Executivo e o Legislativo, devido à ascensão do conservadorismo no parlamento e à crise política que estava se consolidando cada vez mais no Brasil. Além disso, houve um declínio no financiamento de programas relacionados à diversidade sexual

e de gênero, o que promoveu rupturas entre associações como a ANTRA e o Estado.

É nesse cenário, porém, que acontece uma inquietação de repertórios de ação política ainda maior, com maneiras de organização política não institucionalizadas, como grupos informais. Há a emergência do ciberativismo trans, ativismo autônomo e efêmero na internet, que, segundo Carvalho e Carrara (2015) e Carvalho (2017), propicia o levantamento de discussões dos assuntos relativos à visibilidade trans, geralmente denunciando episódios de transfobia (agressões físicas, assassinatos e construções estigmatizantes que as relacionam à criminalidade e/ou as identificam com o gênero oposto). O ativismo em âmbito acadêmico também se consolida neste período como *locus* para visibilidade às pessoas trans e exemplifica-se na criação de núcleos e grupos de estudos nas universidades, bem como em eventos e congressos universitários (COACCI, 2018).

Acerca do repertório de ação política eleitoral como peça para o ativismo trans, considera-se que, embora, num primeiro momento, a redemocratização tenha propiciado abertura, ainda que pequena, de alguns partidos políticos, especialmente de esquerda, centro-esquerda e de centro, às candidaturas de lésbicas e gays - mesmo com questões pró diversidade sexual subordinadas a aspirações maiores dos partidos (PRADO, 2016; SANTOS, 2016a; SANTOS, 2016b), foi apenas no decurso da última década (2010-2019) que a representação política, expressa pelas candidaturas de pessoas trans, se intensificou (ANTRA, 2016, 2018, 2020; PRADO, 2016; COACCI, 2018).

Assim, são cada vez mais frequentes, no processo eleitoral, as candidaturas de pessoas trans, principalmente com vistas a ocupar os espaços de representação política em âmbito legislativo. A crescente inserção de pessoas trans já havia sido identificada entre 2002 e 2012. Os dados existentes<sup>14</sup> contrariam não só a concepção de que o ativismo trans nutria forte descrença em relação às instituições oficiais de representação política - preferindo mobilizar-se politicamente pela via dos movimentos sociais (LINS;

---

<sup>14</sup> Tais dados e informações serão tratados em capítulo específico para uma melhor análise sobre a questão das candidaturas trans no cenário político brasileiro.

MESQUITA, 2020) -, como também contrariam explicações focadas no contexto político e nos recursos de atores para explicar as possibilidades de representação, haja vista: a escassez de recursos financeiros e falta de apoio partidário; a baixa abertura dos partidos e coligações às demandas de diversidade sexual e de gênero, mesmo no espectro ideológico de esquerda; a grande predominância de homens-cis-heterossexuais nos partidos, com culturas altamente masculinizadas/heterossexualizadas; a baixa escolaridade; a dependência por algumas travestis e transexuais da atividade sexual em condições precárias; e até mesmo a autoexclusão decorrente do receio de reduzidas chances de vitória (SANTOS, 2016a; FEITOSA, 2017; PEDRA, 2018).

É importante ressaltar, por óbvio, que a participação e a eleição de pessoas trans na política não deve ser vista como uma solução única e imediata para os problemas enfrentados pela comunidade trans, de modo que a construção de um sistema que não legitima suas vivências é calcada desde sempre num pensamento excludente e opressor, não vendo no recorte “T” qualquer possibilidade de uma dignificação humana.

Conforme discorrem Carvalho (2015) e Santos (2016a; 2016b),

a disputa de pessoas trans no processo eleitoral, enquanto estratégia mais ampla e organizada de ativismo, é algo recente, muito embora a candidatura de uma pessoa trans não seja novidade, já que a primeira delas, para vereadora, ocorreu na cidade de Colônia do Piauí, ainda em 1992. A vereadora Kátia Tapety<sup>15</sup> obteve êxito, sendo inclusive reeleita três vezes. Salienta-se que somente em 2018, a partir de decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>16</sup>, pessoas trans

---

<sup>15</sup> Kátia Nogueira Tapety é uma política transexual brasileira. Foi a primeira transexual a se eleger para um cargo político no país e foi eleita como vereadora em 1992, 1996 e 2000.

<sup>16</sup> RESOLUÇÃO Nº 23.609, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019. Disponível no site do TSE: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-609-de-18-de-dezembro-de-2019>. Normatiza a escolha e o registro de candidaturas a esses cargos para as Eleições Municipais de 2020 – determina que, no formulário do Requerimento de Registro de Candidatura (RRC), conste, entre outros dados pessoais, o nome social que o candidato ou a candidata utiliza, se for esse o caso. Isso permite que as pessoas que não se identificam com o gênero designado no seu nascimento possam concorrer a cargos eletivos utilizando o nome social pelo qual optam em ser reconhecidas. Ou seja, em 1º de março de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral respondeu a Consulta formulada pela Senadora Maria de Fatima Bezerra no sentido de que a expressão “cada sexo” presente no § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504/1997 se refere ao gênero. Essa decisão possibilitou que mulheres trans possam ser inseridas na cota de gênero feminino, e homens trans, na cota de gênero masculino, permitindo-lhes, ainda, a inclusão do nome social no cadastro eleitoral. Para o Relator da Consulta, Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, o animus do TSE foi o de “favorecer e incentivar a participação político-partidária dos cidadãos transexuais, respeitando-se a sua indivi-

puderam exercer alguns direitos: votar nas urnas a partir de seu nome social presente no título eleitoral; utilizar o nome social nos partidos ou coligações enquanto candidato/a; e, no caso das mulheres trans, serem contabilizadas dentro das cotas de candidaturas femininas (apud BRASIL, 2018; PEDRA, 2018; SOARES, 2018, p. 240-270).

Outrossim, foi em meio a essa atmosfera de crescente reprovação por grupos conservadores, como também de aumento da visibilidade política conferida aos movimentos “LGBTs”, que, em 2018, foram eleitas três deputadas estaduais trans e negras para cargos de representação relevantes: Erica Malunguinho (Deputada individual pelo partido PSOL com quase 150 mil votos, no Estado de São Paulo) e Erika Hilton (Codeputada em mandato coletivo com legislatura pela Bancada Ativista no partido PSOL com mais de 50 mil votos), para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP); e Robeyonce Lima (Codeputada em mandato coletivo pelo partido PSOL com mais de 38 mil votos) para a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE) (ANTRA, 2018). A eleição via mandato coletivo e bancada ativista reforça as estratégias dos movimentos sociais independentes e pluripartidários na luta por representação política.

Em virtude do exposto nesta seção, pode-se afirmar que para lutar contra o não reconhecimento, o ativismo trans vem buscando canais de representação política. As ativistas, principalmente, para além do reconhecimento social, e da condição de justiça, vêm constantemente reivindicando demandas que perpassam a população trans e inclusão de suas perspectivas sociais pelas vias institucionais e democráticas da representação política descritiva. Porém, para além da representação descritiva e de perspectivas sociais destes grupos, a luta por novas agendas sociais pode ser ampliada, a partir do potencial da formação de alianças solidárias para o alcance de estima mútua, na esfera da solidariedade, a partir do engajamento não somente de pessoas trans, mas também de cisgêneros.

Ainda, o conceito de perspectiva social de Young aporta importante contribuição ao debate. Em *Inclusion and Democracy* (YOUNG, 2000), a autora

---

dualidade e evitando constrangimentos que atentem contra sua dignidade”, acrescentando que cabe à Justiça Eleitoral “adotar as providências necessárias para que o exercício do sufrágio seja consentâneo e sensível às questões de gênero ora apresentadas, sem desbordar os limites de suas atribuições e competências”.

define o conceito de perspectiva social, que consiste em “um conjunto de questões, tipos de experiências e pressupostos mediante os quais mais propriamente se iniciam raciocínios do que se extraem conclusões” (Young, 2000 apud Sacchet, 2012). Indivíduos de um determinado grupo social partilhariam certas percepções e experiências comuns em virtude da sua posição social específica em uma dada realidade social. Desta forma, a inclusão de grupos subalternos nas arenas representativas possibilitaria, segundo Young, a presença de mais perspectivas sociais no espaço público, garantindo a manifestação de vários conhecimentos e visões de mundo que proporcionariam resultados políticos mais justos. A temática por ora apontada, entretanto, vai ser desdobrada no próximo capítulo para introduzir as questões atinentes ao estudo de forma mais detalhada e, conseqüentemente, mais robusta.

Embora instigantes, os argumentos de Young foram duramente criticados por autoras do campo feminista. Autoras como Judith Butler têm denunciado que a busca por construir um sujeito político unificado em torno de uma identidade específica (no caso do movimento feminista, a identidade “mulher”) acaba por negar/excluir outras vivências/experiências que não se encaixam nesta identidade comum. Outra crítica diz respeito a um suposto efeito conservador da garantia de cotas para os grupos subalternos, isto é, a luta por uma representação política mais diversa (em termos de gênero, raça, classe, orientação sexual/identidade de gênero) deixaria de lado o questionamento das estruturas mais amplas e profundas que condicionariam o acesso privilegiado de determinados grupos sociais às esferas decisórias. Juntamente com tais críticas, é importante salientar que muitas das propostas de representação descritiva não levam em conta os condicionantes estruturais próprios da arena política. Pierre Bourdieu (1989) foi um dos autores que tentaram problematizar as estruturas da vida política institucional no contexto das democracias contemporâneas. Utilizando-se do conceito de campo político, Bourdieu buscou identificar o processo de autonomização da política (em relação às outras esferas/campos da vida social) e as características definidoras do jogo político-institucional. Para o autor, o campo político possui suas regras próprias e cada vez mais tem sido dominado por indivíduos

dotados de uma expertise que os diferencia dos cidadãos comuns. A figura do político profissional é central, segundo Bourdieu, na definição das fronteiras do campo político e no estabelecimento dos recursos (definidos por ele como capital) que possibilitam aos “novatos” tanto o acesso ao campo quanto a sua sobrevivência nele. E é no contexto das eleições que se observa a importância do capital político (definido como um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido pelos(as) eleitores(as)) para o sucesso eleitoral (Santos, 2016). É nesse sentido, portanto, que as candidaturas de pessoas trans se inserem e acabam por esbarrar em balizadores de captação política, performando variados perfis de trajetórias e experiências de vida, trazendo um valor heterogêneo na análise das mesmas.

Nesse íterim, enfim, a consolidação e a constituição do ativismo trans vinha se perpetuando durante os anos e adquirindo uma roupagem cada vez mais identitária e com uma capacidade de projeção política mais vasta e promissora. Entretanto, o processo de sua formação não se realizou de forma homogênea, tampouco pacífica, de modo que, antigamente, o termo trans ainda não era usado e ainda sequer idealizado, motivo que causou muita estranheza na aceitação, principalmente, de travestis a se entenderem e identificarem enquanto trans, por haver, assim, um conflito muito grande entre a suposição de apagamento dessas histórias já construídas por travestis e, neste viés, idolatrar a construção da identidade travesti para que não fosse esquecida e, de outro lado, a tentativa de conjugar as lutas e existências em prol de uma identidade e entendimento que abarcasse todas as possibilidades não-cisgêneros e dissidentes do modelo cisheteronormativo, porquanto passaram a chamar, precipuamente, de comunidade *trans* esse conjunto de pessoas e corpos que vinham se remodelando e enfrentando o sistema já enraizado de políticas e marcadores sociais.

Ou seja, por um ângulo havia a necessidade de projetar demandas inclusivas e diversas na tentativa de reunir pessoas não-cis e idealizar uma luta que se comunicasse com todas essas existências, tentando ser cada vez mais plural e equitativa, e por um outro viés havia a negativa de travestis em aceitar o novo termo por temerem, de certa forma, o apagamento histórico daquilo que já haviam construído e proliferado socialmente.

Marca-se, dessa forma, um embate entre as letras “Ts” (que compõem a sigla) na busca por um espaço na arena política e social e por uma identificação que atendesse seus anseios e reivindicações. Assim sendo, para que se possa analisar de maneira mais contundente o que atualmente se tem por ativismo trans num geral, faz-se necessária uma observação acerca dessa disputa entre as identidades “Ts” e de que forma isso ocorreu.

### 1.1 Divergência entre identidades: a luta entre as letras “Ts”

Entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, acentua-se o impasse em relação aos termos identitários utilizados, não havendo consenso nacional no movimento sobre a forma considerada correta. A letra “T”, em “GLT” ou GLBT<sup>17</sup>, poderia designar indistintamente “travestis”, “transexuais” e/ou “transgêneros”, havendo grupos que utilizavam a sigla GLBTT ou GLBTTT<sup>18</sup>. Facchini (2005) afirma que o termo “transgênero”, assim como a sigla GLBT, começou a ser empregado a partir da relação de alguns grupos brasileiros com o movimento internacional em torno da organização das “Paradas do Orgulho GLBT”, mais especificamente a InterPride<sup>19</sup>, no final dos anos 1990. Nessa época, a sigla usada na América do Norte e na Europa era GLBT, sendo o “T” referente a *transgender*<sup>20</sup>. Ainda afirma a autora que, apesar de uma das finalidades do uso de identidades coletivas pelas ONGs do movimento ser a possibilidade de financiamento por parte de fundações internacionais que à época utilizavam o termo *transgender*, boa parte das

---

<sup>17</sup> A letra “B” de bissexuais só é incluída oficialmente na sigla em 2005, mesmo já sendo utilizada por diversos grupos no país.

<sup>18</sup> Nesses casos, “TT” se refere a travestis e transexuais e “TTT” a travestis, transexuais e transgêneros. Há ainda outras variações na ordem das letras, na maioria das vezes defendida com base na necessidade de visibilidade para segmentos específicos do movimento. Um exemplo é a sigla LGTTB, utilizada pelo Grupo Identidade, ONG que atua na cidade de Campinas (SP).

<sup>19</sup> International Association of Pride Organizers. “InterPride is the international association for organizations that produce Pride Events around the world. Our member organizations are dedicated to producing Pride events for the global Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Intersex (LGBTI) community” (Em: [www.interpride.org](http://www.interpride.org)). Acesso em 15/05/2023.

<sup>20</sup> Tradução de “transgênero” em inglês.

ativistas travestis e transexuais brasileiras não se “reconheciam” na expressão “transgênero” (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Em 2004, por exemplo, no II Encontro Paulista GLBT, realizado entre 6 e 8 de agosto em São Paulo, todas as vezes que se usava a palavra “transgênero” para se referir a travestis e transexuais, as mesmas simulavam um espirro em coro como protesto. Argumentava-se que “transgênero” era um conceito e não uma identidade e, uma vez que a sigla do movimento era composta por identidades, ele deveria ser removido. Nessa ocasião se configura, no estado de São Paulo, a sigla GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) (CARVALHO; CARRARA, 2013).

O conflito em torno do termo “transgênero”, inicialmente, é pautado por questões políticas e, principalmente, por causa de investimentos nacionais e internacionais para a elaboração de políticas públicas. Ou melhor: havia, à época, uma grande pressão de outros países (majoritariamente os Estados Unidos) para uma alteração dos termos adotados no Brasil em torno das identidades sexuais para que fosse facilitado o acesso de financiamentos quanto à questão. Como as organizações se arquitetavam muitas vezes em prol de arrecadações de dinheiro e investimentos para uma melhor organização nas suas estruturas e ações, havia, em contrapartida, uma necessidade de prestação de contas em suas iniciativas e, com isso, uma investida para que o termo se difundisse e fosse aceito entre as identidades propostas à época se realmente se institucionalizasse.

Nesse contexto, notam-se dois elementos na proposição do uso do termo “transgênero”: a união política e ideológica entre travestis e transexuais que facilitaria o acesso a recursos e financiamentos, e a pressão por adequar os termos utilizados no Brasil àqueles usados internacionalmente. Porém, as consequências dessa união e da submissão das categorias identitárias brasileiras às categorias internacionais foram consideradas mais negativas que benéficas pelo movimento.

Na esteira das discussões das pessoas militantes e ativistas em favor da construção de um ativismo trans, o termo “transgênero” foi, então, rejeitado por alguns fatores: 1) não incluía as identidades já construídas por pessoas trans e



travestis naquele período; 2) era um termo que não coadunava com as percepções nacionais de gênero; 3) por ser um termo advindo de ideias internacionais, era um termo de difícil compreensão e acolhimento e que acabava por invisibilizar as “verdadeiras identidades” brasileiras; 4) o uso do termo passava pelo não-reconhecimento da categoria como descritiva da “vivência de gênero” dessas pessoas (CARVALHO; CARRARA, 2013). Alguns membros que se debruçavam na controvérsia da aceitação ou não do termo argumentavam no sentido de que internacionalmente o entendimento de “transgênero” era tido como uma parcela de pessoas que transitavam entre o binarismo de gênero, o masculino e o feminino (o que hoje se tem similar ao que se compreende enquanto pessoas não-binárias), não englobando, com isso, a identificação de homens e mulheres trans que, por conseguinte, não transitavam entre os gêneros binários.

Assim, aos poucos, o movimento começou a utilizar o termo “trans”, fosse em “pessoas trans”, “mulheres e homens trans”, ou simplesmente “trans”, porém sem compor as definições oficiais da sigla do movimento no Brasil.

Nos anos seguintes, a sigla GLBT vai se consolidando em grande parte das organizações do movimento, sendo o “T” utilizado de acordo com as configurações políticas locais, ora para “travestis”, ora para “transexuais”, ora ainda para “transgêneros”. Já em 2008, na I Conferência Nacional GLBT, após um longo debate, aprova-se que a formulação a ser oficializada no plano político seria “LGBT”<sup>21</sup>, sendo a letra “T” referente simultaneamente apenas a travestis e transexuais (CARVALHO; CARRARA, 2013).

No final de 2005, um grupo de transexuais organiza o I Encontro Nacional de Transexuais com a participação de cerca de 30 lideranças nacionais. Calcado num forte discurso de “protagonismo político”, é fundado, então, o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT). A criação do CNT parece estar inserida num processo mais amplo de construções de redes específicas de cada categoria identitária que compõe o movimento “LGBT”, com exceção

---

<sup>21</sup> Nesta última alteração, a inversão da sigla, colocando-se a letra “L” à frente, foi justificada a partir de um debate sobre gênero, no qual se criticava a suposta hegemonia gay e se postulava a necessidade de dar maior visibilidade às lésbicas. De certo modo, esse processo guarda semelhanças com o que separou as identidades gay e lésbica no espectro mais generalizante do termo “homossexuais”.

dos gays, uma vez que não há organizações formalmente exclusivas para eles. Algumas impressões causam uma certa falta de legitimidade da ABGLT em representar o conjunto das identidades, sendo por vezes vista como uma entidade “gay” (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Em decorrência disso, muito das mulheres transexuais ativistas envolvidas no coletivo criaram um certo limite e distanciamento com os ambientes experimentados pelo movimento “LGBT” e, a partir disso, uma maior aproximação com os campos institucionais voltados ao acolhimento de mulheres, como no caso da participação no “Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS e outras DSTs”. Essa divergência e essa segregação com militantes do movimento “LGBT” em geral levou a uma maior afinidade com os movimentos feministas que vigiam à época, mas, por conta desse fenômeno, foi alvo de críticas e acusações de uma imensa divisão do movimento como um todo (aquele que era pautado por questões atinentes ao gênero e à orientação sexual de um modo geral), tendo como repercussão o fato de que o movimento de pessoas até então entendidas e identificadas como transexuais de deslegitimar, por certo ponto, o movimento de travestis.

Ademais, percebe-se, consoante à análise histórica, que o movimento transexual adveio da luta e do movimento das travestis, que foram precursoras nos embates travados contra a hegemonia cisheterossexual.

Entretanto, em casos nos quais tais imagens hegemônicas são construídas em interações sociais mediadas por um estigma, há que se considerar que a luta por reconhecimento não se processe apenas na “elevação de valores” associados a certo tipo de pessoas, mas fundamentalmente nas possibilidades de reconfiguração do estigma. Levanto, então, a hipótese de que, ao menos no caso do ativismo de pessoas trans, esta luta tem sido operada a partir da proposição de regimes de visibilidade alternativos, criando novos padrões para as experiências trans que buscam diminuir, suprimir ou inverter a discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real (CARVALHO, 2015, p. 35).

Ou seja, posteriormente, em torno dessa desavença entre as questões e demandas de travestis de um lado e de pessoas transexuais do outro, há correntes que apoiavam a ruptura e outros entendimentos que negavam a separação desses espaços. O que se prezava, em muitos casos, era que houvesse uma coerência identitária e uma visibilidade de todas as pessoas, sem que acontecesse qualquer invisibilização de lutas e apagamento de

referenciais históricos e sociais em torno de qualquer construção de identidades.

A dicotomia entre o “processo transexualizador” (que seria a questão da redesignação sexual através de cirurgia) e a identidade de mulher independente das composições corporais foi um fenômeno importante na elaboração e construção do ativismo trans na defensoria de um coletivo plural e que abarcasse todas as identidades. As travestis, por um lado, não se identificavam enquanto transexuais – em que se fixaria num entendimento, à época, de um processo de transição – e do outro lado luta para que fossem reconhecidas como mulheres independentemente dos seus corpos, feições, desejos e signos.

A metáfora de que, após a cirurgia, “elas atravessam o arco-íris, pegam o pote de ouro e vão embora” é repetidas vezes utilizada por diversas militantes travestis como acusação pela falta de compromisso político daquelas que se identificam como transexuais. Esse debate aponta para um paradoxo: é necessário reivindicar ser reconhecida como transexual para ter acesso às tecnologias médicas de alteração corporal, ou seja, ao processo transexualizador, porém, após a sua conclusão, manter essa identidade perderia sentido (CARVALHO; CARRARA, 2013).

No pano de fundo do processo de construção da categoria “transexual” em uma identidade política diferente da de “travesti”, há também que se levar em consideração a popularização do vocabulário médico-psiquiátrico e a disponibilização de tecnologias de redesignação sexual nos serviços públicos de saúde<sup>22</sup>.

Em 1997, as cirurgias de redesignação genital deixam de ser consideradas “crime de mutilação” e passam a ser realizadas em caráter experimental em alguns hospitais universitários do país, segundo a Resolução 1482/97 do Conselho Federal de Medicina (CFM). Nesse novo cenário,

---

<sup>22</sup> Tais procedimentos relacionados ao processo transexualizador foram normatizados pela Portaria GM n. 1.707 de 18 de agosto de 2008, retirando o caráter experimental das cirurgias em mulheres transexuais (MtF, Male to Female), como a neovulvocolpoplastia (Arán & Murta, 2009). Mais recentemente, em meados de 2010, o CFM retirou o caráter experimental das cirurgias de caracteres sexuais secundários em homens transexuais (FtM, Female to Male), como a mastectomia e a histerectomia, através da Resolução CFM nº 1.955/2010.

configura-se uma aliança estratégica de militantes do Coletivo Nacional de Transexuais com setores progressistas da academia<sup>23</sup>. Essa aliança foi responsável por uma série de mudanças nas políticas públicas de saúde voltadas para a população transexual e, ao mesmo tempo, por consolidar essa identidade como diferente da identidade travesti (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Enquanto as organizações de travestis surgiram em resposta à violência policial e à epidemia de AIDS, as organizações exclusivamente transexuais surgiram a partir das relações entre pessoas que buscavam entender o "fenômeno da transexualidade" e que exigiam políticas que permitissem o acesso às tecnologias médicas de transformação corporal, especialmente àquelas relacionadas à redesignação genital. Em grande medida, a reconstrução do discurso médico-psiquiátrico sobre transexualidade realizada por essa militância passou pela diferenciação de suas experiências em relação àquelas vividas por travestis. No entanto, muitas das lideranças envolvidas na construção de um movimento transexual tiveram parte de sua construção identitária numa relação muito próxima com o universo travesti, principalmente no que diz respeito à prostituição, seja como profissionais do sexo, seja trabalhando em programas de prevenção junto a essa população.

Sendo assim, havia uma grande disputa no aspecto identitário e político entre as pessoas que se entendiam e identificavam enquanto travestis e aquelas que se identificavam enquanto transexuais, instaurando um amplo debate acerca do tema que até então era novo e ainda não contava com muitas referências e estudos sobre a questão, bem como um temor, por parte das travestis, de ver um apagamento histórico quanto à sua identificação e luta político-social. Hoje, por exemplo, não há diferença substancial entre ser uma mulher travesti e uma mulher trans, de forma que a identificação é subjetiva e somada por vários fatores internos. Contudo, tal situação não é pautada na questão corporal ou afins (embate travado no início dos anos 2000 até por volta de 2010), até mesmo porque se estaria invisibilizando e deslegitimando um

---

<sup>23</sup> Principalmente através do trabalho desenvolvido no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-UERJ) pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Arán, que coordenou a "Pesquisa Nacional sobre Transexualidade e Saúde: condições de acesso e cuidado integral" (IMS-UERJ/MCT/CNPq/MS/SCTIE/DECIT).

discurso e uma narrativa de pessoas extremamente vulneráveis e totalmente atravessadas pela desigualdade já enraizada no sistema tecnopatriarcal/machista/elitista e cisheteronormativo que vive o mundo como um todo.

A transposição de distinções entre identidades coletivas politicamente articuladas para categorias burocráticas de sujeitos dentro do aparelho de Estado não é irrelevante. Um dos efeitos desse processo pode ser visto nas campanhas realizadas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, fundada em 2000, é a principal organização do movimento em nível nacional) em parceria com o Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde. Apesar de ser mais comum a referência ao dia 29 de janeiro como “Dia da Visibilidade Trans”, tais campanhas trazem a expressão “Dia da Visibilidade das Travestis”. Isso se deu devido à verba destinada às travestis figurar sob a rubrica destinada à categoria “gays, travestis e outros HSH” nas políticas de enfrentamento à epidemia do HIV/AIDS, ao passo que a categoria “mulher transexual” já estava alocada no “Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS e outras DSTs”, cuja verba era significativamente inferior (CARVALHO, 2018, p. 4).

Essa separação também teve efeito sobre alguns canais de interação sócio-estatal, principalmente sobre os conselhos de políticas públicas para “LGBTs”. Tais conselhos são, em sua maioria, compostos por representantes escolhidos a partir das diferentes categorias identitárias reconhecidas dentro do movimento “LGBT”. Assim, com a oficialização de uma nova categoria, “mulher transexual” ou “transexual”, um novo assento é criado na maioria deles. O que pode ser percebido como um processo de adaptação do Estado a uma demanda de um movimento social acaba se configurando como um processo reflexivo. Como bem aponta Silvia Aguião (2014), ao mesmo tempo que uma identidade coletiva encontra espaço de reconhecimento na burocracia estatal, esta mesma burocracia propulsiona a formação e a organização dessa identidade coletiva (CARVALHO, 2018).

Mario Carvalho (2011) muito bem aduziu quanto à uma possível distinção na origem do estigma de pessoas travestis e de pessoas transexuais:

as primeiras (*travestis*) são pervertidas a partir do olhar moral da sociedade, as segundas (*transexuais*) são incorporadas numa categoria médico-psiquiátrica. É evidente que a incorporação dos diferentes rótulos na construção da identidade tem suas repercussões e possivelmente constituirá trajetórias distintas. Ser um desviante moral, como no caso de travestis, implicará no manejo e na negociação constante com a oficialidade e a constituição de redes sociais associadas à marginalidade. Enquanto ser um desviante “mental”, como no caso de transexuais, implicará uma incorporação

total ou parcial de uma experiência de gênero medicalizada, que provavelmente passará por um processo de construção identitária em interlocução com os saberes e práticas médicas (CARVALHO, 2011, p. 63).

Ou seja, o ponto de partida para a práxis social do rótulo estigmatizante se depreende de destinos diferentes, de modo que as travestis não são vistas moralmente como detentoras de direitos e garantias individuais, nascendo de um pensamento totalmente excludente e que privilegia a existência de pessoas cisgêneras e deturpa corpos que não se enquadram nesse cenário. Por um outro viés, contudo, ser rotulada como uma doença<sup>24</sup> que precisa ser medicada traz um certo privilégio na responsabilização de sua condição, diferenciando, assim, da eliminação social de forma tão radical.

Nesta senda, daí, que os elementos corporais, as performances e as possibilidades de trabalho compõem um mesmo conjunto de características vinculadas a diferentes padrões que se perpetuam. Desse pensamento, entretanto, que se questiona se são as rotinas padrões que produzem corpos, performances e identidades, ou se a própria rotulação é que conduz à elaboração do padrão que, de certa forma, já está estabelecido. O encaixe de travesti e transexual, por conseguinte, parece construir um determinado “agir” e um determinado comportamento frente à sua identificação.

O processo de diferenciação, portanto, ainda é muito debatido porque a emergência da categoria “transexual” é recente. Dessa forma, para que fosse realizada uma visibilidade, precisou de afirmar e se distinguir da categoria “travesti”. Seguindo as considerações de Bauman (2005) e Hall (2006), a identidade só se produz na diferença, logo a emergência da identidade transexual colocou o desafio de definição do que é uma travesti.

Essa construção de identidades e entendimento quanto à orientação sexual e identidade de gênero ainda é um espaço de pouca ocupação e que contém muitas controvérsias, discussões e remodelações, transpassando o tempo e se consolidando ao decorrer dele, mas ainda não muito bem fixado,

---

<sup>24</sup> Importante tomar nota aqui nesse ponto pelo fato de que não se faz nenhuma concordância quanto ao estigma trazido pelo entendimento construído acerca de se considerar uma doença, muito pelo contrário, apenas se traz o contexto fático social delineado para explicar as nuances entre os estigmas que sofrem as pessoas transexuais e travestis num panorama amplo e histórico.

haja vista, por conseguinte, a fluidez nas performances de gênero e na pluralidade de existências e possibilidades.

Em virtude de todo esse panorama, dessarte, o ativismo trans vem buscando canais de representação política, mas isso não significa que tal fenômeno seja homogêneo. Pelo contrário, há muita luta nessa construção enquanto luta coletiva e que permeia os ambientes das interseccionalidades de forma contundente e está sempre em um processo construtivo para buscar abranger, de forma plural e diversa, as reivindicações de pessoas trans, para que ocorra uma inclusão de suas perspectivas sociais pelas vias institucionais e democráticas.

A noção de travestis e transexuais como população-alvo de uma política pública, mesmo que operada através de uma ONG, abre a possibilidade de considerá-las como cidadãs. Todavia, isso só parece ser possível, até hoje, através dos financiamentos relacionados às políticas de enfrentamento da epidemia da AIDS. Pelúcio (2009) chamou esse processo de “SIDAdanização”, no âmbito do qual:

a politização desses indivíduos, tomada como meta, pode ser vista como uma estratégia de controle bastante sutil, centrada na responsabilização dos sujeitos [...]. Ao estimular o “senso de organização de categoria”, fomentar a “consciência política” trabalhando a autoestima e o fortalecimento, [...] volta-se para o desenvolvimento de uma “nova” consciência política (PELÚCIO, 2009, p. 110-111).

Após o afastamento de grande parte das ativistas envolvidas no CNT, o contexto das disputas identitárias mudou nos últimos anos. Alguns fatos parecem mais relevantes nesta mudança: (i) a organização política dos homens trans; (ii) o surgimento de novas redes nacionais como a RedTrans, formada inicialmente por dissidentes da ANTRA, a Associação Nacional de Homens Trans (ABHT) e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT); (iii) uma maior valorização dos processos eleitorais como espaços de disputa política; e (iv) a democratização no acesso à internet e às novas tecnologias de comunicação e informação, especialmente o amplo uso de redes sociais como o Facebook e o Twitter. Este novo cenário traz para a cena política novas/os

atrizes/atores produzidas/os em diferentes bastidores. O que antes foi chamado de “movimento de travestis”, posteriormente “movimento de travestis e transexuais”, é agora formulado como “movimento de travestis, mulheres transexuais e homens trans”, ou apenas “movimento trans”. Entretanto, a categoria “movimento” abarca apenas uma parte do elenco. Ainda bastante significativo do ponto de vista de sua capacidade de incidência política e diálogo com órgãos governamentais, o movimento é composto formalmente por suas redes nacionais (ANTRA, RedTrans, ABHT, IBRAT e ABGLT) e as ONGs e coletivos que as compõem (CARVALHO, 2015).

Não obstante, neste novo cenário, os partidos políticos e os processos de disputa eleitoral vêm se configurando como um espaço legítimo e acessado para uma luta mais ampla por reconhecimento de pessoas trans. Não se trata apenas de uma ampliação no número de candidaturas aos diferentes níveis legislativos, mas também de uma maior participação em espaços do poder executivo em todos os níveis e de uma participação maior no processo eleitoral com declarações públicas de apoio a diferentes candidatas/os que sejam consideradas/os aliadas/os. A participação em partidos políticos não é algo totalmente novo, mas o que destaque aqui é a relevância do surgimento de novos/as atores e atrizes cuja vinculação política principal é a uma legenda partidária e não a uma organização oficial do movimento. A novidade também é perceptível na internet. Surgem páginas e fóruns de discussão de pessoas trans que acabam por incorporar pessoas que nunca tiveram contato formal com o movimento, mas que participam de debates políticos e ações ativistas online e offline. Aparecem então *ciberativistas* que atuam em diferentes esferas a partir de um uso sistemático e articulado das novas tecnologias (CARVALHO, 2015).

Houve, de certa forma, um certo consenso entre as questões identitárias de pessoas trans pelo uso apenas da categoria “trans”, de forma a abarcar todas as possibilidades existentes que não dialogam de maneira alguma com o modelo dominador e opressor cisgênero, sendo um termo “guarda-chuva” que perpassa qualquer discussão histórica e social, cristalizando uma pacificação nas lutas e embates que antes travavam as pessoas que militavam em prol de afirmação de gênero entre o binarismo.



A busca por uma maior visibilização ganhou mais força quando essas existências se juntam para idealizar e conjecturar um ativismo que não é singular e excludente, mas que vê na heterogeneidade um meio de concretizar demandas plurais e dialogar com todas as vozes que compõem esse coletivo.

Trabalhos recentes, como o de Barbosa (2010), apontam que o uso do termo “trans” como categoria identitária é frequente entre pessoas que poderiam ser classificadas como “travestis” ou “transexuais”. Além disso, o termo também cumpre com outra finalidade almejada na antiga proposta de utilização de “transgênero”: a visibilidade positiva com a eliminação do uso do termo “travesti”, considerado estigmatizante, e a abreviação do termo “transexual”, que teria um caráter medicalizante, conforme relato de algumas informantes. Essa proposta de substituição de “travestis e transexuais” por “trans” foi se fortalecendo ao longo dos últimos anos, sendo formalmente apresentada no final de 2010, durante o XVII ENTLAIDS (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Todavia, tal processo ainda não é integralmente aceito dentre as pessoas não-cis e possui pontos de discussão muito fortes até o presente momento, mas se vislumbra, num futuro promissor, um melhor remanejamento das construções sociais que trouxeram o ativismo até o patamar que se encontra hoje: ganhando visibilidade e representação política. Ademais, há uma gigante tendência por parte da militância de que a unificação da categoria não seria problemática, ao passo que os financiamentos e os recursos recebidos se juntariam em um único desígnio, bem como a adesão ao termo trans de forma geral não invisibilizaria nenhuma vivência, tampouco produziria um estigma capaz de afetar essas pessoas pertencentes ao recorte minoritário (e oprimido) de gênero.

Ativismo trans, portanto, atualmente é entendido como uma expressão mobilizada para designar a rede que tem se estabelecido entre atores/atrizes/*performers* trans, geralmente inseridos em movimentos sociais, buscando reivindicar direitos, denunciar violências e adentrar à cena política, a partir de diversos regimes de visibilidade. O uso dessa expressão está amparado no que Carvalho (2015, p. 25) observou: “a categoria movimento abarca apenas uma parte do elenco”. Assim, o ativismo trans abarca “novas

formas disponíveis de construção política para além, mas não excluindo, as já desenvolvidas pelas redes e suas ONGs” (CARVALHO, 2015, p. 26). Ele compreende as múltiplas formas de organização política e de resistência, tais como a militância em coletivos, a participação em associações e organizações não-governamentais (vinculadas ou não a outros movimentos sociais), a interlocução com órgãos governamentais e, dentre as mais recentes, o ciberativismo trans, o ativismo trans na academia e a representação política (CARVALHO, 2015, 2017; CARRARA, 2015; COACCI, 2018; LINS; MESQUITA, 2020).

Contudo, mesmo com essa tentativa de englobar a diversidade, as tensões com o movimento homossexual são persistentes a partir de denúncias de transfobia. Quanto ao movimento feminista, com a ampliação das correntes feministas, as questões trans passam a ser um eixo de debate cada vez mais necessário, ainda que haja tensões com a ala do feminismo radical, que não as acolhe como sujeito político do feminismo identificado com o sexo biológico.

É dessa forma, portanto, que se constrói e se modela o ativismo trans e que reverbera até hoje na tentativa de, cada vez mais, perceber-se reconhecido como um sujeito político capaz de travar embates na arena política e ver-se, gradualmente, visível diante de um sistema que preza pela sua exclusão.

## **1.2 Um novo paradigma: quem compõe o ativismo trans hoje?**

Embora pareça que o ativismo trans se resume apenas a mulheres, dadas as suposições acima e os referenciais teóricos sobre as disputas identitárias travadas entre travestis e transexuais, não existe, na verdade, essa concretude. A participação e a adesão de homens trans, bem como pessoas não-binárias, sempre manteve um paralelo nessa construção de um ativismo que fosse capaz de suportar todas as vozes que não tinham a cisgeneridade como expressão de gênero.

Os defensores da categoria “homem trans” como identidade coletiva e política do movimento argumentavam a necessidade de operar categorias já

existentes e que fossem inteligíveis para o poder público a fim de facilitar os processos de negociação de políticas públicas e conquistas de direitos. O que a princípio poderia ser interpretado como uma disputa entre uma posição mais “democrática” e “englobante” da diversidade de expressões de gênero presentes no encontro *versus* uma posição mais pragmática em vista das interações socioestatais, foi se mostrando mais nuançada e atravessada por outros marcadores sociais da diferença (CARVALHO, 2018).

Sendo assim, muitas questões se modificaram na seara do ativismo trans ao longo de toda a sua construção. Os entendimentos e ressignificações destes eventos na busca de experimentações quanto à expressão de gênero reformulam a categoria estigmatizada para a luta política que também se opera numa disputa de linguagem. Não à toa, portanto, alguns pontos de tensão entre as gerações estão na oposição entre percepções mais fluídas ou mais estanques das construções do gênero.

Nesse sentido, as ambiguidades atribuídas às categorias “travesti” e “não-binária” não seguem o mesmo sentido. No primeiro caso, a ambiguidade se insere no sistema de visibilidade através dos conceitos de “truque”, “fake”, “quase mulher” etc.; ao mesmo tempo que carrega a pressuposição de uma impossibilidade somática e/ou psíquica de trânsito completo, com a sensação de que nunca se chegará ao patamar de “mulher de verdade”, sendo para sempre vista como “travesti”; No segundo caso, a ambiguidade configura-se como objetivo político último da construção identitária, seja pela rejeição política e subjetiva da categoria de “homem” seja pelo caráter revolucionário que a nova literatura suscita para conferir a essa posição.

Mario Carvalho (2018) resume tal ideia, em que aduz:

a ambiguidade travesti também possui seu poder, ainda que num uso reverso das valorações estigmatizantes. Entretanto, o mesmo não parece acontecer no espectro das masculinidades trans nas classes populares. Para esses homens trans das periferias urbanas, a ausência de ambiguidade é a possibilidade de proteção e segurança. Nesse ponto, um delicado, porém necessário, debate se coloca: a inevitável diferença nas possibilidades sociais de pessoas trans a partir dos diferentes pontos de partida e chegada no processo de “transição de gênero”. Não se tratam daqueles processos de socialização primária tão em voga em discursos feministas conservadores. Mas das expectativas e respostas sociais àquilo que é grossamente percebido como “um homem que vira mulher” e “uma mulher que vira homem”. Assim, não é possível que as posições

frente à “fixidez” ou “fluidez” de gênero se manifestem de forma igual no espectro masculino e feminino das experiências trans. Mesmo se guiarmos nosso pensamento pelos extremos do binarismo de gênero, à “mulher”, enquanto categoria idealizada, está disponível um espectro maior de feminilidades que varia da “santa” à “puta”. Enquanto, para o “homem”, também como categoria idealizada, o espectro de masculinidades é bem mais reduzido, sendo pequenos desvios suficientes para a exclusão de um sujeito de tal categoria, seja ela operada por si mesmo ou por terceiros (CARVALHO, 2018, p. 20).

Neste viés, portanto, dois marcadores sociais de privilégio são essenciais para a compreensão do fenômeno e das rupturas na construção do ativismo: classe e geração. Sendo assim, as trajetórias de posições sociais distintas se inferem nas maneiras de se analisar os discursos e as matrizes explicativas de gênero e do fazer política. A dificuldade de se explicar o fenômeno das conexões e das construções identitárias é um fator presente na tentativa de entender todo o levantamento da questão e de que forma isso se realizou, de modo que não existe uma linearidade neste estudo e tampouco se presta a provar, de forma robusta, qualquer averiguação extremamente firme.

O que se passava, portanto, naqueles encontros não era necessariamente um debate em torno de qual a melhor categoria identitária a ser utilizada pelos e pelas ativistas, mas a expressão de tensões internas que simbolizavam a dificuldade na produção de reconhecimento recíproco de marcadores de raça, geração, regionalidade e classe. Logo, expressar trânsitos de gênero não era um arco de compreensão do sistema de opressões e estigmas suficiente para garantir a unidade do grupo sem se levar em consideração a intensidade sentida ou percebida de tais trânsitos, assim como os constrangimentos aos mesmos a partir de diferentes marcadores sociais da diferença (CARVALHO, M. 2018).

Neste íterim, enfim, é que se busca, mas não de forma definitiva, porque realmente é uma questão aberta e contínua, de compreender a composição do ativismo trans na atualidade e quem ele representa.

De forma majoritária, entretanto, tem-se que todas as possibilidades de existências, identidades, expressões e vontades que não se entendem enquanto pessoas cisgêneros fazem parte do movimento trans e que, hoje, pretender dar visibilidade a quem se identificar com o gênero trans e, ainda, com a identificação não-binária, em que foge da abordagem dicotômica entre homem e mulher.

Mulheres transexuais, travestis, homens trans, pessoas não-binárias (que em seu espectro engloba inúmeras outras possibilidades de identificação,

ao passo que entre a identificação masculina e a feminina existem tantas várias nuances) se transformam num conjunto maior que tem a nomenclatura “trans” como aglutinadora de reivindicações e demandas em prol das suas lutas, sendo um paradigma histórico/social/cultural num embate contra a hegemonia sexista, patriarcal, cisgênero, heterossexual, elitista e branca que se enraizou num sistema que tenta, a todo custo, elidir suas vivências e, ainda, silenciar suas vozes.

Em resumo, a construção do ativismo trans tem sido um processo complexo e contínuo, marcado por muitas lutas e conquistas. Apesar dos enormes desafios que a comunidade enfrenta, o ativismo trans continua a ser uma força poderosa na luta por direitos e inclusão para todas as pessoas transgênero, não-binárias e outras identidades de gênero não-conformes.

### **1.3 Reconhecimento, empoderamento, sujeito político e disputa política**

As organizações de pessoas trans surgem também numa passagem de “população-alvo” para protagonistas de uma política conduzida para essa mesma população.

Benvenutty (em entrevista realizada em 19/05/2010)<sup>25</sup>, por exemplo, afirma:

"o protagonismo político das travestis e transexuais é fundamental para garantir que nossas demandas sejam ouvidas e atendidas. Precisamos estar presentes nas mesas de negociação e nas tomadas de decisão para que as políticas públicas sejam pensadas de forma a atender as nossas necessidades" (CARVALHO, 2011).

Marchi (entrevista em 16/08/2010)<sup>26</sup> concorda, afirmando que

"a presença de pessoas trans na política é fundamental para que possamos mudar as estruturas sociais que nos excluem e

---

<sup>25</sup> Fernanda Benvenutty foi fundadora da ASTRAPA (Associação das Travestis da Paraíba) e ajudou a consolidar outras organizações do movimento naquele estado. Apesar de hoje já estar falecida, ela certamente foi uma das lideranças mais influentes do país. Além de seu importante papel na construção das políticas do movimento de travestis e transexuais e na interlocução com órgãos do governo federal, Fernanda foi candidata por três vezes a cargos no Legislativo, municipal e estadual, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em João Pessoa (PB).

<sup>26</sup> Foi uma travesti ativista negra brasileira, tendo sido considerada uma das principais lideranças do movimento no Rio de Janeiro. Era oficialmente conhecida como presidente da ASTRA-Rio, Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro, em que foi cofundadora da organização.

marginalizam. Precisamos de representantes políticos que entendam a realidade das pessoas trans e que estejam dispostos a lutar por nossos direitos" (CARVALHO, 2011).

Neste viés, portanto, é que se desenrola o reconhecimento de pessoas trans ao longo dos anos e que reverbera, aos poucos, no campo político e nas candidaturas que vêm crescendo (conforme análise que se fará posteriormente nesta dissertação).

Além de muita luta, reivindicação e permanência em um lugar que lhes pertence, as pessoas trans tentam ocupar diversos espaços e ambientes que viabilizam as suas demandas e os seus desejos, trazendo pra seara do empoderamento o processo de promover a igualdade, a inclusão e a justiça social para a comunidade.

Existem, assim, diversas maneiras de promover o empoderamento de pessoas trans. Uma delas é por meio da educação e do acesso a informações precisas e confiáveis sobre identidades de gênero e questões relacionadas à saúde e bem-estar. Foi num cenário marcadamente democrático e de muita insistência para que suas existências fossem respeitadas que as pessoas trans começaram, vagarosamente, a construir pontes com pilares da dignidade humana, a exemplo do direito à educação, à saúde, ao mercado de trabalho.

Entretanto, por haver muitas rupturas e divergências dentro do próprio movimento e entre as pessoas que eram representadas e representantes do ativismo, a trajetória do mesmo é marcada por muita luta, discussões e conflitos. A heterogeneidade que permeia a sua constituição é um fator essencial na observação de seu reconhecimento e ocupação do campo político. Por isso, portanto, que a robustez desse fenômeno sofre muitos atritos na sua consolidação, até mesmo porque toda a mobilização social se engendra dentro de um apanhado de singularidades em prol de um bem coletivo e que possa traduzir, mesmo que genericamente, as vontades das pessoas que fazem da sua composição a sua própria existência. Ou seja, o processo de reconhecimento é contínuo e inacabado, haja vista que os entendimentos de orientação sexual, expressão/identidade de gênero e sexualidade são questões que estão em constante evolução, resignificação e transformação.

Embora o acesso de pessoas trans no cenário político ainda não seja tão significativo ao ponto de haver uma grande proteção de seus interesses, a participação das mesmas tem crescido nos últimos tempos (principalmente depois dos anos 2000) e emoldurado um sujeito político que seja capaz de travar embates em paridade de armas (aqui num sentido de igualdade) contra o sistema que as exclui de forma contundente e sem constrangimento algum. A disputa do campo eleitoral por esta minoria sexual representa uma oportunidade de ampliar a representatividade da comunidade na tomada de decisões políticas e na formulação de políticas públicas.

No entanto, a participação de pessoas trans na política ainda é limitada por diversos fatores, como a falta de recursos financeiros, a discriminação e o preconceito, a falta de acesso a espaços políticos e a invisibilidade política. Além disso, as eleições são permeadas por práticas políticas tradicionais e excludentes, que dificultam a participação de grupos marginalizados numa posição de poder e decisão. Tal análise, por oportuno, será feita em momento específico para explicar a ocupação do campo político por pessoas trans e como há uma gigante dificuldade de erguer uma ponte entre a invisibilidade e a tentativa de se ter voz capaz de agir e ser ouvida, num ambiente marcado por homens cisgênero, brancos, ricos e heterossexuais.

É essa interlocução entre a falta de reconhecimento pleno de pessoas trans e a promoção de garantias e direitos que se pauta a dicotomia entre a realização de políticas públicas e leis que garantam seus interesses. Além disso, é importante que essas leis e políticas considerem a autodeterminação de gênero, ou seja, que as pessoas trans tenham o direito de definir sua própria identidade de gênero, sem a necessidade de diagnósticos médicos ou psicológicos.

Em Honneth (2009), toda luta por reconhecimento passa pelo não-reconhecimento. A mobilização política é um processo fundamentado nos sentimentos de não-reconhecimento articulados dentro de uma semântica comum. Negar esse reconhecimento à pessoa é, nessa perspectiva de pensamento, a geração da morte psíquica, morte social e vexação. Para Butler (2018), é ameaçar a possibilidade de existir e persistir, ou seja, a própria viabilidade da vida entra em questão. Definitivamente, a luta por

reconhecimento é, em primeiro plano, uma luta por sobrevivência, considerada por Butler (2018, p. 229) “precondição para todas as outras formas de reivindicações que fazemos”.

O reconhecimento social desencadeia novas dimensões, já que é um processo contínuo e em constante evolução (HONNETH, 2009). Nesse sentido, a busca por representação política é crucial para alcançar o reconhecimento, uma vez que a representação envolve a união de diversas perspectivas, opiniões e interesses (YOUNG, 2000).

A presença de transexuais ocupando cargos legislativos em estados e municípios do Brasil é um sinal da luta contra a exclusão e a falta de legitimidade desses corpos na cena política. Essa conquista foi possibilitada pelo reconhecimento de eleitores tanto trans quanto cisgêneros, que votaram e promoveram a visibilidade da diversidade, afirmando a existência da diferença como uma reivindicação por oportunidades iguais. Na última década, o ativismo trans, que anteriormente mobilizava ações e visibilidade por meio de interlocução com o Estado e outros movimentos sociais, expandiu seu repertório para a esfera eleitoral e passou a disputar representação política em uma luta contra o crescente conservadorismo e a pressão de grupos religiosos que ameaçam o Estado laico (MEDEIROS; CASTRO; SIQUEIRA; 2022, p. 18).

A eleição de representantes descritivos de setores historicamente subalternizados viabiliza uma ampliação dos possíveis papéis livres, acessíveis e disponíveis, o que significa reconhecer uma abertura de espaços e caminhos, contradizendo alegações de que alguns espaços políticos não devem ser ocupados por determinados grupos e minorias.

É essencial reconhecer que a mera presença de grupos marginalizados em espaços políticos não garante automaticamente o avanço de suas pautas, já que esses espaços são muitas vezes resistentes às mudanças e a progressão pode ser lenta. Portanto, é fundamental continuar defendendo a representação desses grupos, ao mesmo tempo em que se valoriza a importância da responsividade direta às suas demandas, como pode ser observado nas experiências dos mandatos trans que serão analisados no fim desta pesquisa. Apesar de ser questionável, a representação que considera as



perspectivas sociais ainda é uma ferramenta importante para promover a inclusão e a diversidade (YOUNG, 2000).

O ativismo trans e seus diferentes repertórios, incluindo a luta pela representação, são considerados como formas coletivas de busca por reconhecimento, servindo como uma ponte para a solidariedade dentro do grupo e para a estima mútua (HONNETH, 2009). Nesse sentido, os laços coletivos formados em torno dessa luta despertam relações solidárias que vão além da mera tolerância, mas que tocam o âmbito da afetividade (HONNETH, 2009). Essas redes sociopolíticas solidárias entre pessoas LGBTQIAPN+ se propagam na contemporaneidade e conferem sentido às vidas de indivíduos que têm sido historicamente vítimas de violência em diferentes instituições, incluindo o Estado. No entanto, é importante manter o movimento político em andamento através da formação de alianças baseadas no princípio da estima social, não apenas com pessoas trans, mas também com pessoas cisgêneros, a fim de que a resistência possa se multiplicar por meio de alianças potenciais (HONNETH, 2009). As contribuições de Honneth, portanto, ao pesquisar o movimento LGBTQIAPN+ como um todo, fazem elo com o ativismo trans no sentido de se estabelecer pontes de apoio e afetividade para o fluxo das instituições políticas e, assim, ampliar o suporte combativo.

É dessa relação entre as pessoas, sejam elas cisgêneras ou transgêneras, que surge uma solidariedade coletiva para lutar por novos discursos, novos protagonismos e novas narrativas, a fim de se contrapor e resistir a tudo o que visa obstaculizar o reconhecimento de quem luta para viver e existir diante da gestão da morte em tempos de não-reconhecimento (MEDEIROS; CASTRO; SIQUEIRA; 2022, p. 20).

Butler (2018, p. 231), em consonância com os argumentos expostos, aduz que a superação da precariedade e a promoção de vidas vivíveis dependem da interdependência mútua, reconhecimento intersubjetivo e relações éticas bem estabelecidas em um nível evolutivo que permita o surgimento de novas formas de reconhecimento (HONNETH, 2009). Isso ocorre porque nenhum ser humano pode existir sozinho, já que é constituído pelo outro, mesmo que este outro busque aniquilar a sua humanidade (BUTLER, 2018).

Além da importância da representação política, é crucial avaliar as conexões dos ativismos trans com diversos atores/atrizes sociais e políticos. É necessário compreender em que medida as alianças se estendem para além dos grupos trans e fortalecem ou enfraquecem as lutas por reconhecimento e representação. Isso pode ajudar a analisar de forma crítica as maneiras de engajamento e colaboração, considerando que o ativismo trans não pode ser visto como algo isolado e desconectado das demais lutas sociais e políticas. Nesse sentido, a compreensão da interdependência entre diferentes grupos sociais é fundamental para se alcançar uma visibilidade dos mesmos.

## **CAPÍTULO II**

### **DA EXISTÊNCIA À OCUPAÇÃO POLÍTICA: O CAMINHO PERCORRIDO E A VIOLÊNCIA SOFRIDA**

#### **2.1 Constituição de um sujeito político e a opressão através do poder de dominação dos corpos dissidentes**

Partindo do entendimento abordado no primeiro capítulo de como se estruturou e como se consolidou o ativismo trans e todas as suas remodelagens (que ainda não se esgotaram, até mesmo por ser um fenômeno social contínuo), bem como de que forma há a consideração hoje do que se tem enquanto fenômeno capaz de moldar discussões políticas, faz-se necessário, neste capítulo, observar e analisar de que forma o sujeito político trans adentrou na esfera política e quais são os entraves que este recorte social encontra na tentativa de ocupar um espaço historicamente machista e transfóbico que estruturalmente reforça as relações de poder<sup>27</sup> já existentes.

Em assim sendo, a ocupação do campo político e as relações de poder enraizadas e perpetuadas são de fulcral importância na investigação da presente pesquisa, de modo que a apropriação de um espaço que, diariamente, reforça normativas para a exclusão de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade é um processo extremamente complexo e marcado por inúmeras batalhas que transformam o cenário político e eleitoral, ao passo que as candidaturas de pessoas trans é um movimento transversalmente oposto aos critérios de persistência da hegemonia cisgênero e heterossexual, encontrando óbices organizacionais e somáticos na construção de uma democracia descritiva e equitativa que represente todos os corpos.

Por conseguinte, a trajetória percorrida pelo ativismo trans para fazer-se percebido e concebido como um sujeito legítimo de lutas e reivindicações, bem como detentor de possibilidades legislativas e representações por meio de candidaturas, é marcada pela resistência de um meio conservador que vê

---

<sup>27</sup> Para Michel Foucault, o poder acontece como uma relação de forças. Sendo assim, o pensador francês apresenta dois dispositivos utilizados pela sociedade para a justificação do poder e para a domesticação dos corpos que compõem o espaço social, são eles: vigilância e punição. Esses dois dispositivos são inseridos na sociedade de forma discreta, chegando a um ponto na construção da sociedade que a existência desses dispositivos é vista como necessária, indispensável e legítima pelos próprios cidadãos (FOUCAULT, 1997).

nesse fenômeno uma ameaça pela perda de poder e legitimidade e que, evidentemente, reforça paradigmas e estereótipos para a manutenção do sistema que foi idealizado para privilegiar existências padrões (diga-se, por oportuno, que são as socialmente concebidas dentro de um espectro notadamente preconceituoso e deturpado) e que, institucionalmente, barra as vias de progresso democrático que provocam afrontamento ao que já está posto e dominado.

Neste diapasão, então, é que se pretende identificar a estruturação do sujeito político dissidente e, a partir daí, as relações de poder e as opressões/repressões sofridas pelas pessoas trans por conta de obstáculos na concretização de suas candidaturas e suas visibilidades.

Partindo do pressuposto que a caracterização de uma demanda de pessoas está centrada na heterogeneidade de suas reivindicações e na possibilidade múltipla de existências, ao tentar analisar a configuração do sujeito político - ativismo trans - é necessário perceber a complexidade do fenômeno e a problemática por trás desse entendimento. Para, assim, compreender de que forma opera o poder detido nas mãos daqueles que ocupam posições de privilégio dentro de uma sociedade discriminatória.

As premissas acima expostas, portanto, permitem fazer a vinculação de sujeito e poder, em que a questão da sexualidade e gênero se entrelaça na busca por uma construção narrativa de operacionalização das dinâmicas sociais e dos espaços que pertencem cada grupo social. Para Foucault (2010), a constituição do sujeito na modernidade é o elemento articulador de seus trabalhos e que dá organicidade ao conjunto dos temas que estuda, sendo uma declaração que dialoga com Judith Butler (2013) ao problematizar o sujeito de gênero e todo o cenário existente nessas manifestações, concebendo o sujeito como o produto passivo das técnicas de dominação e o trabalho feito sobre a subjetivação.

Neste sentido é que Foucault (2010) aponta os três modos pelos quais as pessoas se objetivaram como sujeitos. O primeiro refere-se aos modos de investigação que pretendem atingir o estatuto de ciência: a linguística, com o sujeito do discurso; a economia, com o sujeito que trabalha; e a biologia, com o

sujeito que está vivo. O segundo são as denominadas práticas divisoras, que dividem o sujeito em seu interior e em relação aos outros, como o doente e o sadio, o louco e o são, o criminoso e os “bons meninos”. O terceiro refere-se à sexualidade, modo pelo qual as pessoas tornam-se elas próprias sujeitos e se reconhecem como sujeitos de “sexualidade”.

Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito ao outro através do controle e da dependência, e ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita (FOUCAULT, 2010a, p. 278).

Em complementação, percebe-se que a noção de sujeito pode estar atrelada a um mecanismo de coerção social em que se divulga a ideia de um sujeito estático e pronto, para configurar uma melhor maneira de exercer o poder sobre pessoas dissidentes.

O mérito destes estudos está em questionar as premissas do pensamento político e social que tomou os indivíduos como dado natural, pronto e acabado. Ao fazer isso, revelaram uma complexa rede de mecanismos de poder que imputam a cada pessoa uma identidade baseada em papéis e práticas generificados e sexualizados conforme padrões hegemônicos de normalidade. Os sujeitos são construídos, de acordo com tais abordagens, por meio da sujeição a tais mecanismos. Estes, por sua vez, cumprem função de organizar e estruturar as relações sociais delimitando hierarquias e disciplinando a conduta das pessoas (ALVES, 2016, p. 23).

Conforme se observou no capítulo anterior quanto à história e à concretização do ativismo trans, a subordinação sempre foi um fator presente nas relações postas com pessoas não-heterossexuais e não-cis, de modo que o contexto que marca a sujeição, portanto, é decisivo na constituição do sujeito político.

As organizações civis em prol do enfrentamento da marginalização e da subalternidade, bem como os processos de aglutinação dos coletivos para fortalecer suas demandas, marcou uma construção de um sujeito político que arrecadava forças e instrumentos para a modificação da estrutura social. No percurso de poucas décadas a população trans tentou sair de uma condição de grupo social estigmatizado, inorgânico e pulverizado para um movimento social politicamente organizado e que fosse capaz de incidir tanto na sociedade civil quanto na sociedade política.

Ao tomar a constituição do sujeito e de sua identidade pelas microrrelações de poder que operam no campo cultural, deixam em aberto as

lutas políticas que operam no terreno das relações macrossociais, em especial a arena estatal. Isso coloca a necessidade de se responder a outro problema, o da constituição do movimento social como sujeito político capaz de intervir naquela arena. Ao constituir-se enquanto sujeito político, este ator passa a incidir na relação entre sociedade civil e Estado, o que engendra um conjunto de desafios próprios da atuação neste terreno (Alves, 2016).

As lutas e conflitos que definem as relações na e da sociedade com o Estado demandam o reposicionamento do problema da sujeição para além do âmbito de relações de poder difusas, operando desde a cultura. Isso implica em trazer para a esfera das decisões, das práticas objetivas, das reivindicações, das táticas e estratégicas próprias da luta política entre atores visivelmente identificados, particularmente o governo. Este problema está ligado a outro, referente ao reconhecimento da possibilidade de emancipação do sujeito subalterno. Geralmente questionado pelas correntes pós-estruturalista e *queer*, o problema da emancipação passa por formas de resistência situadas onde o poder opera de modo imediato. Este lugar, segundo estas correntes, situa-se prioritariamente fora do Estado. Isso significa certa recusa na delimitação de projetos mais amplos de transformação, bem como a negação de embates frontais no e com o poder estatal, uma vez que este demanda tais projetos (ALVES, 2016, p. 24).

Dessa forma, a articulação de uma emancipação subjetiva e a construção de uma demanda que vai de encontro com o sistema cisheteronormativo e tecnopatriarcal<sup>28</sup> acaba por determinar lutas políticas entre o Estado e o movimento civil, acarretando duas consequências: à configuração do sujeito político que possui um programa e projeto de mudança, reconhecendo os interesses envolvidos, mesmo que não estejam baseados em identidades essencializadas; e, além disso, a necessidade de analisar o Estado como algo maior do que suas instituições e sua função coercitiva, considerando seu papel como um elemento integrante das relações sociais. Nos estudos de gênero, portanto, a literatura explica que ele (Estado) pode ser entendido e interpretado “pela identidade individual, pela expressão desta identidade e pela forma tanto como a identidade é autopercebida quanto pela sua expressão na sociedade” (MACEDO, 2018, p. 19).

---

<sup>28</sup> Tecnopatriarcado se refere a ordem masculinista de poder, que produz como efeito a masculinidade abusiva e violadora. Muitas vezes o autor cria palavras e frequentemente usa *tecno* como prefixo para provocar a pensar sobre as tecnologias na produção da subjetividade como formas de controle e poder (Boscatti, 2021).

Em um plano mais abstrato, o poder é entendido como a capacidade de agir sobre as ações dos outros (ações sobre as ações). Segundo Foucault, o poder pode ser resumido como o governo, não no sentido do Estado, mas como a capacidade de dirigir a conduta ou comportamento de pessoas e grupos: "o exercício do poder consiste em 'conduzir condutas' e em ordenar a probabilidade" (FOUCAULT, 2010b, p. 288). Isso implica em estruturar o campo de ação através de formas mais ou menos calculadas e refletidas. O poder pode governar sobre crianças, almas, pessoas e outros. Nesse sentido, a violência e o consenso são instrumentos e/ou efeitos do poder (ALVES, 2016).

É importante destacar, ainda, que o poder só é exercido sobre sujeitos livres. Onde a liberdade foi completamente abstraída não há poder, mas pura violência. A liberdade, portanto, é condição do exercício do poder e seu suporte permanente (FOUCAULT, 2010b, p. 289). Isso remete diretamente ao problema de certa adesão dos sujeitos ao poder, ou ainda de certo grau de *consenso*, usando uma expressão de Gramsci. O fato é que, para o filósofo francês, o poder não pode ser concebido como forma puramente negativa, simples interdição e repressão (ALVES, 2016, p. 55).

O autor – Foucault – distingue três formas diferentes de atividade: as capacidades objetivas ou atividades com finalidades específicas, as relações ou sistemas de comunicação e sinais, e as relações entre pessoas ou grupos de pessoas, que são consideradas como poder propriamente dito. Apesar de serem distintas, essas três formas de atividade são complementares e intercambiáveis. Quando perfeitamente articuladas, elas formam blocos que constituem o que o autor chama de disciplinas, como a escola, o quartel, entre outros. A disciplinarização da sociedade ocidental, desde o século XVIII, foi a implementação cada vez mais racional e econômica dessas três dimensões, embora o equilíbrio entre elas varie em cada caso (FOUCAULT, 2010b, p. 286).

Neste íterim, por conseguinte, existem formas sociais de disciplinar condutas e coagir os comportamentos das pessoas através dos poderes manejados moralmente, de forma que há espaços pré-determinados de pertencimento e de exclusão em que se moldam e são moldadas as comunidades. A construção patriarcal e cisgênera, por exemplo, há muito decreta posições sociais, estigmatiza e distancia as pessoas trans de

ambientes possíveis e importantes. O poder de disciplinar<sup>29</sup> atitudes advém dessa concretização de perpetuação da dominação de determinados corpos padrões e estereótipos, que se colocam no centro das distribuições de poder social e relegam os corpos trans à subalternidade/marginalização.

A partir desse entendimento, o Estado utiliza a família como principal meio de acesso à população, transformando-a em um instrumento privilegiado para o governo da população, conforme descrito por Foucault (2005, p. 289). Nesse tipo de governo, ocorre a massificação em vez da individualização, e seu traço distintivo é a gestão e a maximização da vida. O poder totalizante se preocupa com a saúde, capacidades produtivas, organização, direcionamento de energias e atividades da população, e principalmente sua longevidade.

Portanto, as questões de exclusão e “abjetificação” se iniciam, a priori, na família, uma vez que esses sujeitos não se adequam aos valores, às normas e às regras impostas socialmente e culturalmente baseadas (e, por finalidade, assimiladas de geração em geração e ancoradas ao longo dos anos nos valores da “família tradicional”) sobre uma heteronormatividade compulsória, gerando, como consequência, a desinformação dos familiares e uma série de opressões (em níveis diversos) sobre esses sujeitos (Batista, 2017). A família funciona como um instrumento de objetivo governamental na manipulação de eventos.

A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. O interesse individual – como consciência de cada indivíduo constituinte da população – e o interesse geral – como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações daqueles que a compõem – constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população (FOUCAULT, 2005, p. 289).

O poder, evidentemente, está alastrado e intrínseco na sociedade civil, ocasionando guerra de posições e violências institucionais, sociais, morais e políticas.

---

<sup>29</sup> O poder disciplinar emerge em conjunto com a nascente sociedade burguesa no século XVIII. Toma sua forma nos aparelhos disciplinares como a escola, o exército, a oficina e a prisão. É através desses aparelhos e em seus processos que o poder atua sobre o corpo, seu alvo principal e, com modos de organização do espaço e do tempo, define, delimita, individualiza e otimiza as chances de docilização do corpo (FOUCAULT, 1975).



Em decorrência desse fenômeno, então, a sexualidade se torna um ponto central, atuando como um marcador político nas relações de poder:

De acordo com Foucault, a sexualidade se tornou um campo de importância estratégica no século XIX justamente porque dependia, simultaneamente, de processos disciplinares e biológicos, individualizantes e massificantes, controladores e regulamentadores... enfim, a sexualidade se situa exatamente entre os corpos dos indivíduos singulares e a unidade múltipla da população (POGREBINSCHI, 2004, p. 197).

Conseqüentemente, a orientação sexual e a identidade de gênero começaram a ser investigadas e disciplinadas, bem como reprimidas, por vários fenômenos sociais e marcadores que intervinham nas suas concepções e ideais. Nota-se, por oportuno, que a ciência médica foi uma das principais repressoras do espectro sexual como um todo, introduzindo pensamentos de patologização e a medicalização para reverter a situação dissidente dos corpos que não seguiam a norma padrão. É demasiadamente extensa a influência que a Medicina teve na elaboração de uma moral socialmente congruente com preceitos de mutilação e aversão ao próprio corpo e à existência enquanto vida não-cis e não-heterossexual, servindo como uma mutilação e uma agressão que tentava controlar e ditar parâmetros de vivência para continuar a perpetuar as posições de poder que moldavam os cidadãos não adeptos ao que se tinha até então construído enquanto “normalidade”.

Mais do que isso, o sexo (entendido aqui como relação sexual afetiva) carregava um discurso (através do controle disciplinar) de que era transmissor de doenças e portador de uma narrativa depredatória e inerente ao pecado: “daí o projeto médico, mas também político, de organizar uma gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivências; o sexo e sua fecundidade devem ser administrados” (FOUCAULT, 1988, p. 129).

Ademais, em consonância com esses discursos repressivos e de controle, a justiça penal detinha e remodelava-se para o mesmo entendimento e a mesma forma de poder enraizar, socialmente, as diretrizes de “certo” e “errado” e “quem deve ser punido ou não”. Através de legislações e costumes, a penalização atuava como um instituto de controle e poder que silenciava vozes e trajetórias que não coadunavam com o padrão imposto, principalmente no tocante às pessoas trans.

Essas formas de controlar o social e as ideias morais acarretaram àquilo que Foucault (1988) chamou de “norma” ou “normalização”<sup>30</sup>. Ou seja, saindo do aspecto jurídico e toda aceção legal, a norma seria aquilo que foi construído dentro de um ideal social, compartilhado por pessoas e que delineava comportamentos e ações num certo momento histórico, pondo toda transgressão dentro de um nicho não-tolerável e punível que, por óbvio, aniquilava pessoas LGBTQIAPN+ em geral.

É exatamente neste lugar de agressão e violência que o ativismo trans é posto e relegado, haja vista que a liberdade de decisão sobre os corpos dissidentes da cisheteronorma e a possibilidade de escolha politicamente foram abstraídos em consequência de uma marginalização e subalternidade. Nesse ínterim, portanto, que o controle e o poder exercidos sobre as pessoas trans impedem no acesso à uma implementação de ambientes seguros e participativos em que não exista um impulso para a desconstituição de um sujeito que tenta, diariamente, a sua consolidação e a sua visibilidade.

A resistência não é tanto contra um inimigo específico, mas contra uma forma de poder que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer nele (FOUCAULT, 2010a, p. 278).

O poder passa a atuar como uma força normalizadora, baseada no discurso de patologização da sexualidade, que produz o conceito de normalidade e anormalidade. Nesse sentido, o dispositivo da sexualidade classifica os indivíduos, atribui sentido às práticas e aos desejos e determina a verdade sobre as pessoas, produzindo e submetendo suas subjetividades. É importante destacar que esse processo está baseado na lógica da normalização, que acaba por criar e instaurar um discurso hegemônico acerca da sexualidade. Essa é a base para a análise da teoria *queer* desenvolvida por Judith Butler. Embora não seja homogênea, ao contrário, a teoria *queer* carrega alguns pressupostos importantes.

---

<sup>30</sup> Essa noção estabelece uma medida, um ideal a ser alcançado, bem como um parâmetro de dissidência aceitável em relação a isso. Tudo aquilo que foge a esse aceitável será submetido a uma determinada esfera de poder que irá readequá-lo ao sistema de poder, reinserindo-o. Somente em casos extremos há a exclusão, sendo este um último grau a ser alcançado. Norma não apenas opera proibindo ou cerceando determinadas condutas, mas vai além, como uma espécie de “dever-ser”. A norma, portanto, produz condutas, incita comportamentos, estabelece sujeitos absolutos e, ainda, opera por meio de efeitos de verdade em uma série de aparelhos punitivos (SILVA; MORAIS, 2014).

Segundo Miskolci (2009, p. 152), ela surge do encontro entre o pós-estruturalismo francês com os estudos culturais norte-americanos, problematizando concepções consolidadas acerca do sujeito, identidade, agência etc. (p. 152).

Butler propõe uma radicalização do questionamento dos pressupostos teórico-epistemológicos que fundamentam o conceito de gênero. Sua questão central é entender como a configuração de poder constrói o sujeito e o “outro”, estabelecendo uma relação binária entre “homens” e “mulheres” e mantendo a estabilidade interna desses termos (BUTLER, 2013, p. 8).

De acordo com a autora, a cultura é o fator decisivo por trás do debate sobre gênero. É na cultura que a língua, como um sistema aberto de significação, se encontra e é a partir das regras linguísticas entendidas como formações históricas de sistemas de enunciados dentro da cultura que os discursos surgem. Dessa forma, a norma de gênero surge como um ponto de referência fundamental em sua análise, articulada ao discurso e como resultado dele.

Consequentemente, a norma de gênero é responsável por produzir indivíduos que são categorizados por gênero e, ao mesmo tempo, produz os tipos desviantes que reforçam a própria norma. É dessa forma que o gênero se torna inteligível dentro da cultura. Para ilustrar esse ponto, a autora apresenta a seguinte definição: “gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.” (BUTLER, 2013, p. 38).

Assim, é na matriz cultural instituída que se dá sentido às identidades de gênero, não existindo espaço legítimo para construções que não cumpram com a coerência entre sexo, gênero e desejo. Esse processo, que demarca o que é legítimo e inteligível ou não, determina o caráter impositivo do gênero, tendo como centro as “relações de coerência e continuidade” entre os elementos que o constituem. A inteligibilidade do gênero, então, consolida-se dentro de uma estrutura binária, na qual o masculino existe para o feminino e vice-versa. A estrutura binária, portanto, assume caráter heterossexual reprodutor, no qual a coerência exigida aos elementos que constituem o gênero, ao ser organizada dentro desta estrutura binária, torna a heterossexualidade compulsória (ALVES, 2016, p. 66).

A consequência desse estudo (gênero inteligível), portanto, consiste na produção do sujeito que é detentor de essência interna baseada no gênero, a

ideia do “eu” coerente, estável e contínuo. E a partir disso é que os fenômenos de poder atuam socialmente, moldando os corpos e as existências de gênero e, por conseguinte, regulam as suas experiências durante a vida.

Nesta senda, contudo, a ideia de essência do gênero é refutada por conta das performances que as pessoas vivenciam durante as suas existências, não sendo algo estático e acabado. Ou seja, não há uma identidade de gênero antes de ele ser performado/expressado.

Percebe-se tal conceito nas definições de Butler (2013):

Não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados. Se o gênero é algo que a pessoa se torna – mas nunca pode ser –, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade, e não deve ser concebido como substantivo, como coisa substantiva ou marcador cultural estático, mas antes como ação incessante e repetida de algum tipo. (BUTLER, 2013, p. 163).

Dialogando com Foucault, a autora apoia-se na ideia de normalidade e anormalidade como categorias relacionais para tratar do novo binário que complementa a estruturação do gênero. Hierarquicamente organizado, este binário cumpre função de determinar os limites dos seus termos, o heterossexual e o homossexual. Desse modo, o anormal é requisito para a definição dos limites e fronteiras do normal, o “outro” é pré-condição para a identificação do “eu” e o homossexual é a categoria logicamente necessária para a consolidação e estabilização do heterossexual<sup>31</sup>. Numa clara construção de lógica formal, tem-se aquilo que “é” tomado pelo que “não é” e vice-versa. Mas para que esta construção funcione é necessário preservar e reforçar constantemente a linha que separa a fronteira entre os termos. É por meio de mecanismos de regulação e de disciplina que as identidades baseadas nestes binarismos são fixadas sobre os corpos das pessoas (LOURO, 2013).

Resumidamente, assim sendo, para que se tenha uma concepção daquilo que é o padrão, é necessário também que aconteça a concepção do que é o “outro”, como uma dualidade de conceitos e normas, ao passo que o não-padrão (dissidente) passa a ser rechaçado e visto como algo a ser

---

<sup>31</sup> Nesse entendimento também se aglutina as existências dissidentes, não apenas os homossexuais, pelo fato de haver essa correlação e dicotomia entre o “padrão e o não-padrão”, o “aceito e o não-aceito”.

marginalizado e não-reconhecido. Consequentemente, o corpo é visto como uma construção social e cultural por meio do qual uma ideia de hegemonia se afirma e reduz as possibilidades a meros encaixes normativos, momento em que a sexualidade e o gênero se tornam práticas reguladoras que desenham a normalidade ou não das concepções sociais.

Neste toada, tem-se:

As normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (BUTLER, 2013b, p. 154).

É dessa percepção que se extrai que o gênero não existe senão pela performatividade que lhe é atribuída, significando, com isso, o discurso a partir da norma de gênero e das práticas que regulamentam e oprimem os corpos, determinando as formas de existir e traçar a vida num ambiente marcado por questões morais diversas daquelas que as pessoas trans realizam em suas narrativas. Todo esse processo de formação e expressão, da identidade à performance, é tido como um ato político e que reverbera nos mecanismos de controle do poder estatal e até mesmo moral.

Nesse sentido, é importante considerar a experiência que esses sujeitos podem vivenciar quando interagem com diferentes eixos de poder e subordinação (gênero, raça, classe), podendo-se acentuar desigualdades e opressões (CRENSHAW, 2002). De acordo com a ANTRA<sup>32</sup>, a violência contra essas pessoas pode ser vislumbrada em várias instâncias de suas vidas, como familiar, escolar, social, política, laboral e institucional. Nesse sentido, todo esse processo discriminatório, vexatório e de violências (física, simbólica, monetária, institucional, entre outras) ocorre, em grandes casos, primeiramente no seio familiar.

Para Butler (2013, p. 199), “o gênero é uma performance com consequências claramente punitivas”. Desse entendimento é que as ideologias em torno do gênero e da sexualidade se entrelaçam com as forças de sujeição em que a existência é material. Se a conformidade com as normas de gênero é considerada ideal, isso implica na impossibilidade ou pelo menos em certa

---

<sup>32</sup> Disponível em <https://antrabrasil.org/category/violencia/>. Acesso em 12 de maio de 2023.

dificuldade de sempre e completamente se adequar a elas. Em outras palavras, pode-se argumentar que essa norma, juntamente com o sistema discursivo que a sustenta, não é capaz de abranger todas as práticas dos indivíduos. Isso resulta em uma contradição, seja real ou potencial, entre a norma e as ações performativas dos indivíduos (ALVES, 2016, p. 71).

Dessa maneira é que se constroi essa divergência entre as experiências vividas e a hegemonia sexual e de gênero predominantes, haja vista que as práticas sociais exercidas pelas pessoas dissidentes transgridem o esperado pelo “consenso” padrão e, nitidamente, dá vazão a uma possibilidade que se tenta instrumentalizar dentro do campo político, porque há, assim, um enfrentamento de pessoas trans contra aquilo que tenta punir, impor ou coagir as suas atitudes de performance e de legitimação do gênero.

O resultado final deste processo é a afirmação e manutenção de uma hegemonia sexual, ou ainda, de uma matriz heteronormativa que se torna hegemônica. Isso marca o conteúdo político da construção sexual e de gênero que adentra a arena eleitoral e busca confrontar os padrões estruturalmente concebidos.

Ao afirmar que a cultura antecede o corpo e as práticas que o moldam e lhe conferem significado, sugere-se que essa esfera tenha certa autonomia, embora relativa e conectada à concretude das práticas em questão.

Neste viés, portanto, Douglas Santos Alves (2016) estabelece a relação das causas apontadas acima:

Se os regimes de poder que disciplinam as ações performáticas dos indivíduos orientam-se desde a cultura, então o confronto contra estes regimes encerra a possibilidade da produção de outra cultura, ou seja, da crítica filosófica. Esse processo implica em “mundanizar” a norma ideal ou a visão de mundo hegemônica. Uma vez que ela se materializa nos variados aparelhos de hegemonia do Estado Ampliado e nos intelectuais, isso determina os sujeitos e objetos concretos nos quais e contra os quais se confrontar. A contradição entre teoria e prática, ou entre visão de mundo hegemônica e a conduta de pessoas e grupos, encerra a possibilidade da crítica filosófica ou cultural, ou seja, a produção de uma subjetividade social particular, que se destaca da visão de mundo dominante no ato de sua negação, e que consegue, por meio da política, dar unidade, coesão, e identidade ao grupo subalterno, de modo a fazê-lo destacar-se como massa “para si”. (ALVES, 2016, p. 75).

Pode-se concluir, portanto, que a luta contra os sistemas de poder e regulação em que se baseia abre a possibilidade de superá-los. Assim, o problema da submissão dos indivíduos a uma matriz de gênero e sexual dominante pode ser enquadrado dentro das lutas por hegemonia e das relações de poder que moldam a vida da comunidade.

Sendo assim, as regras morais e os ditames sociais construídos preconceitualmente reproduziram aparelhos hegemônicos de dominação que organizaram socialmente as pessoas e, por conseguinte, a política. O gênero e a sexualidade (como um todo) sempre foram alvos e mira de controle e ataque de grupos que ocupavam posições de privilégio e poder e que podiam influir diretamente no caminho a ser perseguido pelas práticas sociais que se moldavam a partir de suas influências dominantes.

O modelo predominante foi constantemente reforçado e difundido pelos aparelhos presentes tanto na sociedade política quanto na sociedade civil. Assim, os binarismos que estruturam e organizam práticas sexuais e de gênero percorrem um conjunto de relações e instituições sociais até encontrarem no Estado seu ponto de legitimação e consolidação máximo. Da família à escola, passando pela fábrica, o consultório médico, os quartéis, as prisões, a imprensa etc., todos estes espaços demandam a chancela estatal para instituírem-se. Ao mesmo tempo, é desde o Estado que estes espaços são mobilizados em torno de campanhas de saúde pública, reorganização dos espaços urbanos etc. O conjunto de poderes que agem sobre os indivíduos impõe disciplina e regulando suas práticas encontra-se, assim, no Estado Ampliado. A cisão entre o público e o privado permite que diversos problemas vivenciados pelos dissidentes sexuais, pessoas abjetas ou *queers* sejam relegados à esfera do particular e individual e, portanto, do não-político. Mas uma vez que o modelo hegemônico é imposto por meio da regulação e da disciplina de práticas, gestos, movimentos e atuações, é possível identificar a estrutura de relações e dispositivos de poder que submetem os indivíduos. Se a experiência da subordinação tem num primeiro momento a aparência de ser individualizada, desagregada e assistemática, num segundo momento ela é coletiva e está organizada segundo uma dada visão de mundo ou norma cultural. (ALVES, 2016, p. 91).

Na medida em que a relação de subordinação submete grupos inteiros ao seu poder, os indivíduos que compartilham dessa situação podem desenvolver uma identidade comum. Essa identidade é reforçada pela condição compartilhada de subalternidade, pelas mesmas forças opressoras, pelo discurso que as legitima e, portanto, pelo “outro” que exerce a subordinação. A expressão de gênero, então, só adquire significado quando

desafiada pelo poder que a impõe, ou seja, quando se torna uma forma necessária de luta contra a submissão (ALVES, 2016, p. 92).

Diante de toda complexidade, contudo, acerca das relações sociais enfrentadas pelas pessoas trans em sociedade, esses sujeitos (assim como demais grupos entendidos como minoritários), a partir de uma mobilização e de uma demanda do próprio movimento, buscaram adentrar na política para tentar, em certo modo, lutar pelos seus direitos a partir de suas demandas e especificidades e, assim, mudar suas realidades. Esses sujeitos entendem que só poderão (trans)formar suas realidades substancialmente se adentrarem nesse (cis)tema e, por finalidade, implementarem ações que, efetivamente, tragam mudanças para a realidade deles.

Partindo dessas premissas, portanto, os escritos e estudos dirigidos por Gustavo Gomes da Costa Santos, que têm a temática trans como cerne de sua pesquisa e trajetória, enfatizam e criticam a realidade e a dificuldade das existências trans nessa inserção na política institucional e nas políticas públicas brasileiras. O autor observa como se dá esse trânsito e esse diálogo com o sistema eleitoral nacional:

Grupos sociais marginalizados (mulheres, negros, LGBT, trabalhadores, entre outros) têm denunciado que a extensão dos direitos formais de cidadania não resultou em uma igualdade política substantiva. Na ampla maioria das democracias representativas ocidentais (dentre elas, o Brasil), as instituições políticas representativas são ocupadas majoritariamente por indivíduos oriundos dos grupos sociais dominantes (homens, brancos, heterossexuais, de classe média e/ou alta) (Santos, 2016).

Ademais, como consequência dessa exclusão e marginalização, percebe-se:

Tais indivíduos [*homens, brancos, heterossexuais, de classe média e/ou alta*] hegemonomizam as esferas decisórias, sendo capazes de definir a agenda política e os termos do debate político, além de estabelecerem as condutas relevantes nestas esferas [...] Tal domínio tem sido apontado como principal causa da dificuldade de as demandas dos grupos sociais marginalizados serem contempladas nas políticas estatais, perpetuando, assim, sua situação de marginalização (política, econômica e social). (Santos, 2016. p.82).

Nesse sentido, as candidaturas de pessoas trans tentam, ao menos, garantir seus direitos – que já são há muito tempo garantidos às pessoas cis e heterossexuais – e visibilizar essas negligências que operam dentro do sistema



político, fortalecendo debates e representações que vão ao encontro das demandas desse grupo minoritário.

Importante, também, fazer um recorte teórico para explicar que nem toda candidatura trans parte do mesmo ponto de partida e nem advém das mesmas experiências, visto que não se pode afirmar que o resultado das candidaturas provém exclusivamente dos movimentos sociais e da mobilização existente pelas demandas trans, até mesmo porque, conforme aduz Alves (2016, p. 53), às vezes as candidaturas trans se operam por outro tipo de inserção social, com a aproximação desde cedo, por exemplo, de espaços de inclusão em pequenas cidades, seja num ambiente escolar, cultural, até mesmo religioso, com diversos formatos de construção política em que o reconhecimento e o acúmulo de material político é capaz de se concretizar em uma proposta de campanha eleitoral.

Por consequência, é necessário frisar, mais uma vez, que não há nenhuma homogeneidade nas reivindicações de pessoas trans, haja vista ser um fenômeno marcado por diversas identidades e, com isso, pulveriza as demandas e os interesses que, inevitavelmente, se distinguem por conta da subjetividade de cada indivíduo que se entenda enquanto trans. Ou seja, por não ser um fator homogêneo, nem todas as candidaturas trans levantam a bandeira e lutam pelos direitos trans em si e acabam tomando um viés menos ativista por conta de muitas variáveis que atravessam esta situação, seja pelo temor à revitimização, seja pela desesperança em não angariar sucesso eleitoral (resquício do próprio preconceito enraizado estruturalmente), seja por haver um certo distanciamento com as narrativas e retóricas inerentes à seara trans, ou outro motivo que dificulta esse empoderamento e luta pelas pessoas dissidentes da norma cisgênera.

## **2.2 Adentra-se ao campo político: a grande barreira**

As dificuldades, todavia, em torno da sub-representação da comunidade LGBTQIAP+ no campo político perpassam questões no próprio recrutamento eleitoral, quando a pauta da agenda LGBTQIAP+ encontra resistências nos partidos. Além disso, os recursos de financiamento de campanha centram-se

em um perfil já conhecido, as candidaturas de homens brancos, de classe média. Esses, por sua vez, encontram vantagens em ainda mais aspectos: o tempo disponível para dedicação à vida política e a formação técnica para tal.

As limitações ao acesso a recursos econômicos e as barreiras que restringem as possibilidades de apoio financeiro na arena política às mulheres em contraposição aos homens são definidas como violência econômica por Krook & Restrepo Sanín (2016). As autoras propõem uma redefinição ampliada do conceito de violência política de gênero, incluindo, além das violências física, sexual e psicológica, as categorias violência simbólica e violência econômica. Apesar de se direcionarem à violência contra as mulheres na política, podemos utilizar essas lentes também para as pessoas trans e travestis que, invisibilizadas e inferiorizadas por valores culturais transfóbicos, são adicionalmente marginalizadas e violentadas na esfera política (Batista; Carvalho, 2022). A violência política, bem como outros tipos de violência sofridas pelas pessoas trans/dissidentes, será analisada em tópico próprio, a seguir, na mesma sessão, antes de se adentrar especificamente na análise das candidaturas e nas estatísticas das eleições municipais de 2020 a nível nacional.

Embora seja um fenômeno novo e em clara ascensão na cena política, não se pode esquecer que as candidaturas LGBTQIAP+ têm importantes desafios a serem superados de forma a alcançarem uma posição de maior destaque no campo político brasileiro.

O primeiro deles está em garantir a viabilidade eleitoral dessas candidaturas. Para tanto, a construção de candidaturas articuladas com o movimento LGBTQIAP+ pode ser uma estratégia para garantir o sucesso eleitoral. Assim, seria possível dissipar as suspeitas de vários ativistas (em muitos casos, fundadas) de “instrumentalização” do movimento social apenas para fins político-eleitorais, e construir consensos básicos que contemplariam a heterogeneidade de interesses e agendas tanto do movimento quanto da comunidade LGBTQIAP+, evitando a fragmentação de potenciais votos em diversas candidaturas, como uma das alternativas propostas para uma maior visibilidade das campanhas trans, tornando-se, também, o intuito desta pesquisa.

O segundo desafio para estas candidaturas é de ordem estrutural e diz respeito à posição subalterna ocupada por indivíduos LGBTQIAP+ na sociedade, o que traz consequências no campo político. Os dados das candidaturas trans demonstraram que elas ocupam uma posição marginal no campo político brasileiro e não são, ainda, prioridade na demanda populacional (Santos, 2016).

Tais razões têm motivado muitos desses grupos a demandarem ações e políticas que garantam a sua inclusão política, tornando a composição das esferas decisórias mais plural e representativa dos diferentes grupos da sociedade (Sacchet, 2012). Iniciativas como a criação de ações afirmativas ou cotas para grupos específicos nos parlamentos ou a manipulação dos limites de distritos eleitorais de forma a garantir a representação de determinado grupo (a exemplo do *gerrymandering*<sup>33</sup> nos EUA) têm sido adotadas por alguns países, com vistas a garantir a eleição de representantes de grupos sociais específicos que, de outra forma, não alcançariam a representação política (Santos, 2016).

As autoras norte-americanas Anne Phillips e Iris Manion Young despontam como referências no campo da discussão teórica sobre a (sub)representação política de grupos subalternos (particularmente das mulheres). Em seu livro *The politics of presence*, Phillips (1998) advoga a necessidade de garantir maior presença de mulheres (e de outros grupos marginalizados) nas instâncias decisórias por meio de iniciativas como as cotas de gênero, de forma a promover uma distribuição mais igualitária dos postos representativos. A representação descritiva (que é o principal foco de análise das autoras em epígrafe) garantiria que as perspectivas sociais dos grupos subalternos seriam contempladas, tornando as esferas decisórias mais inclusivas e democráticas (Santos, 2016).

---

<sup>33</sup> *Gerrymandering* (palavra de origem norte-americana) é um controverso método de definir em termos de área os distritos eleitorais de um território para obter vantagens no número de representantes políticos (geralmente parlamentares) eleitos, em especial nos locais onde se utiliza o sistema eleitoral majoritário com voto distrital. O *gerrymandering* pode também servir para favorecer ou prejudicar um determinado grupo étnico, linguístico, religioso ou social ou político-partidário. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Gerrymandering#:~:text=Gerrymandering%20\(palavra%20de%20origem%20norte,sistema%20eleitoral%20majorit%C3%A1rio%20com%20voto, com acesso em 12/04/2023.](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gerrymandering#:~:text=Gerrymandering%20(palavra%20de%20origem%20norte,sistema%20eleitoral%20majorit%C3%A1rio%20com%20voto, com acesso em 12/04/2023.)

É interessante que se enfatize aqui que o pensamento da criação de ações afirmativas e/ou cotas para pessoas trans ingressarem na política serviria como um aparato legislativo de prevenção à marginalização e subalternidade que seus corpos são afetados socialmente e, em comparação às cotas de gênero para mulheres, estender o debate e a participação de forma mais equitativa e que possa propiciar a ocupação dos cargos eletivos por existências dissidentes e, dessa forma, criar um vínculo de aproximação entre representante e representado, de forma a preencher lacunas institucionais e aumentar a representação descritiva, que teria o viés de dialogar com demandas eficazes e pontuais com o público minoritário. Segundo Luís Felipe Miguel (2018, p. 198), é “preciso entender as políticas afirmativas como reparadoras de padrões de injustiças concretos a serem identificados em cada formação social”. Assim, seriam esses grupos que poderiam reivindicar representação mais efetiva no Congresso.

Ainda, o conceito de perspectiva social de Young (2000) realça a ideia de que, em virtude da posição social que ocupam em uma determinada realidade, os indivíduos de um grupo sustentaram certas experiências comuns. Para aumentar a representação de diferentes perspectivas sociais no espaço público, a filósofa política Iris Marion Young (2000) argumenta que a inclusão de grupos marginalizados nas arenas representativas é fundamental. Isso permitiria a expressão de uma variedade de conhecimentos e visões de mundo, levando a resultados políticos mais justos (SANTOS, 2016, p. 63).

Tal entendimento parte do pressuposto de que a ideia de representação seria basicamente como um espelho, de maneira que as pessoas que representariam politicamente um grupo social precisariam fazer parte dele, pois partilhariam visões de mundo e interesses consonantes entre si. Uma outra vantagem da representação descritiva é que ela pode aumentar a legitimidade do sistema político. A presença de grupos descritivos em posições de poder facilita a comunicação entre representantes e ouvidos, dando aos assistidos a sensação de que seus interesses são representados com mais sensibilidade e conhecimento. Além disso, uma representação descritiva pode criar um sentimento de inclusão e pertencimento em espaços que, por muito tempo, foram negados a esses grupos.

Para Young (2006), a questão da representação descritiva não deve se basear unicamente no aspecto identitário, mas no sentido de se entender que há uma diferença entre representante e pessoas representadas e que, de certo modo, perdura, contudo, uma conexão de maior relação entre os atores por conta dos mesmos marcadores sociais que atravessam as suas existências enquanto dissidentes.

A representação é um processo que ocorre ao longo do tempo e tem momentos ou aspectos distintos, relacionados entre si, mas diferentes uns dos outros. A representação consiste num relacionamento mediado entre os membros de um eleitorado, entre este e os representantes e entre os representantes num organismo de tomada de decisões. Na qualidade de um relacionamento prolongado entre os eleitores e seus agentes, a representação oscila entre momentos de autorização e de prestação de contas (...) (YOUNG, 2006, p. 151).

Esse tipo de ação afirmativa tem um caráter temporário e transitório, tornando-se menos necessário à medida que as barreiras sistêmicas que impedem ou dificultam a representação de grupos com histórico de proteção, como LGBTQIAPN+, sejam eliminadas.

Ademais, a questão da representação destacada acima não deve ser observada como uma unicidade e ou como uma limitação de identidades, visto que não se pode resumir a uma ideia essencialista, mas analisada como uma situação mais relacional e de inserção social, haja vista que os indivíduos estariam inseridos nos grupos sociais, todavia estes não seriam capazes de determinar ou definir suas identidades. Essa perspectiva dialoga com as noções de interseccionalidade que não vê as pessoas como essencializadas em uma única posição, mas como um corpo atravessado por vários marcadores sociais e que, quanto mais interseccional (com base, por exemplo, na raça, gênero, classe etc), aumenta a marginalização e a opressão sofrida.

Embora as contribuições de Young (2000) tenham instigado e provocado reflexões importantes, suas ideias têm sido objeto de intensos debates e críticas entre as autoras do campo feminista. Em consonância com as perspectivas teóricas de Butler (2013), argumenta-se que a tentativa de construir um sujeito político unificado em torno de uma identidade específica pode excluir ou negar outras vivências e experiências que não se enquadram nessa identidade comum. Além disso, algumas críticas se referem a um claro

efeito conservador na adoção de cotas para grupos subalternos, haja vista que a luta por uma representação política mais diversa, em termos de gênero, raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero, poderia negligenciar o questionamento das estruturas incorporadas que perpetuam a exclusão de certos grupos sociais nas esferas decisórias. Vale ressaltar, por fim, que muitas propostas de representação descritiva não levam em consideração os condicionantes próprios da arena política.

Pierre Bourdieu (1989) é um autor que tentou problematizar as estruturas da vida política institucional no contexto das democracias contemporâneas. Utilizando o conceito de campo político, Bourdieu identificou o processo de autonomização da política em relação às outras esferas ou campos da vida social, bem como as características definidoras do jogo político-institucional. Ele argumentou que o campo político possui suas próprias regras e tem sido cada vez mais dominado por indivíduos com *expertise* que os diferenciam dos cidadãos comuns. De acordo com Bourdieu, a figura do político profissional é central na definição das fronteiras do campo político e na distribuição dos recursos (capital), que possibilitam aos “novos” tanto o acesso ao campo quanto sua sobrevivência nele. Portanto, é nesse contexto que as candidaturas de pessoas trans são inseridas e acabam por enfrentar obstáculos na captação política, uma vez que elas desempenham diferentes perfis de trajetórias e experiências de vida, trazendo um valor heterogêneo para análise das mesmas. Esses perfis podem ser diferenciados pelos balizadores de política de captação, que são importantes na análise do sucesso ou fracasso das candidaturas eleitorais trans (SANTOS, 2016, p. 64).

Embora tenha sua autonomia em face de outros campos da vida social, a particularidade do campo político está exatamente no fato de que ele não pode se autonomizar totalmente (a exemplo de outros campos, como o artístico e o acadêmico), visto que depende do apoio recorrente do eleitorado nas eleições. Bourdieu reconhece outras variáveis que condicionam a obtenção do capital político. O capital cultural (entendido como conhecimentos técnicos específicos) é essencial, visto que detentores de determinadas profissões dispõem dos conhecimentos valorizados no campo e do tempo livre para a dedicação à vida política. O capital econômico também é importante, ainda

mais em um contexto de democracias de massa no qual as eleições têm se tornado “shows midiáticos” e que o papel do marketing político tem ganhado saliência no sucesso/fracasso eleitoral (MIGUEL, 2003). É neste quesito que Bourdieu identifica o papel crescente da mídia (principalmente a televisiva) na configuração do campo político e na distribuição do capital político entre os profissionais da política (SANTOS, 2016).

Ou seja, o capital político pode ser definido como o reconhecimento da legitimidade de um indivíduo para agir na política. Ele é baseado em diversas formas de capital, como o capital cultural (habilidades cognitivas para a ação política), o capital social (redes de relacionamentos estabelecidos) e o capital econômico (disponibilidade de recursos financeiros para a prática política). Assim como outras formas de capital, o capital político é distribuído de forma desigual na sociedade. Na base da pirâmide, estão os eleitores comuns, que têm pouca ou nenhuma voz ativa na vida política e apenas podem escolher entre as alternativas apresentadas. No topo, encontram-se os líderes políticos, que criam as alternativas em jogo e são reconhecidos como representantes dos diversos segmentos sociais.

Por isso Bourdieu ressalta a concentração dos meios de produção políticos também na mão de alguns poucos, ou seja, a distinção realizada pelo “*habitus*” político. Neste viés, portanto, é que a ocupação do campo político é permeado pela maioria esmagadora por homens, brancos, heterossexuais, elitistas e que perpetuam a relação dominante *versus* dominado numa tentativa de legitimar o âmbito institucional só para alguns, haja vista o sentimento de medo em perder a função de poder decisório na sociedade como um todo.

Essa perspectiva de Bourdieu sugere que a representação política das classes desprivilegiadas é fruto de uma estratégia dos grupos dominantes, que buscam utilizar esses grupos como instrumento para alcançar seus próprios objetivos políticos. Isso ocorre porque as classes menos favorecidas, por não possuírem capital político, cultural e econômico suficiente para se fazerem representar diretamente, acabam sendo cooptadas pelos grupos dominantes como forma de fortalecer sua posição no campo político. Portanto, a representação política das classes desprivilegiadas seria um meio para os grupos dominantes se manterem no poder e não necessariamente uma forma

de ampliar a participação política desses grupos na sociedade. O campo político, então, é composto por sujeitos iniciados, ligados entre si, a fim de perpetuar sua posição no jogo. Os grupos representados, ou clientes destes políticos só seriam beneficiados quando sua posição no campo social coincide com a posição de seus líderes no campo político (BOURDIEU, 1989).

Tais características do campo político operariam em conjunto com outros determinantes sociais no sentido de reproduzir a exclusão de determinados grupos sociais da arena política, limitando o alcance dos mecanismos de representação descritiva. A realidade brasileira ilustra bem este ponto. No caso específico das mulheres, Miguel e Biroli (2010) têm demonstrado como tal exclusão opera no sentido de configurar o sistema político brasileiro como aquele que possui uma das menores presenças femininas na América Latina (em 2006 e 2010, apenas a título de exemplo, foram eleitas 45 e 44 deputadas, o que representa 8,8% e 8,6% do total de deputados, respectivamente), a despeito de medidas existentes no sentido de incentivar a participação feminina no jogo político-eleitoral.

Todavia, toda essa perspectiva aqui exposta reflete e problematiza o acesso das pessoas trans no cenário eleitoral-representativo, de forma a entender o porquê tal ascensão ainda é muito lenta e codificar os empecilhos encontrados na construção dessa trajetória política, ao passo que as candidaturas trans são atravessadas por diversos fenômenos que não são perpassados nas vivências de homens, heterossexuais, cisgêneros.

A partir desse apanhado literário, enfim, é que se consegue investigar de que forma se constrói o sujeito político capaz de enfrentar as disputas travadas e de que maneira se opera o poder de controle dentro do panorama do gênero e da sexualidade. Tal observação é essencial para se chegar ao que é proposto no presente estudo: analisar de que forma as pessoas trans conseguem ocupar o espaço político, de que maneira conseguem/tentam ser visibilizadas e como estavam estruturadas as candidaturas trans no cenário municipal de 2020 a nível nacional.



De acordo com a ABGLT<sup>34</sup> (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), as candidaturas de pessoas trans no Brasil têm crescido de uma forma considerável e isso faz com que a temática tenha se tornado uma questão pública/de Estado (no sentido de se incorporar em alguns projetos políticos e ser pauta de discussões em ambientes decisórios), emergindo, assim, um sujeito político que reivindica seus direitos e equidade dentro de uma sociedade marcadamente patriarcal, heterossexual, branca, classista e misógina.

O ativismo trans agora está engajado em interações com a sociedade política em um nível mais elevado, tornando-se assim um ator político e social importante nas disputas hegemônicas. Isso demonstra a emergência de discussões democráticas, embora possam ser desafiadoras, e marca a transição do movimento para um terreno de possíveis hegemônias. No entanto, o ativismo trans não está competindo para liderar um bloco social, mas sim se posicionando como um possível aliado ou opositor dos grupos que estão em confronto, ou seja, fazendo parte de disputas políticas mais amplas. Apesar desses avanços, a luta contra a subalternidade ainda persiste (ALVES, 2016, p. 116).

Sendo assim, outros conceitos importantes e necessários que façam parte da discussão em epígrafe (de forma autônoma) é a violência política vivenciada pelas pessoas trans, bem como de que maneira ela é instrumentalizada; e também o conceito de capital político – como já mencionado acima – para se compreender a dificuldade que as pessoas dissidentes da norma cisheteronormativa enfrentam na tentativa de se verem representadas politicamente e a possibilidade de ocuparem posições de decisão e poder num cenário que, dia após dia, preza pelo sufocamento de demandas adversas ao padrão enraizado.

---

<sup>34</sup> ABGLT, 2020. Disponível em < <https://www.abglt.org/>>. Acesso em 17/08/2022.

### **2.3 Existir ou “reexistir”? Uma luta travada todos os dias contra a violência de pessoas trans**

Antes de se adentrar no cerne principal da presente pesquisa, e com a finalidade de discutir os fatores que incidem diretamente nos índices e concretizações das candidaturas trans, é importante que se aborde a questão das violências enfrentadas por essas pessoas e qual o impacto que acometem as suas existências, haja vista ser um marcador muito latente, infelizmente, quando se pensa em pessoas trans. Além disso, é um fenômeno que se opera no desencorajamento de ocupação de espaços e posições sociais.

Felipe, Vinícius, Miguel e Pedro (2022, p. 02) aduzem o seguinte:

A violência política durante o processo eleitoral gera enorme dano à sociedade, porque afeta o correto funcionamento da democracia. Em condições de elevado nível de violência, o resultado eleitoral deixa de ser considerado a expressão confiável da vontade dos eleitores e passa a ser visto como subproduto da manipulação eleitoral. Ao limitar as opções dos eleitores – que perdem o consagrado direito político de exercer a sua livre escolha e, coagidos, votam em determinados candidatos por medo de represálias –, rompe-se o vínculo programático que deveria orientar as eleições. São eleitores que perdem a fé no sistema e a confiança nas instituições. Ao mesmo tempo, a violência traz consequências para o tipo de representação e de atuação parlamentar. Ao impedir a livre concorrência pelo voto, inibe a atuação de representantes eleitos, que agem coagidos em suas rotinas e atribuições políticas (BORBA; ISRAEL; CARNEVALE; BAHIA, 2022, p. 02).

A partir dessa análise, e interligando as teorias até aqui exploradas, a violência política contra pessoas trans é o reflexo da dominação do campo política por homens cisgêneros que sempre foram de longe a maioria dos eleitos no panorama eleitoral e acabam reforçando esterótipos de poder e subordinação. A violência política, nesta senda, se transforma em uma potência de negligenciar existências e possibilidades diversas por conta do conservadorismo de gênero que, hegemonicamente, detém grande parte dos recursos para o sucesso eleitoral, tendo a ideia de um legado patriarcal soberano e privilegiado.

Com isso, a violência política é um fator fim na incidência dos corpos dissidentes da norma padrão, haja vista que, desde o nascimento, estas existências são atravessadas por formas agressivas de violência diariamente, ao passo que a falta de oportunidade na seara eleitoral se materializa através

de um panorama geral de violações, que inicia no seio familiar e reverbera durante toda a vida desses sujeitos em outros ambientes e ocasiões, respingando, por óbvio, na invisibilidade de suas reivindicações e conseqüentemente na ausência de representação política.

Aliada com a falta de capital político (pauta que será abordada no próximo tópico), a violência perpetrada sobre pessoas trans pode se desdobrar em uma questão que explica a falta de eleição dessa minoria ao Parlamento, por conta de fatores que serão expostos a seguir. Ademais, quando se fala em violência política, não se pode traçá-la de forma apartada das demais violências que sofrem as vidas trans, tendo maior ênfase na política justamente porque é um espaço em que se deveria garantir políticas públicas que dialogassem com as demandas trans para evitar essa violência. É distópico, infelizmente, esse entendimento, porque, na verdade, o lugar que era para garantir o mínimo de dignidade humana para esta minoria sexual é justamente o ambiente que mais reforça estereótipos e exclusões, haja vista as relações de poder existentes que tendem a se suceder no tempo.

Ressalta-se, por oportuno, que não se pretende exaurir a matéria de violência contra pessoas trans neste tópico, visto que é um fenômeno extremamente denso, complexo e subnotificado, até mesmo porque seria uma pesquisa de difícil exploração por conta dos raríssimos dados existentes e pela falta de visibilidade que acomete quem se entende e identifica enquanto trans. Contudo, a violência – em seus variados desdobramentos – é um fenômeno de essencial discussão quando se investiga a ocupação de pessoas trans no cenário político/eleitoral, de modo que é um fator que prejudica o acesso das mesmas a posições de liderança, decisão e poder dentro do Brasil.

Inicialmente, cumpre salientar, de antemão, que o Brasil é o líder no ranking de países que mais matam trans no mundo<sup>35</sup>. Por exemplo, no ano de 2020, o país registrou o número de 175 assassinatos de pessoas trans. Em 2021, por sua vez, o número é de 140 assassinatos, conforme o Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras divulgado pela

---

<sup>35</sup> Disponível em <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>, com acesso em 22 de abril de 2023.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)<sup>36</sup>. É nessa perspectiva social, portanto, que se adentra no estudo aqui pretendido.

No entanto, os assassinatos mencionados podem ser vistos como apenas uma das muitas manifestações de uma ampla gama de violências sofridas por pessoas que assumem identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão heterossexual e cisgênero esperado pela sociedade. Desde o momento em que assumem tais identidades, essas pessoas são alvo de violência física e simbólica. Em nossa sociedade, as identidades que representam a norma são associadas ao "homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão", tornando-se uma referência implícita e não questionada (LOURO, 2000, p. 9).

A grande colaboração desta análise da violência política contra corpos trans para o presente estudo está no fato de que é necessário se criticar a estrutura de representação brasileira que se tem atualmente, porquanto o índice<sup>37</sup> de pessoas trans ocupantes de cargos eletivos, seja em eleições municipais, seja em eleições gerais, é irrisório quando em confronto com a necessidade de políticas públicas e garantia de direitos fundamentais. Como uma tentativa de reparação e maior representação de interesses diversos na arena política brasileira, as cotas de gênero para mulheres<sup>38</sup> é um exemplo do resultado imediato para a inibição de marcadores violentos contra as suas vivências. Nesta mesma interpretação, os corpos dissidentes da norma cisheteronormativa possuem o mesmo alinhamento de opressões e falta de representatividade. A violência, portanto, atinge grupos minoritários e que são tidos como desviantes.

As situações que mais contundentemente demarcam tais sujeitos como “não-pessoas” são os atos de violência extrema e a banalização de suas mortes:

---

<sup>36</sup> Cartilha de assassinatos mapeado pela ANTRA, disponível em <https://antrabrasil.org/assassinatos/>.

<sup>37</sup> Os índices e dados serão tratados no próximo capítulo.

<sup>38</sup> O estímulo à participação feminina por meio da cota de gênero está previsto na legislação brasileira há 26 anos, mais exatamente no artigo 10, parágrafo 3º, da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997). Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm).

Eu sugiro que podemos pensar na instrumentalidade como uma questão de conhecimento, da capacidade da violência em moldar as formas como vemos, e conseqüentemente chegamos a conhecer, certas coisas. Desta maneira, o ato de violência é por si mesmo um espetáculo. Isto não é tanto pelo fato da violência ser algo que observamos, mas, mais pelo fato da violência ser um mecanismo através do qual distinguimos e observamos outras coisas. Em outras palavras, a violência é mais que uma prática que atua sobre sujeitos individuais para infligir dano ou prejuízo. Ela também é, metaforicamente falando, uma forma de olhar para esses sujeitos (MASON, 2002).

Sendo assim, o seio familiar é o primeiro confronto agressivo que as pessoas trans precisam enfrentar, haja vista que as regras e normas impostas social e moralmente pelo senso comum e impregnadas nas vivências familiares fazem com que os núcleos familiares excluam possibilidades divergentes do modelo cisheteronormativo, resultando, em muitas das vezes, na expulsão de casa e, conseqüentemente, na ocupação das ruas por parte das pessoas trans, não havendo mais nenhuma estrutura básica de sobrevivência pelo simples fato de rejeição ao sistema cisgênero e heterossexual.

Um dos efeitos desse fenômeno, portanto, é o alto índice de pessoas trans na prostituição e nos espaços de trabalho sexual, porquanto ser um acontecimento que reiteradamente atravessa os corpos dissidentes e põem “em cheque” a subsistência desses sujeitos, visto que é o meio que encontram de gerar alguma fonte de renda. Por não terem qualificação profissional (justamente pelas violências operadas em suas manifestações), não possuírem infraestrutura vital e tampouco aceitação social, a prostituição é um ambiente de acolhimento dentro do universo transexual. No entanto, é importante enfatizar que o desempenho dessa atividade ou profissão expõe essas pessoas a várias situações de vulnerabilidade, infelizmente reforçando um ciclo de violência contínuo contra seus corpos.

Passando por todas as incidências de agressões familiares, desde a infância, os sujeitos trans são perpassados, posteriormente, pela violência no âmbito escolar. Muitos desses indivíduos não finalizam seus estudos e não frequentam o meio escolar devido aos intensos ataques transfóbicos, às violências, aos abusos (entre outros diversos ataques) apenas por serem quem são e por expressarem seu gênero como dissidente do padrão (GOMES FILHO, 2020, p. 112). Portanto, frequentemente, essas pessoas são expulsas

de casa, perdem contato com familiares e amigos, além de serem privadas de acesso a direitos básicos garantidos por lei, como educação e serviços de saúde. Como resultado, elas enfrentam vários "estigmas sociais" ao longo de suas vidas (GOFFMAN, 1978), bem como diversas formas de sofrimento.

O tratamento dispensado às pessoas trans dentro do cenário escolar, bem como a falta de preparo dos docentes em acolher a demanda e o anseio da comunidade, faz com que a evasão escolar seja recorrente na trajetória dessas vivências, posto que a escola (entendendo aqui também como um desdobramento das instituições do poder disciplinar mencionada por Foucault) é um ambiente violento e de muita opressão para os corpos dissidentes. Ademais, os problemas com atenção e com a saúde mental deste recorte social é muito vulnerável e suscetível de violações indiretas, até mesmo porque, com todo o fardo existente, é extremamente árdua a concentração desses sujeitos em um "não-lugar" ou em um lugar de "não-pertencimento".

É evidente que as pessoas que abandonaram a escola não são responsáveis por isso, mas sim os agentes envolvidos na educação que as abandonaram. A escola não conseguiu lidar com a diversidade existente em seu interior e acolher as diferenças, o que levou essas pessoas a desistirem de frequentar um ambiente hostil enquanto passavam por mudanças significativas em seus corpos e vidas. Devido à exclusão e invisibilidade que enfrentaram, as faltas escolares foram uma forma de fugir desse ambiente hostil, resultando em repetência e, conseqüentemente, evasão escolar (AMORIM, 2018, p.39).

Conforme Amorim (2018, p. 40):

Para pessoas transexuais, nem mesmo as necessidades básicas são atendidas na escola. Os banheiros, por exemplo, são generificados e sua dinâmica dificulta o seu uso de forma concordante à identidade de gênero da pessoa. Outra questão que merece destaque é a forma de nomeação de alunos. Muitas vezes insiste-se no uso do nome de registro em detrimento do nome social. Essas e outras são condições de negação de direitos que geram constrangimentos e, em decorrência, o isolamento e o sofrimento psíquico que muitas vezes culminam no abandono dos bancos escolares. Abramovay, Cunha e Calaf (2009) ressaltam que a convivência nas escolas é marcada por violências como agressões, humilhações e falta de respeito. O preconceito também se faz presente principalmente pelas condições socioculturais, raciais e questões de identidades sexuais. Enfatizam que a homofobia e, conseqüentemente, a transfobia perpassam as relações sociais presentes na escola em alunos e se encontram também nas relações estabelecidas com os professores.

O processo de escolarização das pessoas trans é extremamente precário, o que é agravado pela falta de políticas públicas e pela persistente influência da matriz cis-heterossexista da sociedade. Esse contexto tem como uma de suas consequências o abandono escolar. No caso específico da população trans, a própria matrícula/acesso nas escolas já apresenta obstáculos significativos, como a questão dos documentos, que frequentemente não são retificados e não refletem a identidade de gênero dos estudantes (AMORIM, 2018, p. 41).

Adentrando, posteriormente, no mercado de trabalho, as violações continuam sem qualquer pudor. O acesso a um serviço digno e que remunere de forma a atender as necessidades básicas é extremamente escasso quando requerido por esta minoria. É dificultada a inserção – para as pessoas trans – em empregos fora das categorias habituais de atividade profissional em que são aceitas, como por exemplo, as indústrias do sexo e da estética (TEIXEIRA, 2008; FIGUEIREDO, 2017). A busca por emprego depois de iniciada a transição é também dificultada pela discriminação e desconhecimento em relação ao que significa ser transexual.

Devido à baixa escolaridade e os preconceitos velados de muitas empresas contra mulheres transexuais e travestis, as portas do mercado formal de trabalho se fecham e as opções mais comumente encontradas para sua atuação são a de trabalhadora sexual, cabeleireiras e depiladoras, além das ocupações nos setores da moda e alimentos, como costureiras e cozinheiras (MARTENDAL, 2015; KAFFER et al., 2016). Isso corrobora com os estudos da Associação Nacional das Travestis e Transexuais (ANTRA) realizados em 2015, os quais indicam que 90% dessas mulheres estão se prostituindo em todo o Brasil, e as que não se encontram nessa situação trabalham em profissões subalternas, ganhando baixos salários (MARTENDAL, 2015; DIAS; BERNARDINELLI, 2016).

Em pesquisa realizada por Rondas e Machado (2015), foram identificados obstáculos como hostilidade, aversão, intolerância, chacota, preconceito, assédio sexual, impossibilidade de promoção e de se destacar no ambiente de trabalho, baixa remuneração, acúmulo de funções, baixa valorização, trabalho exaustivo e estressante. É cristalina, então, a violência

que se alastra por todos os setores do cotidiano de pessoas trans e como isso é uma resposta dos poderes vigentes que determinam os locais de cada grupo.

A violência política, por fim, é o resumo de todas essas falhas sistêmicas e de repressão social, haja vista ser um ambiente de descrença e sem nenhum acesso por quem não detém capitais suficientes (tanto sociais, econômicos e políticos) para permanecer em territórios discriminatórios. Não se pode adentrar com facilidade num ambiente (campo político) quando há, do outro lado, a perpetuação de atitudes violentas e intransigentes, por isso a dificuldade do sucesso eleitoral de pessoas trans nas eleições nacionais, conforme se observará no próximo capítulo. O resultado, enfim, é a falta de representação dos interesses trans no Parlamento brasileiro.

As autoras Krook & Sanín (2016) propõem uma redefinição ampliada do conceito de violência política de gênero, incluindo, além das violências física, sexual e psicológica, as categorias violência simbólica e violência econômica. As limitações ao acesso a recursos econômicos e as barreiras que restringem as possibilidades de apoio financeiro na arena política é um fator que impede o sucesso eleitoral e conseqüentemente a representação política. Tal pretensão vai ao encontro da teoria de capital político em que os corpos trans sofrem por todos os atravessamentos negativos que se tem socialmente e, assim, não auferem capital político para a projeção de suas campanhas de forma linear.

A violência econômica na política, portanto, refere-se a ações que têm como objetivo controlar o acesso ou o comportamento de pessoas trans na esfera política, impedindo sistematicamente o acesso a recursos psicológicos e econômicos que são facilmente acessíveis por homens cisgêneros. O propósito é tornar a participação política de indivíduos trans tão difícil ou frustrante que eles sejam levados a abandonar por conta própria ou a reduzir suas chances de realizar um trabalho eficaz, prejudicando assim suas perspectivas de carreira política no futuro.

As autoras baseiam sua definição de violência em Pierre Bourdieu (2007), que a entende como uma disciplina usada para afirmar a posição de superioridade social de alguém em relação aos outros. No contexto da



violência contra pessoas trans na política, o objetivo seria deslegitimá-las por meio de estereótipos de gênero que questionam sua competência na esfera política. Para essas autoras, o tratamento negativo se transforma em violência quando implica uma falta de respeito fundamental à humanidade, como produzir e disseminar imagens altamente sexualizadas e pejorativas, incitar a violência por meio das mídias sociais ou negar explicitamente a existência de uma pessoa trans nos espaços políticos com base unicamente em seu gênero.

Na seara política, a representatividade é atravessada por inúmeros fatores e só em favor da elite política, majoritariamente homens cisgêneros:

Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, "normais" (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos "outros" (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) às manifestações dos demais grupos (Louro, 2000, p. 9).

É neste panorama supramencionado que os corpos dissidentes da cisheteronormatividade são encaixados e violentados cotidianamente, ao passo que são manipulados desde a infância, perpassando pela escola e pelo mercado de trabalho, e indo em contramão com a representação descritiva nos espaços políticos.

A falta de recursos financeiros (pelo simples fato de não terem nenhuma estrutura familiar possível para a projeção em campanhas políticas), a falta de tempo necessário para a dedicação na candidatura (privilégio detido pelos homens) e o medo advindo dos estigmas sociais são elementos que inviabilizam as candidaturas trans de obterem sucesso e, por conseguinte, concretizar políticas públicas para a sua comunidade. Pessoas que detêm poder econômico de se dedicarem exclusivamente à política tornam a representação política restrita a homens, brancos e héteros por causa da reprodução do machismo e do patriarcado que se estruturou (e se estrutura) em toda a sociedade brasileira e, também, na mundial. O fato dos indivíduos que se entendem e se expressam enquanto transexuais não disporem de tempo hábil e suficiente para enfrentarem uma campanha eleitoral acaba por corroborar a hipótese de que a política institucional é mais um reflexo da exclusão e subalternidade que vivem.

Percebe-se tamanha violência impetrada contra quem não se adequa ao padrão consentido pelo senso comum e que tem muita força de rechaçar valores, posicionamentos e objeções divergentes. Contudo, a análise das candidaturas trans nas eleições municipais de 2020 a nível nacional, bem como as suas observações estatísticas serão discutidas no próximo capítulo, como um resultado dos apanhados feitos até aqui e que reverberam no insucesso eleitoral das mesmas.

De forma resumida, então, a violência política que atravessa as vivências trans – entendendo aqui como uma consequência de todas as outras violências – é central no presente estudo por dialogar diretamente com a falta de representação nos cargos eletivos, justamente por estarem em posições de escassez de recursos sociais por partirem em desvantagem em comparação aos corpos cis e não terem as mesmas oportunidades de acessos a determinados espaços; e também por ser um fenômeno que afeta intrinsecamente a liberdade de se projetar uma campanha sem inúmeros atritos apenas por conta da identidade/expressão de gênero. A violência, neste sentido, opera num enfraquecimento dessa adesão ao campo político ainda maior quando se trata de gêneros dissidentes.

No Brasil, há vasta literatura indicando que a elite política brasileira é composta majoritariamente por pessoas do sexo masculino, da cor/raça branca, de alta escolaridade e nas faixas de idade entre 40 e 60 anos (Perissinotto e Miríade, 2009; Perissinotto e Bolognesi, 2010; Araújo e Borges, 2013). Ao mesmo tempo, sabemos que a violência social é maior nos estratos mais baixos da sociedade, ou seja, contra pessoas pobres, pretas e/ou pardas, de baixa escolaridade e jovens (Cerqueira et al., 2020). Essas duas realidades conduzem a pensar que a violência política tende a refletir o universo político e, também, a violência cotidiana da sociedade: ela é mais frequente e mais intensa entre as pessoas que não se enquadram no perfil dominante político brasileiro.

Entretanto, antes de se adentrar nesta discussão acima mencionada, é importante trazer o conceito de capital político cunhado por Bourdieu (e já referido na presente pesquisa) e que traz mais robustez ao aqui elencado, para corroborar a ideia de falta de aparato que as candidaturas trans sofrem ao

tentarem se consolidar no terreno eleitoral, porquanto é uma ideia de insuficiência de recurso político para concorrer de forma paritária com a hegemonia sexista e cisgênera encrustada no Parlamento brasileiro.

#### **2.4 O capital político e a reafirmação da falta de acesso ao terreno eleitoral**

Antes de se pesquisar quanto à discussão principal do presente estudo (a análise das candidaturas em si), é imperioso se analisar o conceito de capital político exposto por Bourdieu (1996) por conta do acúmulo de reconhecimentos e materiais políticos e como isso afeta no sucesso eleitoral de candidaturas de pessoas trans no Legislativo brasileiro, tornando o insucesso de suas participações um fator recorrente e com índice elevado comparado com outros recortes e marcadores sociais de diferenças e desigualdades presentes na sociedade como um todo.

Ainda, fulcral se argumentar no sentido de que a falta de capital político pelas pessoas dissidentes de gênero e da norma cisheteronormativa é mais um dos resquícios da violência política que experienciam no decorrer de suas vidas, haja vista serem atravessadas pela falta de oportunidades e capitais (num sentido geral de angariações) por conta da subalternidade que são relegadas.

O conceito de capital político, portanto, extraído da sociologia de Pierre Bourdieu, indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente. É imprescindível, nesse entendimento, de capital para progredir na carreira política. De acordo com a teoria do capital político de Bourdieu (1996), o poder político é baseado em recursos que são distribuídos de forma desigual entre os membros da sociedade. Esses recursos podem incluir dinheiro, redes de contatos, informações privilegiadas e habilidades políticas. O capital político também se manifesta em práticas e discursos que são considerados legítimos dentro do campo político, sendo acumulado por aqueles que estão em posições de poder e prestígio, perpetuando assim as desigualdades sociais e políticas.

Luís Felipe Miguel (2003, p. 121) esclarece, resumidamente, o ponto:

O capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política). Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Na base da pirâmide, temos os simples eleitores, que podem apenas optar por uma entre as alternativas propostas, sem praticamente nenhuma voz ativa na vida política; no topo, os líderes que são os autores das alternativas em jogo e que são *reconhecidos* como representantes dos diversos segmentos sociais.

Sendo assim, resumidamente, o capital político é a soma dos fatores que conferem a determinada pessoa uma condição de maior reconhecimento social e que, de certa forma, possibilita e facilita o seu acesso à uma vaga parlamentar e a discussões de caráter decisório e fundamentalmente importante na execução das disposições eleitorais. É, nitidamente, um privilégio de poucos.

Quando se trata de existências trans, a captação de recursos é exponencialmente mais difícil e conturbada porque é o reflexo de toda a engrenagem sistêmica e abusadora que barra tentativas eleitorais de serem bem sucedidas, pois os agentes que revezam as posições privilegiadas dentro do campo político são detidas exatamente por aqueles que reforçam o ideal sexista e heteronormativo de um fenômeno social que deveria espelhar a diversidade das reivindicações populacionais.

A violência política contra pessoas trans está intimamente ligada à distribuição desigual do capital político. Como as pessoas trans enfrentam diversas formas de exclusão e discriminação, elas têm pouco acesso aos recursos e práticas que são consideradas legais no campo político. Essas pessoas, portanto, provavelmente enfrentarão obstáculos únicos na aquisição de capital político devido ao preconceito e percepção que enfrentam (SOUZA, 2019).

A percepção contra pessoas trans pode afetar sua capacidade de formar redes de contatos e estabelecer relações de confiança com outros políticos e consumidores (SOUZA, 2019). Além disso, a falta de representação política trans pode limitar a visibilidade da comunidade na esfera política e prejudicar a

capacidade desses indivíduos de se apresentarem como candidatos aguardados e capazes (KRANZ, 2019).

Além disso, a falta de acesso à educação e à formação política pode limitar a capacidade das pessoas trans de adquirir as habilidades e conhecimentos necessários para participar da esfera política (SOUZA, 2019).

Neste sentido, e em atenção aos marcadores sociais de raça, gênero e classe principalmente, é que se torna cristalina a desigualdade operante entre os sujeitos políticos cisgêneros e os transexuais, haja vista que esses marcadores sociais afetam a capacidade de um indivíduo de mobilizar recursos políticos e de exercer influência política, o que pode perpetuar as desigualdades sociais e políticas existentes. Assim, as pessoas trans (unicamente por conta dessa condição de gênero) já não possuem muito reconhecimento necessário para a efetividade de suas candidaturas e, ainda, são atravessadas por outros fatores que são resquícios de toda a discriminação que padecem socialmente, como, por exemplo, a permanência em condições precárias e de extrema falta de recursos financeiros que influenciam ainda mais na eficácia de suas campanhas eleitorais.

Como adição ao acúmulo de capital político, pode-se acrescentar ainda a influência da mídia na catalisação de eleitores, ao passo que acaba por interferir em toda a estrutura política enraizada nacionalmente. Ou seja, os meios de veiculação de informações (seja ele qual for), ainda mais nos dias atuais em que a internet é uma condição de fácil acesso e é usada para dar visibilidades e reconhecimentos, são, muitas vezes, determinantes na captação de recursos políticos, haja vista veicularem propagandas e notícias de pessoas que já detêm o monopólio institucional e continuam a perpetuar as suas matrizes de poder. O corpo trans, em oposição, não é motivo de visibilidade social, tampouco midiático, corroborando a ideia de que são não-pertinentes dentro de toda essa engrenagem de exclusão.

O capital político é, nesta senda, uma espécie de capital de crédito, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido, de forma que se denomina “capital” os meios econômicos angariados, mas também do conjunto de bens culturais, sociais, simbólicos etc. Na esfera política ou econômica, portanto, os

participantes precisam de recursos financeiros para ingressar no campo e, muitas vezes, utilizam estratégias para manter ou obter posições. Essa disputa pode ser explícita e material, envolvendo questões políticas e econômicas, ou simbólica, envolvendo a luta entre a conservação da ordem dominante e a subversão dos seus interesses. É uma luta, invariavelmente, para consolidar a permanência do poder em apenas algumas pessoas e/ou grupos dominantes.

Os recursos angariados acabam se tornando num material que é capaz de ser traduzido, dentro de uma democracia, pela capacidade dos agentes de conseguir votos. A perspectiva de poder, por consequência, só pode ser exercida mediante o capital e no interior do próprio campo. A dominação política está intimamente ligada a uma maior acumulação de capitais (sejam eles cultural, intelectual, econômico etc) que, conjuntamente, formam e moldam o capital político como um todo.

A partir daí, dessarte, que as existências trans não detêm capital político suficiente para disputar as vagas representativas parlamentares, por ser sucedâneo óbvio de todas as agressões que perpassam as suas trajetórias desde o nascimento até a morte. A carência de capitais, seja pela falta de tempo necessário para a dedicação na carreira política, seja pela insuficiência econômica por conta da subalternidade e exclusão sociais, seja pela lacuna de capital cultural porque não há o reconhecimento enquanto pessoas detentoras de direitos, é que faz com que os processos eleitorais dessas candidaturas sejam rejeitados em um número expressivo e, conseqüentemente, pecam na representação descritiva e no atendimento de suas demandas e reivindicações para a efetivação de garantias mínimas, como será analisado no próximo capítulo.

Por ser um corpo indesejável, as existências trans são martirizadas no sentido de serem invisibilizadas e sem qualquer respaldo social algum. A teoria de Bourdieu sobre o capital político, por conseguinte, pode ser aplicada à situação das pessoas trans na esfera política, destacando as barreiras que a comunidade enfrenta na transmissão e na arrecadação desse capital.

Ou seja, a falta de recursos e capitais políticos pelas pessoas trans corrobora ainda mais a narrativa de que a violência que seus corpos sofrem é

perpassada em todos os níveis de socialização e marcadores. Para uma candidatura ser frutífera, é imperioso que dela se extraiam fatores suficientes para, ao menos, concorrer de forma paritária com as candidaturas hegemônicas. O processo de uma vivência trans, por si só, já carrega um amontoado de agressões e violações que repetem o ciclo vicioso de subalternidade e marginalização de vozes que não são coniventes com o sistema (anti)democrático e (anti)representativo.

### **CAPÍTULO III**

#### **O RESPINGO DA SUBALTERNIDADE, DA MARGINALIZAÇÃO E DA VIOLÊNCIA CONTRA CORPOS TRANS: uma análise das candidaturas trans municipais no ano de 2020 no Brasil**

O presente capítulo em epígrafe busca, primordialmente, (e como desfecho da pesquisa) analisar a insuficiência de representação de pessoas trans nos cargos eletivos – por meio de dados empíricos - e tenta dar maior visibilidade a essa discussão teórica que permeia a existência de corpos trans e toda a vulnerabilidade social que isso acarreta.

A partir do apanhado da discussão teórica apresentada nos capítulos anteriores (necessárias para introduzir a temática e a análise proposta enquanto dissertação), este capítulo busca analisar e observar o impacto das questões que atravessam as existências trans e que influenciam no processo eleitoral quanto à ocupação do espaço político nos legislativos municipais.

Ou seja, a pretensão é analisar os dados das candidaturas de pessoas trans constantes nas bases do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no ano de 2020 e observar qual a relação entre os dados coletados com os referenciais teóricos discutidos, de forma a dar maior visibilidade às vivências dissidentes do modelo cisheteronormativo. Além disso, busca-se problematizar a tentativa de pessoas trans de conquistar espaços de poder em uma sociedade que se apresenta limitada em absorver a diversidade de narrativas sem que haja um rechaço em todas as áreas das relações humanas contra pessoas trans, bem como demonstrar a insuficiência de representação política desta minoria sexual.

A consolidação do ativismo trans como um sujeito político legítimo na luta pelas demandas e reivindicações da comunidade trans, bem como os conceitos de sujeito, poder, representação descritiva e capital político foram imprescindíveis para embasar a análise do terreno eleitoral desses corpos, de forma a entender que os processos de silenciamento e violência diariamente sofridos são fatores que explicam a ausência de representação da comunidade trans (e LGBTQIAPN+ em geral) nos postos parlamentares.



Neste íterim, então, é que este estudo se idealiza na observação das candidaturas trans no pleito eleitoral de 2020 a nível nacional. Não de forma a limitar as possibilidades, até mesmo porque os dados que são disponibilizados não possuem uma certeza concreta, haja vista que, primeiramente, a identificação e o entendimento de uma pessoa trans na inscrição eleitoral não se resume ao binarismo de gênero entre homem e mulher (porque só há essas opções no momento da inscrição), e tampouco é um espaço de acolhimento para as existências dissidentes. Ademais, há um conflito entre a apuração dos dados oficiais elencados no site do TSE e os dados apurados pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – uma das principais organizações civis em prol da luta “T” -, pois o elo de afinidade e acompanhamento dessas pessoas é maior quando em contato com um espaço de pertencimento em comparação a um ambiente hostil e de exclusão. Os dados levantados pela ANTRA, embora parecerem eivados de credibilidade e bem mais expressivos, não são suficientes para o crivo de averiguação desta presente pesquisa por conta da fragilidade com que a coleta dos dados é conduzida, que é feita, através da ANTRA, por meio de análises das redes sociais e da trajetória de pessoas trans que já nutrem afinidade com a arena eleitoral, bem como o contato informal com as mesmas para saber se concorreu ao pleito e se realmente se identificam e entendem enquanto trans. Mas, por ser um campo arenoso, com limitada comprovação, opta-se pelos dados oficiais divulgados pelo TSE.

Cumprе salientar, contudo, que ambos os casos constatam a ausência de sucesso eleitoral por parte das pessoas trans que concorreram às eleições municipais, não havendo qualquer benefício de um em comparação ao outro. Trata-se apenas de uma escolha com maior comprovação científica para problematizar a questão aqui ventilada. Todavia, tal discussão será detalhadamente observada mais a seguir.

Por conseguinte, é necessário que se faça inicialmente uma explicação quanto às eleições municipais de 2020, ao passo que foi o primeiro pleito eleitoral municipal em que as pessoas que se candidataram puderam escolher

a inclusão do nome social no momento de inscrição das candidaturas<sup>39</sup>. Por conta da Resolução 23.609, de 18 de dezembro de 2019, sendo uma resposta à Consulta Pública formulada pela Senadora Maria de Fatima Bezerra, as pessoas que se identificavam e se entendiam enquanto trans e que optassem pela inclusão do nome social no processo eleitoral podiam fazer a solicitação no ato da inscrição e, assim, ver respeitada sua identidade de gênero, bem como concorrer às cotas feminina e masculina de que trata o art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997<sup>40</sup>, para os fins de autoidentificação.

O relator da Consulta<sup>41</sup>, Ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, enfatiza que a intenção do TSE foi o de “favorecer e incentivar a

---

<sup>39</sup> RESOLUÇÃO Nº 23.609, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019. Disponível no site do TSE: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-609-de-18-de-dezembro-de-2019>. Normatiza a escolha e o registro de candidaturas a esses cargos para as Eleições Municipais de 2020 – determina que, no formulário do Requerimento de Registro de Candidatura (RRC), conste, entre outros dados pessoais, o nome social que o candidato ou a candidata utiliza, se for esse o caso. Isso permite que as pessoas que não se identificam com o gênero designado no seu nascimento possam concorrer a cargos eletivos utilizando o nome social pelo qual optam em ser reconhecidas. Ou seja, em 1º de março de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral respondeu a Consulta formulada pela Senadora Maria de Fatima Bezerra no sentido de que a expressão “cada sexo” presente no § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504/1997 se refere ao gênero. Essa decisão possibilitou que mulheres trans possam ser inseridas na cota de gênero feminino, e homens trans, na cota de gênero masculino, permitindo-lhes, ainda, a inclusão do nome social no cadastro eleitoral.

<sup>40</sup> “Art. 10. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, salvo: (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015) [...] § 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)”

<sup>41</sup> “Consulta. Requisitos. Legitimidade. Senadora. Exame. Expressão ‘cada sexo’. Referência. Transgêneros. Omissão legislativa. Nome social. Cadastro eleitoral. Princípios da dignidade da pessoa humana. Igualdade. Não discriminação. Intimidade. Direito à felicidade. Bem-estar objetivo. Valores de justiça. Fins sociais. Exigências do bem comum. Cotas feminina e masculina. Contabilização. Percentuais. Art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997. Pedido de registro de candidatura. Nome completo. Art. 12, caput, da Lei das Eleições. Nome civil. Determinação. Nome social. Urnas eletrônicas. Possibilidade. Expressão ‘não estabeleça dúvida quanto à sua identidade’. Candidaturas proporcionais e majoritárias. Idênticos requisitos. Art. 11 da Lei das Eleições. I – Cabimento. É cabível consulta formulada em tese, sobre matéria eleitoral (pertinência temática), por Senadora da República (autoridade com jurisdição federal), estando preenchidos, portanto, os requisitos exigidos pelo art. 23, XII, do CE. II – Premissas teóricas: a) Malgrado inexistente menção ao sexo feminino no art. 10, §3º, da Lei nº 9.504/1997, é evidente tratar-se de ação afirmativa que visa à superação do déficit democrático oriundo da sub-representação das mulheres nas casas legislativas, o que não guarda nenhuma incompatibilidade com o reconhecimento dos direitos dos(as) candidatos(as) a serem computados nas cotas feminina ou masculina, de acordo com sua identidade de gênero. b) O cerne das questões ora apresentadas denota a lacuna do mencionado dispositivo legal, porquanto a expressão ‘cada sexo’ não contempla a diversidade de gênero com seus marcadores sociais singulares e diferenciados. Com efeito, a construção do gênero representa

participação político-partidária dos cidadãos transexuais, respeitando-se a sua individualidade e evitando constrangimentos que atentem contra sua dignidade”, acrescentando que cabe à Justiça Eleitoral “adotar as providências necessárias para que o exercício do sufrágio seja consentâneo e sensível às questões de gênero ora apresentadas, sem desbordar os limites de suas atribuições e competências” (FREITAS; OLIVEIRA, 2021, p. 375).

A decisão quanto à implementação do nome social, portanto, é crucial para o presente estudo por conta da escolha em se extrair os dados constantes nas bases do TSE das candidaturas que optaram pelo emprego do nome social nas eleições municipais de 2020. Ou seja, esta pesquisa em epígrafe debruça

---

fenômeno sociocultural que exige abordagem multidisciplinar a fim de conformar uma realidade ainda impregnada por preconceitos e estereótipos – geralmente de caráter moral e religioso – aos valores e às garantias constitucionais. É imperioso, pois, avançar e adotar medidas que denotem respeito à diversidade, ao pluralismo, à subjetividade e à individualidade como expressões do postulado supremo da dignidade da pessoa humana. Ademais, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil consiste em ‘promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação’, nos termos do art. 3º, IV, da Carta Magna. c) O princípio da imutabilidade do nome vem sendo mitigado pela jurisprudência do STF e do STJ, e pode implicar, inclusive, a possibilidade de alteração do registro civil independentemente de prévia autorização judicial, conforme, aliás, vem sendo discutido no bojo na ADIn 4275. Cabe a esta Justiça especializada, nos limites de suas atribuições e competências, adotar as providências necessárias para que o exercício do sufrágio seja consentâneo e sensível às questões de gênero ora examinadas. III – Com base nesses fundamentos, adotam-se as seguintes orientações para as questões veiculadas na presente Consulta. 1. A expressão ‘cada sexo’ mencionada no art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997 refere-se ao gênero, e não ao sexo biológico, de forma que tanto os homens como as mulheres transexuais e travestis podem ser contabilizados nas respectivas cotas de candidaturas masculina ou feminina. Para tanto, devem figurar como tal nos requerimentos de alistamento eleitoral, nos termos estabelecidos pelo art. 91, caput, da Lei das Eleições, haja vista que a verificação do gênero para o efeito de registro de candidatura deverá atender aos requisitos previstos na Res.-TSE nº 21.538/2003 e demais normas de regência. 2. A expressão contida no art. 12, caput, da Lei nº 9.504/1997, de que o candidato deve ‘indicar seu nome completo’ no pedido de registro candidatura, refere-se ao nome civil, constante do cadastro eleitoral, por ser imprescindível ao exame das certidões negativas exigidas no pedido de registro de candidatura, o qual deverá ser restrito ao âmbito interno da Justiça Eleitoral, enquanto o nome social deverá ser utilizado nas divulgações públicas. 3. É possível o uso exclusivo do nome social nas urnas eletrônicas, observados os parâmetros do art. 12 da Lei nº 9.504/1997, que permite o registro do ‘prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual é mais conhecido, desde que não se estabeleça dúvida quanto à sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente’. 4. A expressão ‘não estabeleça dúvida quanto à sua identidade’, prevista no caput do art. 12 da Lei nº 9.504/1997, refere-se à identificação do(a) candidato(a) conforme seja conhecido(a), inclusive quanto à identidade de gênero. 5. O nome social poderá ser utilizado tanto nas candidaturas proporcionais como nas majoritárias, haja vista que o art. 11 da Lei nº 9.504/1997, ao estabelecer o rol de dados e documentos que devem instruir o pedido de registro, não faz nenhuma distinção nesse sentido. 6. Acolhe-se a manifestação da Assessoria Consultiva no sentido de que a autodeclaração de gênero deve ser manifestada por ocasião do alistamento eleitoral ou da atualização dos dados do cadastro eleitoral, ou seja, até cento e cinquenta e um dias antes da data das eleições, nos termos do art. 91, caput, da Lei nº 9.504/1997, razão pela qual se propõe a edição de regras específicas sobre o tema. 7. Consulta conhecida.” (Consulta nº 060405458, acórdão, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJE, tomo 63, 03.04.2018).

sua observação a partir das pessoas trans que registraram seu nome social quando da inscrição de suas candidaturas e, assim, fizeram constar nos dados oficiais divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Todavia, é necessário frisar que esta opção é uma maneira de se observar mais detalhadamente as informações quanto ao fenômeno aqui observado e não tem o condão (por óbvio) de excluir da análise outras possibilidades de candidaturas e identificações. Pelo contrário, a pesquisa em epígrafe tenta verificar justamente a visibilidade de corpos trans no campo político brasileiro. É, portanto, uma averiguação que entende a necessidade da oficialização de dados eleitorais para haver uma interlocução mais robusta dentro da seara científica e institucional.

Contudo, e infelizmente, a categoria “nome social”, utilizada pelo TSE, embora seja a mais adequada, dentre as existentes na base de dados do Tribunal, para que se tente traçar o perfil das candidaturas trans, não abrange todas as candidaturas trans, já que nem todas elas informaram seu nome social – por motivos diversos, que fogem ao escopo proposto nesta pesquisa. Ressalta-se, mesmo assim, a crítica à falta de acesso a informações legítimas e contundentes quanto à questão analisada e o quão dificultosa é a elaboração de dados referentes às existências não-cis. Em decorrência de toda a subalternidade é que existe uma grande lacuna na apuração de quaisquer fontes de documentos e dados no tocante às vivências trans, em especial no setor político-eleitoral.

Na concepção da ANTRA, há uma problemática quanto ao levantamento das candidaturas quando da inclusão do nome social no ano de 2020 e os dados do TSE, por conta de uma categorização (ou até mesmo falta dela) em um universo extremamente interseccional e múltiplo:

Esse ano tivemos um desafio ainda maior, devido a decisão do STF sobre a retificação de nome e gênero das pessoas trans, corremos o risco de não identificar as candidaturas de travestis, transexuais e demais pessoas trans, visto que nem os partidos ou mesmo o TSE trazem o marcador de identidade de gênero em seus cadastros, promovendo um “apagamento” de nossas identidades ao sermos lidas como se fossemos pessoas cisgêneras. Com isso, nossa

pesquisa encontrou uma maior dificuldade para o levantamento das candidaturas em 2020<sup>42</sup>.

Apesar de a categoria "nome social" não representar o número total de candidatos(a) trans, é importante reconhecer que ela é uma ferramenta crucial para identificar o perfil desses indivíduos. A própria Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) enfrentou dificuldades para coletar informações sobre as candidaturas trans devido à baixa participação no questionário elaborado pela organização (FREITAS; OLIVEIRA, 2021, p. 385). Apesar da declaração do nome social não ser um imperativo, mas uma premissa e um direito de pessoas trans, pode-se problematizar a questão para que haja uma evolução no registro dessas candidaturas e, assim, da base de dados da Justiça Eleitoral como um todo, para identificar o maior número possível de candidaturas trans (respeitando sempre a autodeclaração de cada participante) no sentido de reafirmar a identidade desses sujeitos e tratar com respeito e de forma vigorosa sua participação política.

Superadas tais premissas, enfim, e de acordo com dados extraídos da página do TSE<sup>43</sup> referentes às eleições municipais de 2020, constatou-se um total de 171 pessoas que usaram o nome social na inscrição do pleito eleitoral brasileiro. Ainda, em consulta ao mesmo portal eletrônico, pode-se perceber que a quantidade geral de pessoas candidatas ao pleito de 2020 é de 529.570 (quase quinhentos e trinta mil), ou seja, o percentual de identidades trans que concorreram às eleições àquele ano é de aproximadamente 0,032% do total. Embora cerca de 2% da população brasileira se identifique e se entenda enquanto uma pessoa trans, conforme dados informados por um levantamento realizado pela Faculdade de Medicina de Botucatu – FMB da Universidade Estadual Paulista (UNESP) publicado na *Nature Scientific Reports* em 2021, a percentagem das candidaturas ainda é muito irrisória em comparação ao abismo social que existe por conta da falta de garantias fundamentais e

---

<sup>42</sup> Disponível em <https://antrabrasil.org/>. Acessado em 10 de maio de 2023.

<sup>43</sup> Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 10 maio 2023.

políticas públicas que atravessam a dignidade da pessoa humana e que não reverbera no acolhimento das vivências trans.

Neste sentido, e em observância a todos os preceitos decorridos ao longo da dissertação até o presente momento, é notória a falta de representação e participação de pessoas trans dentro do Legislativo Brasileiro, ao passo que é o exato reflexo do trinômio marginalização-violência-representação que assola os marcadores sociais no âmago de uma sociedade deturpada que vê o gênero dissidente como uma afronta às hegemonias patriarcais, sexistas, heterossexuais e cisgêneras existentes como norteadoras de um padrão contemplado pelo senso comum, o qual foi engendrado a partir das premissas de quem ocupa espaços de poder e privilégio.

Em decorrência desses fatores é que se explica a falta de representação descritiva cunhada por Young (2000) no capítulo anterior e que não contempla a diversidade de existência e corpos na representação política brasileira. Neste sentido a autora afirma:

As pessoas muitas vezes reclamam que os grupos sociais dos quais fazem parte ou com os quais têm afinidade não são devidamente representados nos organismos influentes de discussões e tomadas de decisão, tais como legislaturas, comissões e conselhos, assim como nas respectivas coberturas dos meios de comunicação. Essas demandas evidenciam que numa sociedade ampla e com muitas questões complexas os representantes formais e informais canalizam a influência que as pessoas podem exercer (YOUNG, 2000, p. 141).

Como se constatou, apenas 30 candidaturas trans tiveram êxito nas eleições municipais de 2020, em que foram lotadas para o cargo de vereador(a). Dialogando com o conceito de representação descritiva, ainda há uma lacuna gigante a ser preenchida quando se traçam os dados desses sujeitos. Ou seja, dessas 30 que se elegeram, representaram um total de 26 município diferentes, o que equivale a um valor de 0,539% (aproximadamente) se comparadas com o total de 5.568 municípios existentes no Brasil<sup>44</sup>, distribuídas entre 23 no Sudeste, duas no Nordeste, uma no Norte e quatro no sul. Evidentemente que nem todas as cidades brasileiras teriam representações trans, mas esse paralelo permite ter noções básicas estruturais da densidade política do Brasil. Ainda, o estado de São Paulo, principalmente a

---

<sup>44</sup> Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territoria>. Acesso em 13/06/2023.

capital, é o lugar com o maior índice de sucesso dessas candidaturas, em que pode representar a absorção da multiculturalidade e das maiores lutas dos movimentos sociais brasileiros porque a capital é o maior município da América Latina, facilitando debates e discussões sobre a necessidade de corpos e experiências trans no cenário político também.

Partindo desse entendimento, um Legislativo formado basicamente por pessoas cisgêneras não pode representar devidamente as pessoas trans. A noção de os representantes atenderem às necessidades dos representados só começaria a fazer sentido se o Parlamento fosse extremamente diverso e plural, o que não se pode afirmar no contexto brasileiro. Marcado majoritariamente por homens brancos, heterossexuais, cisgêneros e elitistas, o campo eleitoral invisibiliza os corpos trans e, em consequência disso, suas reivindicações para o sustento de uma vida digna.

Young argumenta, ademais, no sentido de que

o compromisso com a igualdade política implica que as instituições e práticas democráticas tomem medidas explícitas para incluir a representação de grupos sociais cujas perspectivas provavelmente seriam excluídas das discussões, na ausência daquelas medidas. Esses grupos constituem uma minoria relativamente pequena ou são social ou economicamente desfavorecidos, ou então o discurso político prevaiente é dominado por outras perspectivas. Os grupos sociais devem ser reconhecidos e incluídos em sua especificidade nos processos comunicativos democráticos (YOUNG, 2000, p. 181).

Trazendo o debate para a perspectiva dissidente de gênero, portanto, e vislumbrando o quantitativo de candidaturas trans no pleito municipal, é possível supor que as ações afirmativas e as cotas de gênero serviriam como uma tentativa de preencher a lacuna de representação dessa minoria nos cargos eletivos e, evidentemente, haveria maior diálogo e interlocução com a garantia de direitos aos corpos dissidentes da cisheteronorma.

À vista disso, o insucesso eleitoral pode ser fruto da ausência de políticas públicas inclusivas e de reconhecimento da necessidade de inserção dessas existências no patamar de representantes governamentais. Estatisticamente constatando, apenas 17,54% dessas candidaturas obtiveram êxito eleitoral, corroborando ainda mais a ausência de representação descritiva dessa parte da população ao Legislativo brasileiro. Ademais, o insucesso

eleitoral também pode servir como um reflexo da violência perpetuada contra as vivências trans.

Ao detalhar esses números das candidaturas que ocuparam cargos legislativos, constata-se que foram 16 candidaturas pela esquerda (6 PSOL, 4 PT, 4 PDT, 1 PV e 1 PSB), 11 pelo centro (1 PTB, 1 DEM, 2 PODE, 1 PROS, 1 AV, 4 MDB e 1 PSDB) e três pela direita (1 REP, 1 PL e 1 DC). Destes, foram 2 homens trans e 28 travestis e mulheres trans<sup>45</sup>. Foi eleita ainda a primeira pessoa intersexo do país e sete candidatas como as mais votadas em suas cidades - Linda Brasil, Dandara, Tieta Melo, Lorim de Valéria, Duda Salabert, Titia Chiba e Paullete Blue (FERREIRA, 2021, p. 14).

Novamente, pensa-se nos corpos para além da sua materialidade. Os corpos carregam marcas simbólicas, marcas discursivas, feitas e refeitas no tempo, situadas na cultura. Afastando-se ou aproximando-se das normas que regulam seus corpos, os sujeitos são definidos, acolhidos (ou não), possuidores (ou não) de direitos pelas marcas que habitam seus corpos (LOURO, 2020, p. 07). Se as pessoas trans estão sujeitas à abjeção e à violência pelas marcas de poder nos seus corpos, esses também representam um movimento de contestação (da norma) e de efetivação dos seus direitos.

Além do mais, a maioria dos(as) candidatos(as) declarou-se pertencente ao gênero feminino (82,5%), enquanto 17,5% se autoidentificam com o gênero masculino, bem como, em relação à cor/raça, 66,9% declararam-se pretos ou pardos, 32 (5%) brancos, e apenas um candidato (0,6%) declarou-se amarelo. Os dados das eleições de 2020 contrastam os de 2014, quando, segundo Santos (2016, p. 79), “a maioria (seis) das candidatas travestis e transexuais se identificou como ‘branca’, tendo a sétima candidata se identificado como ‘parda’”. Ressalte-se, contudo, que predominou a presença de candidatos pretos e pardos também na população total de candidatos em 2020 (50%), com aumento desse número em relação a pleitos anteriores (FREITAS; OLIVEIRA; 2021, p. 380).

Quanto ao nível de escolaridade, verifica-se que apenas 10,53% dos(as) candidatos(as) que registraram nome social afirmaram cursar ou ter concluído

---

<sup>45</sup> Disponível no site do TSE (<https://sig.tse.jus.br/>). Acesso em 13/06/2023.



o ensino superior. A maioria (52,63%) declarou ter o ensino médio completo (FREITAS; OLIVEIRA; 2021, p. 381).

No tocante ao financiamento das campanhas, e conforme os dados extraídos do TSE, bem como focando tal análise nas 30 candidaturas eleitas, percebe-se alguns dados pertinentes ao estudo: inicialmente, antes de mostrar os dados, cumpre salientar que 3 dessas candidaturas eleitas ainda não finalizaram totalmente o processo de prestação de contas eleitorais, não havendo movimentação, motivo que apenas se explora as outras 27. Retira-se desses dados as candidaturas de Lorim de Valéria (PDT – Pontal/SP), Regininha Lourenço (AVANTE – Araçatuba/SP) e Dandara (MDB – Patrocínio Paulista/SP).

Sendo assim, o total de investimento por parte do FEFC (Fundo Especial de Financiamento de Campanha), ou Fundo Eleitoral, nessas campanhas foi de apenas R\$ 409.902,10 (quatrocentos e nove mil, novecentos e dois reais com dez centavos). Ou seja, um valor irrisório e ínfimo quando se trata em investimento em campanhas eleitorais, principalmente envolvendo aquelas pessoas que foram eleitas. No ano de 2020, no Brasil, o total do FEFC foi de R\$ 2.034.954.824 (dois bilhões, trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil com oitocentos e vinte e quatro reais), ou seja, o valor distribuído do FEFC às campanhas trans foi de apenas 0,20%, explicando a falta de credibilidade por parte dos partidos que receberam verbas altas do Fundo e não repassaram às pessoas trans.

Ademais, 14 dessas candidaturas não tiveram nenhum repasse do FEFC, correspondendo a um total de 46,66% das candidaturas eleitas. É evidente que o cálculo da distribuição dos valores conta com alguns requisitos (2% do total é dividido entre todos os partidos com estatuto reconhecido pelo TSE; 35% é rateado entre as agremiações com pelo menos um parlamentar eleito para a Câmara, com base na proporção de votos que cada bancada recebeu na última eleição para a Casa; 48% é distribuído proporcionalmente ao tamanho das bancadas atuais da Câmara; 15% é repassado aos partidos com representação no Senado, também seguindo a proporção do tamanho de suas

bancadas<sup>46</sup>), contudo, mesmo assim pode-se perceber a desídia dos partidos e seus diretores por conta do valor extremamente ínfimo delegado ao financiamento das candidaturas trans.

Por conseguinte, quanto ao Fundo Partidário, instituído pela Lei 9.096 de 1995, pôde-se perceber que apenas duas candidaturas tiveram repasse de valores dos partidos, correspondendo a um valor de R\$ 10.891,00 (dez mil, oitocentos e noventa e um). As outras candidaturas sequer tiveram acesso a algum dinheiro desse orçamento.

Pode-se, assim, se depreender mais algumas considerações sobre o assunto, no tocante à falta de representação trans: as verbas recebidas para o incentivo de suas campanhas foram ínfimas – até pelos partidos não acreditarem nas suas constituições políticas, bem como por terem receio de lidar com a questão de gênero e diversidade sexual e perderem eleitores, em uma estratégia malsucedida de exclusão –; o uso da problemática de gênero nas campanhas ainda ser um ambiente de falta de informação e, com isso, a precariedade em se eleger alguma pessoa representante dessa minoria; a vulnerabilidade e a fragilidade dos direitos adquiridos pelas pessoas trans em uma situação nacional de hostilidade com as suas reivindicações, porquanto permanecem, sempre, à mercê de manobras políticas e institucionais, acarretando em uma não credibilidade na população votante; e as diversas formas de violência que sofrem ao decorrer de suas vidas, impedindo a aproximação com espaços políticos.

A meta de introduzir mais membros de grupos marginalizados em tais organismos pode ser alcançada por vários meios, tais como nomeação para cargos, esquemas de votação, sorteios, formação de eleitorados por segmentos socioeconômicos e profissionais etc (YOUNG, 2000, p. 181). Dialogando com a política de ações afirmativas, Young continua:

Sem medidas afirmativas que propiciem a representação de grupos em suas instâncias deliberativas, listas de candidatos, convenções etc., os partidos políticos – especialmente os partidos grandes ou já consolidados, que detenham algum poder político – tendem a padecer do mesmo viés das instituições do Estado no sentido de

---

<sup>46</sup> Lei [13.487](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13487.htm) de 6 de outubro de 2017, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/13487.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13487.htm). Acesso em 14 de junho de 2023.

representar os interesses e as perspectivas dos segmentos sociais privilegiados. Para promover a inclusão de todas as perspectivas sociais nas discussões e tomadas de decisão políticas, os partidos precisam então dedicar especial atenção aos grupos e a medidas compensatórias à sua sub-representação (YOUNG, 2000, p. 184).

Nesta senda, portanto, é que a representação descritiva deve ser operada para se fazer concretizada na democracia brasileira e, assim, aumentar o sucesso eleitoral de candidaturas trans que possam garantir maior visibilidade aos seus corpos e demandas. Segundo a autora, a multiplicidade dos pontos de vistas amplia a noção de realidade e contribui para o processo democrático.

Mendonça (2011) sugere que quanto mais complexa for a rede de mecanismos de representação, maiores as chances de representar mais aspectos dos cidadãos, pois é através da troca pública de argumentos em diferentes arenas discursivas que uma representação pode construir sua legitimidade, mantendo um processo contínuo discursivo articulado em diferentes fluxos e esferas. Com isso, a representação deve ser centrada em discursos e o núcleo da política transforma-se em múltiplos discursos (MENDONÇA, 2011, p. 122).

Dialogando com os escritos de Santos (2016), são vários os fatores que podem ter contribuído para essa diferença no desempenho eleitoral entre candidatos(as) trans. Um deles pode estar na maior dificuldade das candidaturas de articular a agenda da diversidade sexual e expressão de gênero com outras temáticas, restringindo o alcance do apelo eleitoral de suas candidaturas. Outro fator pode estar na ausência de grupos e associações trans organizados nas pequenas e médias cidades, em que se concentram parte expressiva das candidaturas (SANTOS, 2016, p. 178).

Em contrapartida, a falta de capital político é um fator que incide diretamente no insucesso eleitoral de candidaturas trans por conta da falta de reconhecimento nos espaços sociais e que implicam na dificuldade de acesso à arena eleitoral. Quando os corpos trans não são visíveis pela sociedade e não detêm nenhum reconhecimento de que são capazes e eficientes como qualquer outra existência, a falta de recursos políticos se torna cada vez mais complexa justamente por não terem, possivelmente, apoio dos votantes que,

inevitavelmente, estão imersos no entendimento do senso comum de que só o homem, branco, heterossexual e classista que consegue operar com maestria os espaços de liderança. Contudo, quando se analisa eleições municipais e não gerais, salienta-se que a maior incidência de candidatos/as trans nas eleições municipais provavelmente seja atribuída ao fato de esta ser a esfera política que requer menor capital político/financeiro, face a uma maior visibilidade eleitoral (SANTOS, 2016a; PEDRA, 2018).

Uma decorrência disso é a ausência de um bom capital econômico por parte das candidaturas trans, em que suas campanhas contaram com valores extremamente baixos que justificam esse reflexo social. Uma dessas candidaturas, por exemplo, não dispendeu nenhum gasto financeiro em sua campanha, ao passo que uma parte das eleitas (12) gastaram menos de dois mil reais durante todo o período de campanha eleitoral. Embora pareça ser um dado positivo, nada mais é do que um fracasso em angariar recursos e capitais frente a um monopólio da elite dominante, haja vista que, caso os financiamentos fossem melhor investidos nas candidaturas trans, o sucesso eleitoral poderia ser bem maior (e conseqüentemente a representação descritiva) e as candidaturas poderiam crescer expressivamente se contassem com esse apoio populacional e político. De um total de 557.678 candidaturas, apenas 171 são de pessoas trans. E dessas 171, apenas 30 se elegeram. Nota-se, assim, que os números trazidos são bem problemáticos e ínfimos por conta de um país que insiste em subalternizar determinados corpos em detrimento de outros.

Há uma dificuldade das pessoas trans em obter apoio político (o que é extremamente fundamental para a visibilidade desses corpos). As disputas e tensões entre o movimento trans, os partidos políticos (principalmente no campo ideológico da esquerda) e os(as) candidatos(as) trans têm privado estes últimos de um apoio essencial nas disputas eleitorais. A falta de articulação, e muitas vezes o conflito aberto, entre esses três atores sociais têm dificultado não só a maior presença de parlamentares trans, mas também comprometido o apoio de outras forças políticas às demandas do movimento. Por não identificarem nesse segmento um potencial de apoio político-eleitoral, estas têm sido utilizadas como “moeda de troca” em negociações políticas com

setores conservadores, colocando-as em uma situação de marginalização no campo político (SANTOS, 2016, p. 161).

Percebe-se, também, conforme dados do TSE<sup>47</sup>, que todas as 171 candidaturas trans foram ao cargo de vereador(a) e nenhuma ao cargo de prefeito(a). Nítida a falta de reconhecimento intrínseca à violência perpetuada às vivências trans em todos os âmbitos e setores sociais. A violência política, como aduzido no capítulo anterior, interfere diretamente na ocupação do campo político pelas pessoas trans porque as violações que acometem esses corpos diariamente (a exemplo do não financiamento de suas campanhas por se entender que não é plausível de êxito eleitoral, bem como a resistência de partidos políticos a aderirem em suas agendas questões de gênero a serem discutidas) são tidas como naturais e aptas a “purificar” o campo político pela hegemonia já estruturada até os dias de hoje.

Pode-se tentar interpretar a ausência de candidaturas trans para o Executivo por conta da aversão dos partidos em acolher as demandas da diversidade sexual e de gênero e incorporar tais pautas nas agendas políticas, visto que não consideram uma questão de Estado e digna de incisão direta no seu tratamento. Ainda, pode soar como consequência o fato de que o campo político e quem o representa atualmente não enxergam capacidade técnica nos corpos dissidentes em comandar o Executivo municipal, simplesmente por se sentirem ameaçados/vulneráveis e, a partir daí, rechaçam qualquer possibilidade de avanço das pessoas que não atendem ao modelo cisheteronormativo.

Em uma série de reportagens feita pela Folha de São Paulo<sup>48</sup>, foram apurados dados de violência política contra pessoas trans que foram eleitas em 2020. A reportagem procurou todas elas, das quais 24 responderam aos pedidos da entrevista. Desse contingente, 17 (70%) relataram situações de violência política transfóbicas e 11 sofreram ameaças. A presença dessas

---

<sup>47</sup> Disponível em [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cruzamento-de-candidaturas?p25\\_back=22&p25\\_cruzamento\\_1=st\\_nome\\_social&clear=RP,25&session=200479518285339](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cruzamento-de-candidaturas?p25_back=22&p25_cruzamento_1=st_nome_social&clear=RP,25&session=200479518285339). Acesso em 19 de maio de 2023.

<sup>48</sup> Matéria publicada na Folha de São Paulo e realizada por Artur Rodrigues e José Matheus Santos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/politicas-trans-enfrentam-rotina-de-perseguido-e-ameacas-de-morte-no-pais.shtml>. Acesso em 15 de junho de 2023.

peças nas Casas Legislativas sofre enorme resistência, fazendo com que a atuação seja limitada, a ponto de algumas não entrarem pela porta da frente das Casas Legislativas e andarem com carros blindados por medo de perderem suas vidas.

A violência que, por ser concebida de modo natural, ou seja, como uma norma pela maior parcela da população brasileira, acaba se tornando estrutural neste país. Assim, este fenômeno é entendido como a causa das coordenadas que sustentam as representações sociais hostis e estigmatizadas que invisibilizam, marginalizam e violam os direitos e a dignidade humana das pessoas LGBTQ+ no Brasil. Portanto, a reafirmação desta violência na política seria, possivelmente, a causa para que estas candidaturas de travestis e mulheres transexuais não venham a ascender em outros cargos eleitorais, e são limitadas, por consequência do preconceito, ao cargo de vereadora (SILVA; CASTRO; FONTES; 2021, p. 223).

Por consequência, ainda, e como exemplo dessa insuficiência de recursos políticos, pode-se perceber, como aduzido acima, que o índice de pessoas trans que ingressa no ensino superior é extremamente baixo, e a profissão que os sujeitos são detentores é um dos meios de dispor de capital político para angariar sucesso nas eleições. Ou seja, a produção do conhecimento intelectual e a permanência em espaços acadêmicos facilita a captação de recursos que podem ser convertidos a favor das candidaturas na seara eleitoral. De acordo com os dados do TSE, por exemplo, apenas 18 das 171 candidaturas trans possuem ensino superior completo.

A violência, por conseguinte, pode ser observada também através da alta evasão escolar que sofrem as pessoas trans no decurso de suas trajetórias educacionais, visto que o direito à educação é um privilégio de pessoas cisgêneras e heterossexuais, por conta da falta de preparo de profissionais dentro das escolas e até mesmo resquícios das normas absorvidas no seio familiar que reverberam em outros espaços e, assim, impedem a progressão das pessoas trans a direitos básicos e humanos.

Assim é que a representação trans se apresenta extremamente pífia nos cargos políticos, bem como em setores privados e públicos das esferas sociais, gerando para esses sujeitos, deliberadamente, uma série de preconceitos estruturais na sociedade simplesmente por não corresponderem aos “padrões de gênero e sexualidade” impostos socialmente. Esses “padrões” refletem uma “ordem de gênero”, na qual atuam arranjos sobre masculinidades e

feminilidades exemplares pautados em papéis fixos, determinados pela natureza. Discutir a questão do gênero leva a confrontar esses arranjos reconhecendo as relações históricas de poder que constroem gênero, sexo e sexualidade (CONNELL, 2015, p. 1008). Como discutido no primeiro capítulo, a sexualidade em geral e o gênero estão organizados em sistemas de poder que recompensam e incentivam alguns indivíduos e atividades, ao mesmo tempo que punem e suprimem outros. As identidades trans, portanto, são regidas pelo poder dominante das identidades cisgêneras.

Pela perspectiva de Joan Scott (2019, p. 86), o poder se articula nas e pelas relações de gênero. Nesse sentido, passa-se a pensá-lo não como um estado ou uma posse, mas como “uma entidade intangível que circula em uma matriz particular de dominação, e com a qual os indivíduos se relacionam de formas variadas” (COLLINGS, 2019, p. 435). Ainda, compreende mudanças qualitativas e nos cursos dos domínios de poder, maior controle das fontes de poder e promoção de justiça social (COLLINGS, 2019; BATLIWALA, 1998).

Aqui, é importante destacar que não é pelo fato de as pessoas trans não possuírem capacidade técnica para instrumentalizar a arena política e afins que elas não fazem parte deste espaço, mas é apenas falta de aparato e legitimidade social (através das violações, agressões, desrespeitos e preconceitos em geral) que, infelizmente, não as reconhecem como pessoas detentoras de humanidade e dignidade, deturpando oportunidade de institucionalizar seus interesses próprios. A ocupação do ambiente político, adstrita majoritariamente por pessoas cisgêneras, é um percurso tortuoso e evitado de impedimentos por conta da repulsa àquilo que se tem enquanto “desviante” do padrão hegemônico consolidado pelo senso comum.

O poder exercido sobre as pessoas trans reverbera na violência que as mesmas sofrem diariamente, de forma estrutural e de forma direta. É possível perceber que persistem violências de toda ordem às existências trans e demais minorias, não contempladas nas políticas do Estado, o que aponta que não é só a luta que está ameaçada. É a própria vida, é circular, é aparecer, é resistir e persistir. Entretanto, consciente de que reconhecimento é luta e, por mais que seja arriscado, se faz imprescindível como meio para solidariedade coletiva (HONNETH, 2009).

Na política de gênero, essa proposta representa o direito performativo de visibilidade e luta por justiça social, vidas mais vivíveis e libertação da precariedade (BUTLER, 2018). Na luta por reconhecimento, novas alianças, sob princípios de solidariedade e estima social, têm o poder de mudar a configuração da atual resistência, a partir da (re)união de pessoas trans e cisgêneras (muito além de pessoas LGB, que possuem afinidade com as pautas), do ativismo coletivo, de modo que o motivo da luta seja comum a ambos, ao ponto de se mobilizarem para produzirem novas formas de reconhecimento - novas gramáticas morais - no espaço político de poder (HONNETH, 2009).

Um exemplo disso é a integração de candidaturas em mandatos coletivos, possibilitando assim, incrementos em nível legislativo na cena política brasileira. Nas políticas de representação descritiva, a interlocução entre diversos atores coletivos aliados ao ativismo político é um passo importante para o movimento de reconhecimento intersubjetivo, a partir de uma política que conecte ideias e presença (perspectivas sociais), ou seja, as demandas por cidadania e políticas públicas com a ocupação de pessoas esquecidas do contexto da política institucional e de representação (MEDEIROS; CASTRO; SIQUEIRA. 2022, p. 22).

De acordo com os dados do TSE, em 2020 houve 3 candidaturas coletivas (Bancada Feminista do Psol – PSOL/SP, Quilombo Periférico – PSOL/SP e Dialogue – PODE/SP) que restaram frutíferas e com sucesso eleitoral, em que existiam integrantes trans quando da sua composição. Talvez possa ser nesse sentido e nessa forma de composição que as demandas trans comecem a ter mais força e, assim, discussões plausíveis de reconhecimento e adesão, haja vista que a incorporação a um coletivo pode gerar maior angariação de recursos políticos, econômicos e sociais e que consequentemente reverberam em alavancas para a conquista de cargos eletivos. Percebe-se, também, que as três se formaram no maior centro populacional e cultural do país, entendendo-se como um aliamento a interesses comuns e passíveis de maior enfrentamento aos empecilhos políticos que enfrentam.



Considerando, ainda, que as candidaturas trans não são homogêneas (tanto pelo perfil das mesmas, bem como pela perspectiva subjetiva de cada pessoa, pela vivência em movimentos sociais e até mesmo pela ausência desse fenômeno em suas vidas; também por muitas vezes não defender, necessariamente, os direitos da população LGBTQIAPN+ de forma expressa e aberta) e considerando também que não se pode generalizar nenhuma minoria social sob pena de incorrer em se apagar marcadores sociais importantes na compreensão dos fatores incisivos em seus corpos, é que o poder exercido socialmente se mostra mais apto a moldar as relações existentes e traçar padrões que oprimem e marginalizam a dissidência de gênero.

As candidaturas trans não se constituem como um grupo homogêneo e tampouco ocupam a mesma posição de origem e de destino (ou seja, de onde vieram enquanto pessoas ativas na política e para qual trajetória moldam suas candidaturas), conforme pontuam estudos e pesquisas realizadas quanto à política de pessoas trans, principalmente nos abordados por Santos (2016). Nem todas as candidaturas advêm do ativismo trans, muitas delas sobrevivem de instituições locais de pertencimento em cidades pequenas e que se mobilizam de forma individual num primeiro momento. Assim, as candidaturas de pessoas que se entendem e se identificam enquanto trans não se tratam de uma posição coletiva que abarca o mesmo significado e a mesma identidade de representação. Ademais, os perfis das pessoas trans que ingressam no campo político não são homogêneos nem lineares, de modo que não seguem um padrão específico. Ou seja, consegue-se inferir que o perfil dessas candidaturas não é nem perto de uma homogeneidade, dada as peculiaridades de cada trajetória (AGUIÃO, 2016; AGNOSE, 2016; PEREIRA, 2020).

Os dados cadastrados no TSE demonstram: 114 das candidaturas trans se identificam enquanto pessoas pretas e pardas, enquanto 56 se consideram brancas e 1 amarela. Ainda, 39,76% dessas candidaturas têm idades entre 35 e 44 anos, sendo a cota majoritária. Quanto ao setor profissional, 31 pessoas trans (18,13%) são cabelereiro(a) e/ou barbeiro(a), enquanto 52 enquadraram suas profissões como “outros” no momento da inscrição de suas candidaturas junto ao Tribunal Eleitoral por não haver especificação precisa sobre a questão. A maioria das profissões elencadas nas inscrições são tidas como aquelas que

não necessitam de nenhuma especialização técnica para realizá-las e entendidas como não-reconhecidas socialmente, como, por exemplo, agricultor(a), empregado(a) doméstico(a), motorista, faxineiro(a) etc.

Neste sentido, as fragmentações e as consolidações das candidaturas tendem a pulverizar suas potências e afastar o empoderamento de seus corpos, totalizando em um maior insucesso eleitoral, como já mencionado anteriormente. Este fator (heterogeneidade das candidaturas e de seus perfis, como, por exemplo, a afiliação partidária extremamente conflitante) faz com que haja maior resistência de acesso a posições importantes no meio político brasileiro. Depreende-se dos dados do TSE que essa fragmentação das candidaturas é extremamente alta, tendo inscrições gerais nos seguintes partidos, com a quantidade ao lado entre parênteses: PT (24), PDT (15), PSB (11), PSD (10), PP (10), PCdoB (10), DEM (9), MDB (9), PTB (7), PL (6), PSL (5), PSOL (4), PV (4), Cidadania (4), Patriota (4), Republicanos (4), Solidariedade (4), PMB (3), AVANTE (3), PMN (2), PODE (2), PSC (2), REDE (2), DC (2), PROS (1), PRTB (1), PTC (1), conforme dados do TSE quanto às eleições nacionais de 2020.

Ou seja, as posições diversas dentro do espectro ideológico/partidário podem explicar a heterogeneidade das candidaturas e, conseqüentemente, as diferentes pautas abordadas e focadas por cada partido político, mormente porque não se coadunam as perspectivas sociais, econômicas e culturais entre as representações políticas da direita e da esquerda.

Desta análise, portanto, infere-se que as próprias candidaturas entre si ocupam posições opostas e fragmentam o poder de suas demandas justamente por não haver uma regra contínua de suas constituições e tampouco de seus perfis. Nesta senda, o sucesso eleitoral se torna fragmentado por não haver uma homogeneidade e por não centralizarem o movimento em reivindicações que tenham o mesmo cunho de idealização. Contudo, a título de explicação, não se defende um fenômeno homogêneo e que siga um padrão específico, haja vista se estaria invalidando subjetividades que fazem parte de um coletivo como um todo e de todos os atravessamentos possíveis de forma individual a cada candidatura e trajeto percorrido. A intenção, enfim, é demonstrar a dificuldade que tem a questão trans em ser um

aparato de tentativa de luta em comparação à cisgeneridade, tropeçando em várias condições discriminatórias inerentes ao gênero e à sexualidade em geral.

Outra hipótese que pode ser desdobrada na pesquisa em epígrafe é que, desde o início do ativismo trans e todas as discussões que se pautavam à época – conforme elucidado no primeiro capítulo – houve uma cisão com o movimento “LGB” (lésbicas, gays e bissexuais) em geral por conta das dissonâncias em torno de suas realidades e reivindicações. Enquanto o ativismo homossexual, por exemplo, buscava reconhecimento em níveis mais avançados de luta, o ativismo trans ainda tentava ser percebido como um fenômeno revestido de dignidade e que pudesse, ao menos, ter sua identidade respeitada. As rupturas em torno das pessoas cisgêneras e heterossexuais com as pessoas trans em si fez com que as pautas de orientação sexual e de gênero tomassem contornos específicos em cada grupo.

Mais uma vez, denota-se a não-homogeneidade dos movimentos e a incidência das subjetividades nas fragmentações de interesses que podem muitas vezes ser contrapostos e, dessa forma, gerarem conflitos. Por questões da abrangência de marcadores sociais (classe, gênero, raça etc), as demandas de cada grupo minoritário projetam-se a alcançar seus objetivos e, com isso, as colisões ocorrem dentro mesmo do ativismo que reflete em um enfraquecimento do coletivo. Não é uma apologia às fissuras inerentes às demandas estabelecidas, mas uma maneira de tentar problematizar a forma com que isso ocorre e de que forma podem ser remodelados esses fatores com o intuito de uma maior inclusão e equidade nas decisões político-sociais.

Por todas essas questões, portanto, é que a luta pelas candidaturas trans ainda é um processo que precisa se consolidar e ampliar suas redes de apoio para, aos poucos, as demandas e interesses tornarem-se ouvidos e acolhidos por uma maior parte da população brasileira. A constituição do ativismo trans como um sujeito capaz de disputar os espaços hegemônicos é um fator que, aliado ao acúmulo de capital político e a diminuição da violência, seria capaz de reformar o campo político engessado e torná-lo um ambiente de maior diálogo com questões plurais e diversas, atendendo reivindicações de corpos dissidentes e que possam ser detentores de direitos básicos e dignos.

Por outro lado, contudo, o enfrentamento a estas questões se fará, cada vez mais, com o aprimoramento das lutas sociais e da participação popular nas esferas política e eleitoral.

## **Considerações finais**

Os atravessamentos e as questões atinentes ao gênero e à sexualidade como um todo sempre estiveram em posições subalternas no seio da sociedade e, com isso, ocupavam espaços de invisibilidade e discriminação. A tentativa, nesse estudo, de fomentar a discussão sobre o campo político e as narrativas de gênero é mais uma forma de poder dar visibilidade e problematizar a questão das pessoas que se entendem e se identificam enquanto trans para que, aos poucos, ganhem destaque e se tornem questões de cuidado prioritário na luta por um ideal mais equitativo.

A partir das análises abordadas e dos referenciais teóricos abrangidos, a pesquisa serve como um convite para que mais outras sejam realizadas e, com isso, possam moldar o campo político com questões absorvidas pelas reivindicações de pessoas trans, tornando um ambiente realmente representativo e de deliberações que atentem às reais necessidades socioculturais.

Tal como analisado até aqui, o fenômeno da ocupação do campo político por pessoas trans, bem como de suas candidaturas e da eminência de um ativismo que possa ser entendido como um sujeito capaz de travar lutas nos campos hegemônicos e de dominação, permite a reflexão sobre cenários de extrema importância para reverter o panorama atual de falta de representação de pessoas trans no Legislativo, bem como observar o porquê da carência de capital político por parte das mesmas, haja vista que é um terreno de muita opressão e marginalização por aqueles que detêm o monopólio político: homens, brancos, heterossexuais e classistas.

Dessa forma, identifica-se que a atual dinâmica social e política, cada vez mais heterogênea e complexa, se faz necessária pela busca de equilíbrio entre a unidade do coletivo e o respeito à individualidade dos cidadãos. Nesse contexto, em que os contornos sociais e políticos se mostram cada vez mais substanciais e desafiadores, ganha destaque o papel das eleições bem-sucedidas (com a ocupação de cargos eletivos por pessoas trans) na construção e no exercício da democracia.

Dessa forma, buscou-se, elucidar a importância e a crítica das eleições municipais brasileiras no ano de 2020 como mais um estudo para aumentar a literatura que pesquisa sobre gênero e política, viabilizando, cada vez mais, marcadores e fatores na elaboração de uma demanda estruturada e que consiga se consolidar enquanto uma questão de Estado. Em decorrência disso, portanto, é que toda manifestação e estudos sobre a matéria se fazem imprescindíveis na construção de uma política pautada por questões plurais e mais inclusivas, gerando maior dignidade aos grupos minoritários que sempre são subalternizados no contexto social e político.

Como se observou na presente investigação, e com a finalidade de explicar o problema da pesquisa, o insucesso eleitoral de candidaturas trans ainda é alto por conta das relações de dominação existentes e pela perpetuação da não-inclusão dessas pessoas ao ambiente político nacional, até mesmo por ser um espaço que torna frutífera a eleição de sujeitos que detêm muito capital político, diferente das pessoas dissidentes do modelo padrão. Por conseguinte, vislumbrou-se que os investimentos às campanhas trans ainda são questões a serem melhor resolvidas, não tidas como empecilhos da forma que estão estruturadas hoje.

A esse respeito, e como um objetivo a ser alcançado, quanto maior a presença das pessoas trans na vida política, maior o olhar social do Estado para essa população, com a criação e implementação de políticas públicas voltadas aos seus anseios e necessidades. E quanto melhor as condições de vida da população trans, maior será sua presença no ambiente político num fluxo cíclico e contínuo capaz de alterar o atual cenário de marginalização, maior interiorização e menor escolaridade.

Ademais, e em consonância com o exposto acima, as ações afirmativas, as cotas e os financiamentos dos partidos são alternativas temporárias para a maior inclusão de corpos dissidentes em espaços decisórios e de privilégio. Promover o diálogo com os setores mais marginalizados e reprimidos na conjuntura social é o melhor meio de se creditar cidadania e dignidade a quem sequer experimenta desses direitos e artifícios, trilhando uma trajetória que se pretende erradicar o abismo que impede o acesso dessa minoria sexual das esferas de representação política.

A partir desta discussão e dos dados apresentados, sugere-se quanto à alternativa de se implementar ações afirmativas e de cotas para pessoas trans na seara eleitoral, para que possam de fato ocupar cargos eletivos e, assim, escaparem da subalternidade que ocupam seus corpos no estigma social. Ademais, não apenas as ações afirmativas, mas também problematiza-se a questão do financiamento dos partidos políticos para atenderem à diversidade sexual e à identidade de gênero dentro de uma cultura que não se apresenta acolhedora para tais cenários.

Percebe-se, com isso, o dissenso entre a alternativa e a possibilidade de tais políticas públicas, haja vista que, para se legislar e se institucionalizar tais políticas públicas, é essencial que o Legislativo dialogue com esta temática e a torne como uma questão prioritária nas suas decisões, diametralmente oposto do que se tem atualmente por conta de representantes que não mantêm em suas agendas pautas sobre o que até aqui se discutiu. Ou seja, para que a invisibilidade amenize, seria imprescindível que pessoas trans estivessem ocupando esses espaços e liderando ideais para reverter o panorama conservador e excludente que se alastra no campo político.

Contudo, para que se conquiste esse ambiente de maiores possibilidades inclusivas, ainda existem muitos obstáculos e desafios para uma representação que atenda aos interesses de pessoas trans no campo político. O principal deles é de ordem estrutural e diz respeito à posição subalterna ocupada por estes sujeitos, como os dados demonstraram no decorrer da pesquisa. Ou seja, a luta do ativismo trans e dos movimentos aliados à causa é de fulcral importância para o mitigar os impedimentos de sucesso eleitoral por parte dessa minoria. Ainda, o alto grau de violência perpetuada contra existências trans é pauta a ser combatida urgentemente através de políticas públicas que sejam eficazes e eficientes nessa (talvez utópica) abolição das diferenças sexuais e de gênero.

Como desdobramento disso, a crítica e o questionamento, teórico e prático, do ordenamento cultural e político que estabelece a matriz de sexualidade hegemônica responsável pela subordinação de pessoas trans precisa sair do patamar de irracional e intocável para um lugar de apontamentos e avanços, reforçando a atuação institucional desses aspectos e

reordenando as prioridades dentro do sistema engendrado até aqui. Isso reforça a cisão entre as mudanças imediatamente possíveis e as transformações mais profundas nas relações sociais e culturais, facilitando desenvolvimentos orgânicos de emancipação dos sujeitos subalternos.

É nesse ínterim, enfim, que os delineamentos de uma sociedade transfóbica, machista, patriarcal, elitista, racista etc necessitam de freios capazes de coibir as ações de impedimento de ingresso das minorias no campo político. E mais: as pautas conservadoras e opressoras precisam converterem-se em crimes e em atitudes de repúdio pelo senso comum. Longe de tentar finalizar este estudo por aqui, ele pretende servir basicamente como apoio a pesquisas futuras que possam se alimentar da força dos corpos dissidentes e da motivação por uma maior garantia de dignidade e cidadania a quem sofre cotidianamente o fardo de ser quem é.



## Referências bibliográficas

AGUIÃO, S. 2014. Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp.

ALVES, Douglas Santos. Movimento LGBT, Participação Política e Hegemonia / Douglas Santos Alves. 2016. 251 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

AMORIM, Sylvia Maria Godoy. Escola e Transfobia: vivências de pessoas transexuais. 2018. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018.

ARAÚJO, Clara & BORGES, Doriam. (2013), "Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o 'gênero' das candidaturas em 2010". Revista de Sociologia e Política, 21, 46: 69-91.

BATISTA, F. E. A. (2017). As "barreiras" em envelhecer e ser uma travesti. Revista Falange Miúda (ReFaMi), 2(2), <https://www.falangemiuda.com.br/index.php/refami/article/view/161>.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 110p.

BARBOSA, Bruno Cesar. 2010. Normas e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BORBA; ISRAEL; CARNEVALE; BAHIA, 2022. Violência política e eleitoral nas eleições municipais de 2020. Revist Brasileira de Ciências Sociais (RBCS). Volume 37, nº 108.

BOURDIEU, Pierre. 1989. "A representação política: elementos para uma teoria do campo político". In: BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.

BUNCHAFT, Maria. Transexualidade no STJ: desafios para a despatologização à luz do debate Butler-Fraser. *Novos Estudos Jurídicos*, Itajaí, v. 21, n. 1, p. 343-376, 2016.

BUTLER, J. 2013. *Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. 2011. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. 2015. "Muito prazer, eu existo!" Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CARVALHO, Mário. Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e "tretas" na internet. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n.1, p. 347-363, 2017.

CARVALHO, M; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*, 2013, pg. 319-351.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. *Contemporânea*, São Carlos, v. 13, n. 2, p. 382-400, 2015.

COACCI, Thiago. *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

Collins, P. H. (2019). Por uma política de empoderamento. In: *Pensamento feminista negro*. Boitempo.

CONNELL, R. & Pearse, R. (2015). *Gênero: uma perspectiva global*. Versos.

CRENSHAW, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, 10(1), 171. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewArticle/9558>.

DIAS, Jossiani Augusta Honório; BERNARDINELI, Muriana Carrilho. O Transexual e o Direito de Acesso ao Mercado de Trabalho: Do Preconceito à Ausência de Oportunidades. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, v. 2, n. 2, 2016, pp.243-259.

*Direito Público – periódicos*. I. Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, v. 18, n. 98, mar./abr. 2021.

FACCHINI, Regina. 2005. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond.

FEITOSA, Cleyton. Barreiras à ambição e à representação política de LGBT no Brasil. *Ártemis, João Pessoa*, v. 24, n. 1, p. 120-131, 2017.

FERREIRA, N. T. A diversidade confirma seu voto: candidaturas transexuais, folkcomunicação e representação política. 2021. RIF, Ponta Grossa/ PR Volume 19, Número 42, p.12-27.

FIGUEIREDO, Cláudia Roberta Leite Vieira. Essa pele que hábito - reflexões sobre transexualidade, ocorrência e abuso às garantias constitucionais no contexto do direito do trabalho. *JURIS-Revista da Faculdade de Direito*, v. 27, n.1, 2017, pp.67-80.

FOUCAULT, M. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

\_\_\_\_\_. Como se exerce o poder? In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

FREITAS, S. R. de; OLIVEIRA, A. M. de; Gênero e Instituições Judiciais - Conexões Teóricas e Práticas: Candidaturas Trans no Brasil e o Papel do Tribunal Superior Eleitoral. 2021, p. 370-388.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES FILHO, T. A. (2020). O processo de escolarização das travestis e das mulheres trans no Brasil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, 10(21), 111-118. Outubro. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/mulheres-trans>.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102p.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

KAFFER, Karen Ketlin et al. A Transexualidade e o mercado formal de trabalho: Principais dificuldades para a inserção profissional. Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2016.

KRANZ, R. 2019. Representação Política para Pessoas Transgênero e Não-conformes de Gênero. Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais.

KROOK, M. L. & RESTREPO SANÍN, J. (2016). Género y violencia política en América Latina. Conceptos, debates y soluciones. Política y gobierno, 23(1), 127-162. [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1665-20372016000100127&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-20372016000100127&lng=es&nrm=iso).

LINS, Carolina; MESQUITA, Marcos. A compreensão da política por militantes do movimento trans alagoano. Psicologia: teoria e prática, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 251-269, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade. Porto: Porto Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 3ª ed., p. 7- 34, 2013.

MACEDO, A. Identidade de gênero e orientação sexual na prática Clínica. Lisboa: Ed. Sílabo, 2018.

MARTENDAL, Laura. Experiência(s) Profissional(is)? Relatos de mulheres transexuais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Coordenadoria de Estágios e Monografias do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

MASON, Gail. 2002. *The Spectacle of violence: homophobia, gender and knowledge*. London & New York: Routledge. 170 p.

MEDEIROS, B. N., CASTRO, G. H. C. de, & SIQUEIRA, M. V. S. (2022). Ativismo trans e reconhecimento: por uma “transcis-reexistência” na política brasileira. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (37), e246289. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.246289>.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Representation and deliberation in civil society. *Brazilian Political Science Review*, nº2, p.117-137, 2008.

MIGUEL, L. F. (2003). Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista De Sociologia E Política*, (20), 115–134. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010>.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*. Porto Alegre: Universidade federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ano 11, n. 21, 2007.

PEDRA, Caio. Acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2018.

PELÚCIO, Larissa. 2009. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS São Paulo*: Annablume: FAPESP. 264 p.

PERISSINOTTO, Renato & BOLOGNESI, Bruno. (2010), “Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006)”. *Brazilian Political Science Review*, 4, 1:10-32.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. *Lua Nova*, n. 63, 2004.

PRADO, Marco Aurélio. Representação local e política partidária: candidaturas transexuais e travestis no Brasil. *Sexuality policy watch*, Rio de Janeiro, v. 18, 2016. Disponível em: Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/representacao-local-e-politica-partidaria-candidaturas-transexubais-e-travestis-no-brasil/6884> Acesso em: maio de 2023.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. *Pesquisa e práticas psicossociais*, v.10, n.1, 2015, pp.192-205.

SACCHET, T. 2012. "Representação política, representação de grupos e políticas de cotas: perspectivas e contendas feministas". *Revista de Estudos Feministas*. Maio agosto 2012. Nº 20 (2), p. 256.

SANTOS, Gustavo. Diversidade sexual e política eleitoral: analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 58-96, 2016a.

\_\_\_\_\_. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 21, p. 147-186, 2016b.

SILVA, A. C.; MORAIS, R. M.O. *A humanização do direito e a horizontalização da justiça no século XXI*. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

SILVA, J.; CASTRO, H. E.; FONTES, R. (Trans)gredindo a invisibilidade social rumo à representação política: cultura política, rechaça à democracia e sub representação de transexuais e travestis no Brasil contemporâneo; Transgresser l'invisibilité sociale vers la représentation politique: culture politique, rejeter la démocratie et sous représentation des transsexuels et transvestis dans le Brésil contemporain. *Deslocamentos/Déplacements: revista franco-brasileira interdisciplinar de psicanálise e ciências sociais*, [S. l.], v. 2, p. 219–238, 2021.

SIMÕES, Júlio A. & FACCHINI, Regina. 2009. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.

SOUSA, V. 2019. Política trans como sempre? A incorporação das pessoas trans no sistema partidário português. *Journal of Homosexuality*, 66(14), 1963-1981.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. L'Itália dei Divietti: entre o sonho de ser europeu e o babado da prostituição. *cadernos pagu* (31), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2008, pp.275-308.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 67, p. 139-190, 2006.